

Cinthia Samara de Oliveira Ishida

Análise geolinguística da variação fonológica em Apuriná



Resultado de uma pesquisa acadêmica realizada no mestrado, esta obra analisa a importância da dimensão geográfica para a variação fonológica em Apurinã. Os casos de variação estudados são: entre vogal média anterior /e/ e a vogal alta central /i/ – variável mais frequente em Apurinã; presença ou ausência da fricativa /h/; entre o fonema /r/ com seus alofones [r] e [ʀ]; casos de variação fonológica lexicalmente condicionados; e entre /n/ e /ɲ/. A partir da organização desses dados, o trabalho produziu 60 cartas linguísticas, que indicaram a ocorrência das 5 variáveis estudadas em até 18 pontos distintos, além do desenvolvimento de uma plataforma interativa de visualização desses dados online. Dessa forma, a pesquisa oferece uma contribuição aos estudos geolinguísticos, além de utilizar tecnologias em prol da língua Apurinã.



ISBN 978-65-5273-096-1



E-book



Cinthia Samara de Oliveira Ishida

Doutoranda em Estudos Linguísticos, na linha de pesquisa “Línguas e Cosmologias Indígenas”, pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Pará (PPGL/UFPa). Mestre em Estudos Linguísticos, na linha de pesquisa “Análise, Descrição e Documentação de Línguas Naturais” (PPGL/UFPa). Graduada em Letras com habilitação em Língua Portuguesa pela Universidade Federal do Pará (UFPa).

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4990538920429103>

Cinthia Samara de Oliveira Ishida

**ANÁLISE GEOLINGUÍSTICA DA VARIAÇÃO FONOLÓGICA
EM APURINÃ**

Temática Editora e Cursos
Porto Velho – Rondônia, 2025

Chefe editorial

Eva da Silva Alves – Doutora em Educação – TEC – RO/Norte

Preparação de originais e revisão

Renato Fernandes Caetano

Revisão ortográfica e gramatical

Maria Rodrigues de Oliveira

Design editorial de capa

Rogério Mota

Preparação de textos

Wesllen da Silva Xavier

Conselho editorial

Renato Fernandes Caetano – Presidente – Doutor em Antropologia Social – TEC – RO/Norte

José Flávio da Paz – Doutor em Estudos Literários – URCA – CE/Nordeste

Raimundo Nonato Pereira da Silva – Doutor em Ciência Política – UFAM – AM/Norte

João Paulo Silva Martins – Mestre em Filosofia – UFAC – AC/Norte

Valéria Silva Ferreira – Doutora em Educação – UNIVALI – SC/Sul

Ivenise Teresinha G. Santinon – Doutora em Ciências da Religião – PUC Campinas – SP/Sudeste

Juliano Xavier da Silva Costa – Doutor em Educação – La Salle – MT/Centro-Oeste

Aila Luzia Pinheiro de Andrade – Doutora em Teologia – UNICAP – PE/Nordeste

Juan Carlos Crespo Avaroma – Doutor Honoris Causa em Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural – Universidad Autónoma Del Beni – Bolívia

Maria Del Pilar G. Téllez – Doutora Honoris Causa em História da Amazônia – Universidad Mayor de San Andres – Bolívia

Conselho científico de área: Linguística e Literatura

José Flávio da Paz – Doutor em Estudos Literários – URCA – CE/Nordeste

Auxiliadora dos Santos Pinto – Doutora em Letras – UNIR – RO/Norte

Roziane da Silva Jordão – Doutora em Antropologia – IFRO – RO/Norte

Miguel Nenevé – Doutor em inglês: Estudos Linguísticos e Literários – UNIR – RO/Norte

Rogério Mota – Mestre em Estudos Literários – TEC – RJ/Sudeste

José Maiko Farias Amim – Mestre em Estudos Literários – RO/Norte

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

I79a Ishida, Cinthia Samara de Oliveira

Análise geolinguística da variação fonológica em Apurinã [recurso eletrônico] / Cinthia Samara de Oliveira Ishida ; orientada pelo Prof. Dr. Sidney da Silva Facundes. – Porto Velho, RO : Temática Editora e Cursos, 2025.

180 p.; PDF; 9960 MB.

Dissertação do Programa Acadêmico de Pós-Graduação *Stricto Sensu* Mestrado em Letras da Universidade Federal do Pará (PPGL/UFGA).

ISBN: 978-65-5273-096-1 (Ebook)

1. Linguística. 2. Geolinguística. 3. Rondônia. 4. Variação lexical. 5. Atlas linguístico. 6. Fala regional. I. Facundes, Sidney da Silva. II. Título.

2025-3401

CDD 410

CDU 81'1

Elaborado por Wagner Rodolfo da Silva - CRB-8/9410

Índice para catálogo sistemático:

1. Linguística 410
2. Linguística 81'1

Fomento



O presente trabalho foi realizado com apoio do Programa Nacional de Cooperação Acadêmica na Amazônia – PROCAD/Amazônia da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES/Brasil. Rede UNIR/UFPA/UNEMAT – Projeto: “Diásporas Amazônicas: Língua, Cultura e Educação sob o Signo da Diversidade”, Programa Nacional de Cooperação Acadêmica na Amazônia, Edital: PROCAD Amazônia – Linha 1 – n. 88887.200508/2018, vinculado ao Mestrado Acadêmico em Letras da Universidade Federal de Rondônia.

Responsabilidade de autoria

A autora assume a responsabilidade pelo conteúdo desta obra, garantindo sua veracidade, autenticidade e conformidade com as normas éticas da pesquisa científica. Além disso, assegura que todos os direitos de terceiros foram devidamente respeitados e que as permissões necessárias foram obtidas para o uso de materiais protegidos por direitos autorais. A Temática Editora e Cursos e seu Conselho Editorial não se responsabilizam por eventuais erros ou omissões nos dados apresentados, nem endossam necessariamente as opiniões expressas pela autora.

Versão digital da obra

DOI: <https://doi.org/10.5935/978-65-5273-096-1.B0001>

A versão digital desta obra poderá ser acessada gratuitamente no DOI acima ou na página institucional da Temática Editora e Cursos: <https://www.tematicaeditora.com.br>

APRESENTAÇÃO DA COLETÂNEA PROCAD AMAZÔNIA

PALAVRA QUE NASCE DA FLORESTA

No coração pulsante da Amazônia, onde rios traçam caminhos de sabedoria milenar e as árvores sussurram línguas antigas ao vento, germinam palavras. Palavras que não apenas dizem – mas resistem, representam, reexistem. Foi nesse solo fecundo, entre águas, matas e vozes, que o *Projeto PROCAD Amazônia – Diversidade Linguístico-Cultural na Amazônia* fincou suas raízes, unindo três universidades irmãs – Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Universidade Federal do Pará (UFPA) e Universidade Estadual de Mato Grosso (UNEMAT) – em torno de um mesmo propósito: ouvir, registrar, compreender e valorizar a riqueza múltipla dos saberes que habitam este vasto território.

Esta coletânea de dissertações e uma tese, agora convertidas em livros digitais, representa um dos produtos mais significativos deste projeto interinstitucional. Cada obra aqui publicada é resultado de uma caminhada de pesquisa profundamente comprometida com as realidades culturais, linguísticas e educativas da Amazônia. São livros que revelam resultados de pesquisas que emergem da escuta atenta, do rigor acadêmico e da sensibilidade diante das múltiplas vozes que compõem a Amazônia Brasileira.

Neste cenário, destacamos que essas publicações só se tornaram possíveis graças ao apoio da CAPES, por meio do Edital n. 21/2018, que viabilizou recursos financeiros fundamentais para o desenvolvimento do PROCAD Amazônia. Ao financiar a cooperação técnica, o intercâmbio acadêmico e a mobilidade docente-discente entre as instituições participantes, a CAPES fortaleceu a pesquisa na Amazônia, permitindo não apenas a produção, mas também a divulgação qualificada dos conhecimentos aqui reunidos no formato de livros digitais para distribuições gratuitas.

Nossos olhares se voltaram para as línguas vivas – indígenas, amazônicas, de fronteira, de sinais – que moldam identidades e revelam mundos. Para a literatura que pulsa nas margens, feita de resistência, ancestralidade e invenção. Para os saberes tradicionais dos povos ribeirinhos, quilombolas, surdos e tantos outros sujeitos históricos que compõem o caleidoscópio cultural da região. E para os desafios e esperanças da educação em contextos amazônicos, onde ensinar e aprender são também formas de cuidar.

Neste gesto coletivo, cada universidade contribuiu com o seu brilho. A UNIR, com a firmeza de quem caminha com a floresta. A UFPA, com a profundidade de quem ouve o murmúrio dos rios. A UNEMAT, com a sensibilidade de quem traduz Amazônia em palavra. Juntas, deram forma a esta coleção que ora entregamos à comunidade acadêmica e à sociedade brasileira.

Que cada leitor e leitora, ao abrir estas páginas, se deixe atravessar pelas narrativas aqui presentes. Que reconheça nelas o valor da pesquisa comprometida com o território, com as pessoas e com o tempo em que vivemos. E que, assim como nós, sinta que a universidade pública, ao ecoar as vozes da Amazônia, também aprende a dizer o mundo de outras maneiras.

Agradecemos, por fim, à CAPES, pelo incentivo contínuo à ciência e à educação no Brasil, e reafirmamos nosso compromisso com a pesquisa interinstitucional e transformadora, que se ancora nos saberes da Amazônia para pensar o presente e semear futuros possíveis.

Prof. Dr. João Carlos Gomes
Coordenador Geral do Projeto PROCAD Amazônia

SUMÁRIO

Povo Apurinã: território, língua e cultura	8
Considerações iniciais.....	8
Informações gerais sobre o povo Apurinã	11
A geografia apurinã	15
Terras indígenas apurinã e o panorama sociolinguístico da língua.....	16
Migração e deslocamento em apurinã.....	28
Mapeamento apurinã.....	30
Informações sobre a língua apurinã	32
Perfil tipológico da língua	33
Aspectos fonológicos.....	34
Sistema ortográfico	35
Aspectos sociolinguísticos da língua apurinã.....	37
Aportes teóricos	40
Variação e mudança linguística	40
Dialeto e isoglossas.....	42
Os estudos dialetológicos e geolinguísticos	48
Panorama dos estudos dialetológicos com línguas indígenas	51
Cartografia e mapeamento de dados linguísticos	54
Cartografia etnográfica e cartografia social.....	55
Espaço geográfico, língua e memória.....	59
Cartas linguísticas.....	63
Aspectos éticos da pesquisa cartográfica com línguas indígenas.....	70
Variação linguística em apurinã	73
Variação semântica em apurinã.....	73
Variação morfológica	74

Varição lexical.....	78
Varição fonológica	80
Mapas de variação fonológica e a educação escolar.....	89
Aspectos metodológicos	93
Levantamento de dados	94
Mapeamento participativo.....	97
Produção das cartas linguísticas	99
Rede de pontos.....	100
Amostra dos colaboradores	102
Atlas enciclopédico online	107
Análise dialetométrica	109
Mapeamento das variantes fonológicas em apurinã	113
Descrição e análise dos dados.....	113
Variação entre /e/ e /i/.....	113
Variação entre /h/ e /ø/	119
Variação entre [r] e [l].....	124
Variação fonológica de palavras lexicalmente condicionadas.....	127
Variação entre /n/ ~ /ɲ/ antes de /a/	133
Coocorrência das variáveis	135
Percepção e atitudes linguísticas	138
Ausência de respostas nas cartas linguísticas.....	143
Subgrupos linguísticos.....	145
Conclusão	159
Referências	163

POVO APURINÃ: TERRITÓRIO, LÍNGUA E CULTURA

Esta obra apresenta o trabalho realizado e as características do povo e da língua apurinã. Para isso, objetiva-se apresentar um breve panorama histórico e social de apurinã. Essas informações são essenciais para compreender o status em que a língua se encontra atualmente, como seus aspectos sociolinguísticos. Apresenta-se também a estrutura do trabalho, a fim de identificar os conteúdos de cada capítulo da pesquisa.

Este capítulo apresenta, principalmente, informações com base em Facundes (2000), Schiel (2004), Lima-Padovani (2016, 2020), Freitas (2017), além do resultado de observações feitas durante pesquisas de campo realizadas pela autora.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A obra intitulada *Análise geolinguística da variação fonológica em apurinã*¹ visa investigar as principais variáveis fonológicas dessa língua, em uma perspectiva geolinguística. Dessa forma, a partir da construção de cartas linguísticas, observa-se a distribuição geográfica das distintas variantes da língua.

A língua apurinã apresenta frequentes casos de variação fonológica, visto que as variantes podem ocorrer entre

¹ Trata-se da dissertação defendida em 2023. ISHIDA, C. S. O. *Análise geolinguística da variação fonológica em apurinã*. Orientador: Sidney da Silva Facundes. 2022. 248 f. Dissertação (Mestrado em Lingüística e Teoria Literária) – Universidade Federal do Pará, UFPA, Brasil, 2023. Realizada com apoio do Programa Nacional de Cooperação Acadêmica na Amazônia – PROCAD/Amazônia da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES/Brasil.

consoantes e, principalmente, entre vogais. Nas vogais, a variação também ocorre em relação à posição ocupada pela vogal nasal em certas palavras.

Os estudos dialetológicos promoveram melhor visualização dos fenômenos de variação linguística com a produção de cartas linguísticas, sendo um aporte teórico utilizado por muitos autores, como Cardoso (2010), Thun (1998, 2010), Razky (2004), no estudo das línguas. Esses estudos promovem uma análise pluridimensional, avaliando a língua em seus distintos usos, a exemplo de diferenças geográficas, etárias e na escolaridade dos falantes. A geolinguística, dessa forma, possui foco no estudo da relação entre as variantes linguísticas com sua dimensão geográfica.

O trabalho geolinguístico se justifica a partir do papel importante da dimensão geográfica para a compreensão dos fenômenos de variação em apurinã, pois, devido à migração dos falantes e da grande extensão territorial, um padrão fonológico exclusivo de uma comunidade passa a coocorrer em outras comunidades. Os falantes percebem as diferenças entre as falas de comunidades “de cima do rio Purus” e de comunidades “de baixo do rio Purus”. Desse modo, a pergunta que norteou essa pesquisa buscou entender o papel do espaço geográfico para a dispersão das variantes da língua.

Apesar de existirem pesquisas nas áreas de geolinguística e dialetologia pluridimensional no Brasil (Cardoso 2010, Teles 2018, Paim 2007, 2022), nota-se que poucos são voltados para as línguas indígenas. Assim, o interesse desta pesquisa é também utilizar a geolinguística como aporte teórico para a documentação da língua apurinã e desenvolver materiais que possam ser utilizados pelas comunidades, de modo que as

cartas linguísticas produzidas possam ser utilizadas como apoio para atividades escolares e como uma fonte acessível de informação sobre a língua.

Dessa forma, a produção de cartas linguísticas permite, além de uma melhor visualização, o desenvolvimento de instrumentos que podem ser utilizados pelas comunidades, seja no âmbito escolar, seja para fins de atividades de planejamento que exijam registros linguísticos, sociais ou políticos relacionados ao território indígena. Este estudo discute a relevância do trabalho com mapas nessas áreas, visto que esses documentos podem ser utilizados para salvaguardar informações linguísticas, culturais e auxiliar na administração do território.

Este trabalho possui, como objetivo geral, a contribuição para os estudos geolinguísticos na área de línguas indígenas, assim como a disponibilização de informações linguísticas e socioculturais de apurinã de forma documental e acessível para as comunidades indígenas e ao campo acadêmico. Para isso, os objetivos específicos almejam:

- construir um banco de dados espacializados de variação fonológica;
- verificar a dispersão geográfica dos fenômenos linguísticos estudados;
- investigar se há um padrão para a coocorrência dessas variantes nos pontos estudados;
- entender a importância dos estudos geolinguísticos e do mapeamento de áreas minoritárias;
- contribuir com os estudos sobre mudanças linguísticas e deslocamentos do povo Apurinã e;

– utilizar tecnologias de informação em prol do fortalecimento da língua.

O uso de tecnologias para a documentação de línguas indígenas (Mendonça, Lima, Gusmão 2015; D'angelis 2010; Viegas, 2014) é fundamental, visto que:

Apesar do pensamento popular de que os novos aparatos tecnológicos acabam com a cultura tradicional, usar a tecnologia como meio de preservação dos dialetos indígenas é uma forma inteligente de permitir que ambas coexistam mutuamente e que ao invés de se excluírem, trabalhem conjuntamente para a preservação cultural indígena. (Mendonça, Lima, Gusmão, 2015, p. 129).

Isso posto, o trabalho discute não somente aspectos do âmbito linguístico, mas também antropológicos e políticos, visto que os territórios Apurinã são os principais espaços para a valorização de memórias e vivências do povo e para a manutenção de sua língua.

INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE O POVO APURINÃ

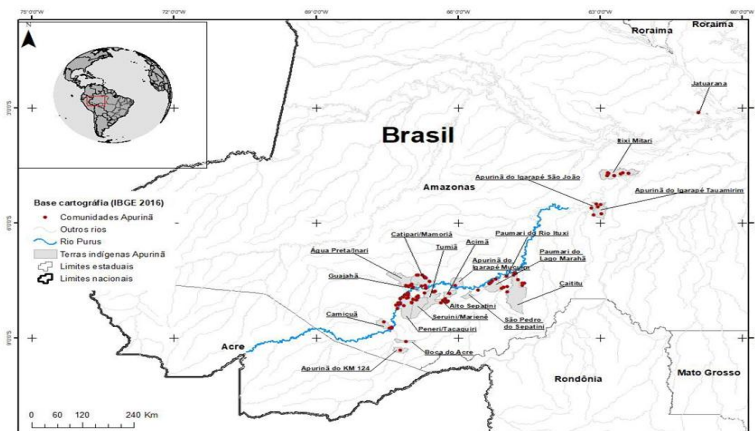
Esta seção visa apresentar características relevantes do povo Apurinã, a fim de situar o estado atual de conhecimento de sua língua, de sua cultura, de geografia e demografia. A literatura utilizada se baseia nos trabalhos de Facundes (2000), Schiel (2004), Lima-Padovani (2016, 2020), Freitas (2017).

Conforme Facundes (2000), apurinã é o nome em português para se referir ao povo *Pupÿkarywakury* e sua língua. O autor também apresenta outros nomes encontrados para esse povo: *Ipurina*, *Ipurinãs*, *Ipurinã*, *Ipurinan*, *Ypurinãs*,

Ipurynans, *Hipurinás*, *Hypurinás*, *Hypurina*, *Tiupurina*, *Tiupurina*, *Tiupurinã*, *Jupurina*, *Kankite*, *Kankutu*, *Kankiti*, *Kankete*, *Kangiti* (que significa ‘gente’ em apurinã), ou *Kaxarari*. Os usos desses nomes são atestados em documentos antigos, como nos primeiros mapas da região do rio Purus.

O povo Apurinã vive ao longo dos afluentes do rio Purus, no sudoeste do estado do Amazonas, e da rodovia 317. A extensão territorial apurinã é vasta e as comunidades ocupam 24 terras indígenas demarcadas que se estendem nos municípios amazonenses de Boca do Acre, Pauini, Lábrea, Tapauá, Manacapuru, Beruri, Manquiri e Manicoré. Há também um número expressivo de apurinã vivendo fora das comunidades, em cidades próximas ou em terras de outras etnias, como na TI Paumari do Lago Paricá, TI Paumari do Lago Marahã. Em alguns casos, a presença apurinã em TIs de outras etnias é motivada pelos casamentos interétnicos. A Figura 1 ilustra a disposição das comunidades apurinã ao longo de suas terras indígenas:

Figura 1 – Disposição das comunidades Apurinã



Fonte: Ishida (2021)

Schiell (2004) sugere que essa grande extensão territorial é decorrente do caráter migratório do povo Apurinã. Conforme a autora, essas migrações permitiram que diversas comunidades fossem interligadas por relações de parentesco. Facundes (2000) afirma ainda que esses deslocamentos internos são motivados principalmente por conflitos internos, assim como epidemias e mortes de membros da família.

Não é possível delimitar um número preciso da população Apurinã. O IBGE, através do censo de 2010, indica que a população seria de 6.842 indivíduos. Conforme o Siasi/Sesai (2014)², existem 9.841 indígenas Apurinã espalhados nas localidades citadas anteriormente.

Os Apurinã possuem uma organização do sistema de parentesco que divide o povo em dois clãs: *Xiwapurynyry* e os *Meetymanety* (Facundes 2000, Silva 2019). O pertencimento a um desses grupos é transmitido pelo pai (patrilinear), independente do sexo dos filhos, já que as mulheres também fazem parte da metade de seus pais. Essa distinção estabelece restrições em relação ao casamento e a certos hábitos alimentares. O casamento Apurinã é realizado a partir de membros pertencentes a grupos distintos, visto que pessoas do mesmo grupo se consideram, muitas vezes, como irmão (*nhithary*) e irmã (*nhitharu*). Hoje em dia, essa regra do casamento não é seguida em algumas comunidades, por não haver membros dos clãs distintos e também devido aos casamentos interétnicos. Em relação à alimentação, os *Xiwapurynyry* não consomem a ave nambu (nambu relógio e

² <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Apurin%3a3>

nambu macucau), enquanto os *Meetymanety* não podem comer porco-do-mato.

Entre as tradições Apurinã, há a mastigação do *katsupary* (folha da coca misturada a um tipo de cipó específico, o *piximatory*) e o consumo do rapé. A festa tradicional é o xingané (*kyynyry*), que ocorre em datas especiais e reúne Apurinã de outras comunidades. Freitas (2017) caracteriza o evento de maneira que:

Alguns homens que são considerados os melhores para a função cantam as músicas do xingané (cujas temáticas giram em torno, em geral, de um dado animal), sendo acompanhados por outros homens e também pelas mulheres. Enquanto cantam, os Apurinã formam duas fileiras, de um lado os homens e de outro as mulheres, uma fileira de frente para a outra, em que os integrantes de uma mesma fileira encontram-se de braços dados, um ao lado do outro, indo para frente e para trás (esse estilo de dança se chama *katamarĩanỹ*); as crianças também participam. Uma outra organização é feita em fila, em que os participantes se deslocam pelo terreiro sob o comando do primeiro da fila (esse estilo de dança se chama *katsamarĩanỹ*), formando, ao final, um espiral. Por ocasião da festa, são preparadas comidas e bebidas típicas, como o *kumyry* (beiju, espécie de broa de farinha), além de carne de caça, vinhos de banana, milho, entre outros. A festa perdura a noite toda, terminando ao amanhecer. (Freitas, 2017, p. 27).

A cosmologia apurinã é mais conhecida pelos mais velhos. No entanto, a transmissão do conhecimento tradicional ainda é repassada para os mais novos, em certa medida, como a

história de *Tsurá* e da criação do mundo, assim como outras narrativas tradicionais.

Em relação à educação formal apurinã, algumas comunidades possuem escolas, mas não são todas as localidades que possuem uma infraestrutura formal de escola, sendo que, em algumas aldeias, as aulas são ministradas em ambientes informais, como na casa dos professores. Barros (2018) afirma que:

Em circunstâncias semelhantes a diversas outras etnias indígenas brasileiras, as escolas das comunidades apurinã, segundo os professores das comunidades, funcionam em condições precárias. “Às vezes a gente nem pode chamar de escola. É quatro pau fincado!” Disse um professor apurinã. As necessidades começam na estrutura física, passam pela organização política e curricular, gestão, de modo geral, e chegam às formações para ensino específico. A educação escolar indígena apurinã, diferenciada, específica, comunitária e bilingue ainda não é realidade. (Barros, 2018, p. 30).

Diante disso, há também alunos Apurinã que frequentam escolas nas cidades próximas às comunidades. O ensino da língua apurinã também não é homogêneo, visto que nem todas as escolas possuem professores falantes da língua, mas existem projetos de ensino da língua em algumas comunidades.

A próxima seção apresentará informações de aspectos geográficos relevantes para essa pesquisa.

A GEOGRAFIA APURINÃ

Essa seção objetiva mostrar a relação entre o espaço geográfico com a língua. Essa relação se dá porque a área

geográfica se faz presente como fator importante para a manutenção da língua, visto que a grande concentração de falantes vive nas terras demarcadas. Atesta-se que o território, assim como a língua, faz parte das vivências e do cotidiano apurinã.

Xinikaxitinãta foi a palavra apurinã utilizada para sistematizar a representação mental de suas vivências em um mapa. Desse modo, o trabalho de mapeamento compreende a produção de um mapa como objeto cultural, visto que “as particularidades gráficas revelam determinadas escolhas culturais, concepção de mundo, estado do conhecimento científico e convenções cartográficas – medidas, códigos de figuração, paleta cromática, grafismos, ornamentos – próprios de cada período.” (Bueno, 2004, p. 194). Dessa forma, esse capítulo discute a importância da construção de cartas que atuem em prol das comunidades.

É necessário também observar a geografia como promotora das variações linguísticas. Observou-se que os falantes fazem uma distinção geográfica entre as comunidades “de cima” do rio Purus (mais ao sul, como Km 45 e Km 124) e falantes de comunidades “de baixo” do rio Purus (mais ao norte, como Tawamirim e Itixi Mitari). Ademais, esse capítulo busca contextualizar os deslocamentos característicos de apurinã, a fim de entender como essas migrações são atuantes na promoção das variantes fonológicas estudadas.

TERRAS INDÍGENAS APURINÃ E O PANORAMA SOCIOLINGÜÍSTICO DA LÍNGUA

Essa subseção busca apresentar a disposição da etnia Apurinã ao longo das terras indígenas e indicar o panorama

sociolinguístico de apurinã nessas áreas. Segundo o Decreto n. 1775, de 8 de janeiro de 1996, as terras indígenas podem estar nas seguintes fases: i) em estudo – com a realização dos estudos antropológicos, históricos, fundiários, cartográficos e ambientais, que fundamentam a identificação da terra indígenas; ii) delimitada – com a conclusão dos estudos e aprovação da Presidência da Funai; iii) declaradas – processo submetido ao Ministro da Justiça; iv) homologada – com a publicação dos limites materializados e georreferenciados da área, através de Decreto Presidencial; v) regularizada – há o registro cartorário da área homologada.

Segundo os dados da Funai (2020), os Apurinã vivem em 24 terras indígenas. A seguir, o Quadro 1 lista as terras disponibilizadas de acordo com a Funai:

Quadro 1 – Terras indígenas Apurinã homologadas

	Terra indígena	Município	Fase
1	Acimã	Lábrea	Regularizada
2	Água Preta/Inari	Pauini	Regularizada
3	Alto Sepatini	Lábrea	Regularizada
4	Apurinã do Igarapé Mucuim	Lábrea	Regularizada
5	Apurinã do Igarapé São João	Tapauá	Regularizada
6	Apurinã Igarapé Tauamirim	Tapauá	Regularizada
7	Apurinã Km 124 BR-317	Boca do Acre/Lábrea	Regularizada
8	Baixo Seruini	Pauini	Em estudo
9	Boca do Acre	Boca do Acre/Lábrea	Regularizada
10	Caititu	Lábrea	Regularizada

11	Camicuã	Boca do Acre	Regularizada
12	Catipari/Mamoriá	Pauini	Regularizada
13	Fortaleza do Patauá	Manacapuru	Regularizada
14	Guajahã	Pauini	Regularizada
15	Igarapé Paiol	Manaquiri	Em estudo
16	Itixi Mitari	Tapauá/Anori/Beruri	Regularizada
17	Jatuarana	Manacapuru	Regularizada
18	Lago do Barrigudo	Beruri	Em estudo
19	Paumari do Lago Marahã	Lábrea	Regularizada
20	Peneri/Tacaquiri	Pauini	Regularizada
21	São Pedro do Sepatini	Lábrea	Regularizada
22	Seruini/Marienhê	Lábrea/Pauini	Regularizada
23	Torá (Torá e Apurinã)	Humaitá/Manicoré	Regularizada
24	Tumiã	Lábrea	Regularizada

Fonte: Fundação Nacional do Índio (FUNAI), adap tações da autora.

No site do Instituto Socioambiental (ISA), esse número aumenta para 27 terras indígenas, com a inclusão das terras indígenas em convivência com outras etnias: Paumari do Cuniuá e Paumari do Lago Paricá, no Amazonas, etnia Paumari, e com os Roosevelt, nos estados de Rondônia e Mato Grosso. Conforme Lima-Padovani (2020), existe um número significativo de Apurinã vivendo fora das aldeias, citam-se as áreas urbanas de Rio Branco (AC), Boca do Acre (AM), Pauini (AM), Lábrea (AM), Tapauá (AM), Jatuarana (AM) e Manaus (AM).

O trabalho de campo foi realizado nas TIs Km 45, Camicuã, Itixi Mitari e na cidade de Pauini. A seguir, utilizam-se também informações encontradas nos trabalhos de Schiel

(2004), Schiel & Smith (2008), Pereira (2007), Lima-Padovani (2016, 2020), para apresentar o cenário cultural e sociolinguístico das demais terras indígenas.

A TI *Apurinã do Km 124* está situada ao lado da BR 317. Ela se divide em dois núcleos, Km 124 e 137, devido a conflitos internos entre seus membros. Em seu trabalho de campo, em 2017, Lima-Padovani (2020) atestou que somente duas pessoas acima de 60 anos falavam apurinã com fluência.

A TI *Boca do Acre*, também chamada de Km 45, apresenta um grande número de indivíduos que não são Apurinã, devido à grande ocorrência de casamentos interétnicos. Na pesquisa de Lima-Padovani, a autora indica a presença de oito falantes de apurinã, com idade acima de 50 anos, que não usam a língua para as interações do dia a dia. A comunidade Km 45 é conhecida por comercializar artesanatos apurinã.

Figura 2 – Imagens da comunidade Km 45





Fonte: Da autora

Conforme Lima-Padovani (2020), a TI *Camicuã* apresenta um número significativo de indivíduos que entendem a língua, mas não falam. Os falantes que possuem fluência da língua se encontram acima dos 45 anos. A autora ressalta que a língua não está sendo mais repassada para as crianças. A comunidade *Camicuã* é a única que possui escola na TI e, nos últimos anos, realiza o trabalho de ensino da língua. No trabalho de campo realizado em 2022, também foi possível observar um significativo número de falantes e a presença de professores falantes de apurinã na escola da comunidade.

Figura 3 – Imagens da comunidade Camicuã



Fonte: Da autora

A TI *Peneri/Tacaquiri* apresenta uma população de grande complexidade social, visto que reúne cinco parentelas (Lima-Padovani, 2020, p. 23). Conforme Schiel (2004).

O que denomino aqui de parentelas são aqueles grupos de pessoas que descendem, através do pai ou da mãe, de um antepassado, masculino, comum, já falecido, um *velho*, de *antigamente*; “o pessoal do Pedro Carlos”, “o pessoal do velho Doutor.” (Schiel, 2004, p. 64).

Em relação ao histórico da localidade, a autora aponta:

O Peneri foi o lugar, segundo a documentação do SPI e vários apurinã, para onde foram desviados muitos dos recursos destinados ao posto: Leonardo Sólón, seu encarregado, aí havia montado um seringal. Posteriormente, aí funcionou a fazenda Maripuíá, que foi uma das principais resistências ao processo de demarcação. A região do Peneri e do Tacaquiri, foram das primeiras a serem reconhecidas, seja pelos órgãos oficiais, seja por

aqueles de causa indigenista, como CIMI, OPAN e CPI (Comissão Pró-Índio do Acre). (Schiel, 2004, p. 140).

Lima-Padovani (2020) indica que nesta TI vivem em torno de 791 pessoas distribuídas em várias comunidades. Os dados linguísticos da área foram coletados por Facundes com dois colaboradores da comunidade Nova Vista. (Lima-Padovani, 2020, p. 23).

A região *Água Preta/Inari* é habitada pelos descendentes de Doutor, ou Avelino Pequeno apurinã (Schiel, 2004) e seus atuais moradores são provenientes da região do rio Seruini e do rio Sepatini. Conforme a autora,

É uma região próxima ao município de Pauini. Por um lado, é a Terra com maior acesso a recursos de saúde, com maior influência na política presente, mas, por outro lado, é onde há maiores reclamações com escassez de caça e pesca. Investem muito em plantios, inclusive alguns inovadores como o cupuaçu, a pupunha e o açaí. (Schiel, 2004, p. 130).

Lima-Padovani (2020) indica 349 moradores, que se distribuem em várias comunidades. Segundo Lima-Padovani (2020), há um grande número de pessoas que possui fluência em apurinã, mas não se tem um número preciso de falantes.

A TI *Catipari/Mamoriá* se localiza às margens do lago Catipari e do rio Mamoriá e é formada por intercassamentos das famílias que adotam os sobrenomes Muniz, Ramos, Francelino e Rafael (Schiel; Smith, 2008). Consoante Schiel (2004):

Esta é uma região com muita castanha, bastante explorada pelos seus moradores, e também, uma vez que boa parte é vargem, com muitos lagos, ou seja,

muita fartura de peixes de grande porte. A castanha é muito comercializada e isso faz com que muitos locais temporários de moradia, “centros”, sejam castanhais. (Schiel, 2004, p. 127).

Consoante Schiel & Smith (2008), há um trânsito que promove a unificação entre as áreas Catipari e Mamoriá:

Ainda que seja possível pensar esta Terra Indígena dividida em duas regiões geográficas, o Catipari e o Mamoriá, há um trânsito que unifica a área. Segundo os moradores do Catipari, toda a área é percorrida por eles em incursões de caça e pesca. Além disso, muitos dos que hoje habitam as cercanias dos Lagos Catipari e Kamarapo já moraram no Rio Mamoriá e seus afluentes. Já os falecidos “velhos” Francelino e Rafael transitaram entre habitações da região do Catipari e afluentes do Rio Mamoriá, como os Igarapés Xingané e Castelo (fora da Terra Indígena). As relações de parentesco formam também uma rede que entrecruza a Terra Indígena Catipari-Mamoriá e a conecta à Terra Indígena Camadeni. (Schiel; Smith, 2008).

No que tange ao uso da língua, segundo Lima-Padovani (2020), os dados levantados são da comunidade Vila Nova, onde apurinã só é falado pelos mais velhos.

No rio *Seruini*, Schiel (2004) indica que os habitantes são descendentes do velho Jacinto e suas duas esposas, Emília e Joana. Conforme a autora, os moradores do Seruini possuem relações estreitas de parentesco com os moradores da TI *Tumiã*. Pereira (2007) afirma que, na TI *Seruini/Marienê*, a maior parte de sua população é falante da língua. Entre as comunidades da TI, citam-se as comunidades Kasiriã, Bom Jesus, Marienê, São Salvador, Zug, Manasa, Manhã, Cujubim e

Cujubim 2. Lima-Padovani (2020) indica que essa área foi marcada por conflitos com povos vizinhos e internos. Devido a esses conflitos, alguns moradores saíram do Seruini e fundaram a comunidade Nova Fortaleza e, posteriormente, Vista Alegre.

A TI *Tumiã* é formada por duas parentelas: uma considerada antiga do Tumiã, formada pelos descendentes dos irmãos Jeremias, Casimiro e Joaquim e Raimundo Cobra; e Alfredo e Laura, que migraram da TI Seruini/Marienê há mais de 30 anos (Schiel, 2004, p. 116). Consoante Schiel (2004): “A malária foi um sério problema para os moradores do igarapé Tumiã, em especial para a parentela Casimiro/Jeremias, que foi, entre os anos de 1985 e meados da década de 90, quase dizimada pela doença.” Na TI, Lima-Padovani (2020) cita que vivem cerca de 115 pessoas distribuídas em três comunidades: Kanakuri, Raiz e Aldeinha, além de várias colocações às margens do rio. Fora da TI, há ainda as comunidades Aquidabam e Mapuã (Lima-Padovani, 2020). Schiel & Smith (2008) ressaltam que:

O “pessoal do Tumiã” é tido como muito tradicional em outros locais do Complexo. Dado que boa parte dos apurinã, hoje, não fala mais a língua, o fato de uma quantidade expressiva dos pertencentes a esta parentela serem monolíngues, além de muito resistentes ao contato intensivo com não-índios ou índios de outros locais, faz com que o Tumiã tenha adquirido esta aura. (Schiel; Smith, 2008).

Dessa forma, os trabalhos indicam que a língua ainda é passada para as crianças e a maioria das pessoas utiliza apurinã para a comunicação do dia a dia; e, somente na localidade Kanakuri, o português é a língua usada cotidianamente.

Sobre o uso da língua apurinã na TI *Alto Sepatini*, Lima-Padovani (2016) afirma que somente os mais velhos são falantes fluentes. Os dados linguísticos foram coletados com colaboradores da comunidade Três Bocas.

Na TI *Acimã*, Lima-Padovani (2020) atesta que todos os adultos são falantes ativos da língua apurinã, enquanto os jovens são falantes passivos. A autora também afirma que a língua não é mais transmitida às crianças e não é ensinada na escola.

Na TI *Apurinã do Igarapé Mucuim*, estima-se que vivam 92 moradores, concentrados na comunidade Boa Esperança. Os dados obtidos por Lima-Padovani em 2018 informam não haver nenhum falante da língua apurinã na área.

A TI *Paumari do Lago Marahã* é tradicionalmente habitada pela etnia Paumari (Aruá), mas possui sete comunidades Apurinã: Escondido, Nova Bandeira, Ilha Verde, Alcântara, Nova Fortaleza, Vista Alegre e Terrinha. Conforme Lima-Padovani (2020), os moradores das comunidades Nova Fortaleza, Vista Alegre e Terrinha migraram da TI Seruini/Marienê. Nessa TI, apenas os mais velhos são falantes fluentes da língua e apurinã não é ensinado nas escolas. (Lima-Padovani, 2020, p. 25).

A TI *Curriã*, em processo de identificação, localiza-se próximo à TI do Lago Marahã, na região de Lábrea, e possui duas comunidades. Na comunidade Bom Jesus, não há falantes de apurinã. Na comunidade Curriã (constituída por indivíduos que migraram da região do Peneri), dois moradores são falantes ativos da língua; enquanto quatro são falantes passivos. (Lima-Padovani, 2020, p. 25).

A TI *Caititu* se localiza nos arredores da cidade de Lábrea e é formada por 25 comunidades, que migraram de diferentes TIs e regiões do Purus, como Sepatini, Tumiã, Seruini, Itixi Mitari e outras. No entanto, só há falantes da língua na comunidade São José, com quatro falantes fluentes, e nas comunidades Tucumã e Boa Esperança, em que há somente um falante fluente em cada comunidade (Lima-Padovani, 2020, p. 26). Pereira (2007) informa que a comunidade Japiim, que fica fora da terra indígena, possui poucos falantes da língua.

Segundo Lima-Padovani (2020), a TI *apurinã do Igarapé São João* fazia parte da TI *Tawamirim*, mas a área foi dividida devido aos conflitos internos. Conforme a autora, todos os indivíduos dessa comunidade falam apurinã e a língua é ensinada na escola.

A TI *Tauamirim (Tawamirim)* se situa no Igarapé Tawamirim, no município de Tapauá. Conforme Lima-Padovani (2016), a TI possui aproximadamente 295 moradores, distribuídos em várias comunidades. Segundo a autora, todos os moradores da região são falantes fluentes da língua, incluindo as crianças. Os dados linguísticos foram coletados nas comunidades Santo Antônio e São José.

A TI *Itixi Mitari (Itixi Mithary)* se localiza nas proximidades do lago Boca do Itaboca. Consoante Lima-Padovani (2016), a TI possui em torno de 311 pessoas distribuídas em várias comunidades. Entre essas comunidades, citam-se quatro: Macauã, Aldeia Nova, Terra Nova e Vila Nova. Com exceção da aldeia Terra Nova, onde não há transmissão da língua para as crianças, todos os moradores são falantes fluentes de apurinã. (Lima-Padovani, 2020, p. 27).

Figura 4 – Imagem da comunidade Terra Nova



Fonte: Registro feito por Batista durante pesquisa de campo (2020)

No trabalho de campo realizado no ano de 2020, na comunidade Terra Nova, foi possível confirmar que os moradores adultos são fluentes na língua e a comunidade possui falantes na faixa etária de 30–40 anos e também 70–80 anos.

A TI *Jatuarana* se localiza no rio Manacapuru. Segundo Pereira (2007), essa comunidade é relativamente recente e é constituída de pessoas que migraram de outras regiões do Purus. Conforme a autora, existem poucos falantes fluentes da língua.

Lima-Padovani (2020) informa não haver dados sobre a situação sociolinguística das TIs São Pedro do Sepatini, Jamamadi de Lourdes, Lago do Barrigudo, Igarapé do Paiol e Fortaleza do Patauá.

A partir disso, é possível identificar que a grande extensão dos espaços geográficos, as constantes migrações, os conflitos e contatos com outros povos são fatores presentes na distinção de realidades linguísticas nas terras indígenas

apurinã. Essa heterogeneidade promove a ocorrência de variação dialetal, que será abordada ao longo do trabalho.

MIGRAÇÃO E DESLOCAMENTO EM APURINÃ

Apresentou-se anteriormente que apurinã possui uma grande extensão territorial. Virtanen (2016, p. 86) afirma que o povo apurinã faria parte de um grupo raro de indígenas que habitavam uma área tão extensa, sendo comparável com o grupo Yine (Piro). Conforme Schiel (2004), os apurinã habitavam somente o Médio Purus, e foi por conta de sua característica migratória que estenderam seu território, ao que, atualmente, é presente desde o Baixo Purus, no Amazonas, até o estado de Rondônia.

Facundes (2000) identificou três fatores motivadores para a migração entre os apurinã: conflitos internos, epidemias e a morte de um membro da família. Conforme o autor, o conflito interno é o principal motivador das migrações que caracterizam a configuração das comunidades apurinã.

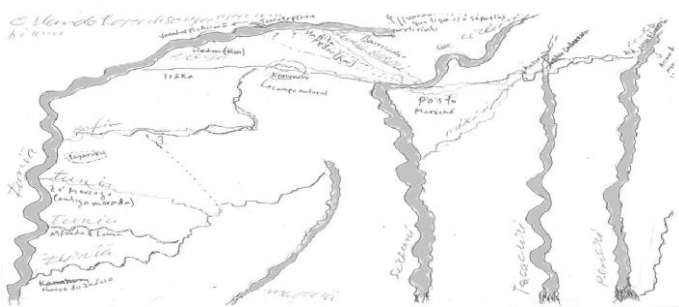
Virtanen (2016, p. 86) afirma que os deslocamentos geográficos são componentes essenciais na dinâmica de construção de uma comunidade (*community-building*) e, no caso de apurinã, essa movimentação está relacionada à produção econômica, ao sistema de casamento, política e à vitalidade individual.

Como citado acima, o casamento também é um motivo para deslocamento geográfico. (Virtanen, 2016). Isso ocorre porque o povo apurinã se divide em duas metades – *Xiwapurynyry* e *Meetymanety* – e, conforme a regra tradicional do casamento apurinã, o casamento deve ser feito por indivíduos pertencentes a grupos diferentes. Assim, os

indígenas procuram seus parceiros dentro de suas comunidades, depois em comunidades situadas em rios próximos, mas também podem realizar viagens longas para encontrar um cônjuge da outra metade.

Para esses deslocamentos, o uso de varadouros – termo utilizado para designar caminhos abertos na mata que ligam diferentes localidades – era comum pelos apurinã. Virtanen (2016, p. 94) explica que, no passado, os apurinã dificilmente viajavam pelo Purus, pois viajar pela terra era mais rápido e mais seguro, e também porque assim eles poderiam se esconder melhor de grupos inimigos. Hoje, por conta da tecnologia e do número menor de grupos indígenas, utilizam-se lanchas para a locomoção entre os rios principais para chegar nos centros urbanos.

Figura 5 – Mapa dos varadouros usados pelos apurinã



Fonte: Lima-Padovani (2016, p. 20). Autor: Prof. Orlando Apurinã, comunidade do Kanakury (TI do Tumiã).

O mapa apresentado ilustra os diferentes caminhos que se conectam. Esses caminhos saem da parte mais alta do rio Tumiã, acima da aldeia Kanakury e se deslocam para o rio Seruini, em direção ao antigo posto Marienê. Do rio Seruini, os caminhos se dividem em duas trilhas principais: uma ao rio Mixiri, e outra ao rio Tacaquiri (onde estava a comunidade

Cachoeira). Há também a conexão entre o rio Tacaquiri e o rio Peneri por uma via, que levava à comunidade Nova Floresta. Além de caminhos para o norte do rio Tumiã, que se liga ao rio Acimã e à comunidade localizada ali. Da parte mais alta do rio Tumiã, há também ligações ao igarapé Alegria, que se conecta ao rio Sepatini. (Lima-Padovani, 2016, p. 21).

Os varadouros também foram utilizados como locais de rituais e habitações temporárias dos apurinã, como aponta Virtanen (2016):

O movimento dentro da floresta também contribuiu com a identificação de sítios para a realização de rituais, a abertura de novos roçados ou a construção de habitações, temporárias e permanentes. Na verdade, muitos apurinã moravam no interior das matas, em lugares de difícil acesso, isso foi importante para eles, especialmente quando eram procurados e caçados para trabalhar como mão de obra para os primeiros colonizadores. (Virtanen, 2016, p. 43).

Atualmente, as viagens pelos varadouros ocorrem com o intuito do deslocamento para participação de festas, como o *kyynyry*. (Lima-Padovani, 2016, p. 21). Esses encontros e deslocamentos permitem relações políticas e promovem intercâmbios. (Virtanen, 2016, p. 43).

MAPEAMENTO APURINÃ

O mapeamento já é utilizado em algumas comunidades apurinã, visto que alguns indígenas receberam formação para a utilização de instrumentos de levantamento de dados geográficos, como o GPS (*Global Positioning System*).

Entre os trabalhos já realizados, citam-se os livros: Nossa terra, nosso jeito, Diagnóstico socioambiental e mapeamento participativo da terra indígena Camicuã – povo apurinã, promovido pelas instituições OPIAJBAM e IEB, e Levantamento Etnoecológico das Terras Indígenas de Complexo Médio Purus I e II, com organização da Funai, PPTAL e GTZ. Os mapas produzidos nesses trabalhos demarcam as terras indígenas utilizadas. As informações demográficas e socioculturais de apurinã aparecem em forma de texto e tabela.

Além das informações apresentadas nos trabalhos anteriores, o mapeamento participativo busca realizar um levantamento de dados que só é disponível a partir do conhecimento dos membros das comunidades. Esse trabalho de produção de mapas junto com a comunidade iniciou com as terras indígenas Acimã, em 2018, e Itixi Mitari, em 2020. Em 2022, ao longo das oficinas, que serão abordadas posteriormente, foram produzidos mapas das áreas Camicuã, Km 45, Centrim, Val Paraíso, TI Água Preta/Inary, TI Kapyra/Kanakury, TI Sãkoã, TI Camadení, TI Catipari/Mamoriá, TI Baixo Seruini/Marienê.

Dessa forma, essa memória dos espaços vividos demonstra a forma com que os apurinã utilizam suas terras indígenas. A exemplo disso, cita-se que, nos mapas mentais produzidos, os colaboradores representaram localidades que se encontram fora dos domínios da terra indígena, mas que estão presentes na vivência daquela região.

Percebe-se que a construção dos mapas mentais possui suma importância para o registro da comunidade, revelando a história e a geografia dessas áreas. O mapeamento feito com as

comunidades apurinã possibilita a documentação de demandas das localidades, com a visualização de pontos vulneráveis. Além disso, esse momento permite a socialização de informações históricas e culturais, além do levantamento de dados linguísticos, importantes para o povo apurinã, visto que promove a discussão dos pontos importantes para a comunidade e as histórias que motivaram a nomeação dessas localidades.

Assim, verifica-se que o espaço geográfico, assim como os papéis sociais, também apresenta função importante para a manutenção da língua, além de relacionar o povo com as variantes linguísticas características do local.

INFORMAÇÕES SOBRE A LÍNGUA APURINÃ

A língua apurinã faz parte da família linguística aruák, Aikhenvald (2005) afirma que o grupo aruák atualmente se estende ao longo de 12 países, sendo eles: Bolívia, Guiana, Guiana Francesa, Suriname, Venezuela, Colômbia, Peru, Brasil, Belize, Honduras, Guatemala e Nicarágua. A família Aruák possui o maior número de línguas na América do Sul, totaliza 40³ línguas ainda vivas e sua maioria está ameaçada. Os estudos de Facundes e Brandão (2011) indicam que apurinã, Piro e Iñapari formam um sub-ramo de Aruák.

Esta seção apresenta informações relacionadas à língua apurinã, com base nos trabalhos de Facundes (2000), Lima-Padovani (2016, 2020) e Freitas (2017), a fim de contextualizar os fenômenos linguísticos estudados na pesquisa. Essa seção tratará do perfil tipológico da língua, assim como seu

³ O dado das 40 línguas faz menção ao texto de Aikhenvald (1999). É possível que este número tenha se modificado.

inventário fonológico, a ortografia utilizada e aspectos sociolinguísticos importantes.

PERFIL TIPOLÓGICO DA LÍNGUA

Conforme Facundes (2000), a língua apurinã é polissintética, visto que:

Possui um rico sistema de funções gramaticais expressas por meio de morfemas presos – não apenas as funções tipologicamente expressas por morfemas lexicais. Diferente, no entanto, de muitas das línguas polissintéticas da América do Norte, apurinã é uma língua mais do tipo aglutinativo (em vez de fusional); a língua tem uma estrutura silábica (C)(V)V e as alternâncias morfofonológicas estão basicamente restritas às marcas pronominais proclíticas, além de algumas outras poucas formas presas verbais. (Facundes, 2000, p. 52–53) ⁴.

Segundo o autor, a língua também possui características de marcação no núcleo, ao ter marcações de referência cruzada nos verbos e marcas de posse no nome-núcleo possuído, por exemplo. A língua tem um sistema de gênero baseado na distinção gramatical masculino-feminino, e subclasses de nomes que se dividem a partir da noção de (in)alienabilidade, que indica se o nome é obrigatoriamente possuído ou não.

⁴ “As it has a rich system of grammatical functions expressed by means of bound morphemes –not only the functions typologically expressed by grammatical morphemes across many languages but also functions typologically expressed by lexical morphemes. Different, however, from many of the polysynthetic languages of North America, apurinã is more of an agglutinative (rather than fusional) type language; the language has a (C)(V)V syllable structure, and morphophonological alternations are basically restricted to proclitic-like pronominal markers and to a few other verb bound forms.” (Facundes, 2000, p. 52–53, tradução por Freitas, 2017).

ASPECTOS FONOLÓGICOS

O inventário fonológico de apurinã apresenta 35 segmentos fonológicos: as vogais correspondem a 20 segmentos (cinco vogais orais breves, cinco vogais orais longas, cinco vogais nasais breves e cinco vogais nasais longas) e 15 consoantes. O quadro 2 apresenta o sistema vocálico da língua:

Quadro 2 – Inventário fonológico do sistema vocálico

Vogais curtas			Vogais longas		
ANTERIOR	CENTRAL	POSTERIOR	ANTERIOR	CENTRAL	POSTERIOR
Oral/Nasal	Oral/Nasal	Oral/Nasal	Oral/Nasal	Oral/Nasal	Oral/Nasal
Alta	i/ĩ	u/ũ	Alta	i/ĩ	u/ũ:
Média	e/ẽ		Média	e:/ẽ:	
Baixa	a/ã		Baixa	a:/ã:	

Fonte: Facundes (2000)⁵

Em sequência, o sistema consonantal é constituído por 15 segmentos. O quadro 3 distribui as consoantes a partir de seus pontos e maneiras de articulação fonética:

Quadro 3 – Inventário fonológico do sistema consonantal

	LABIAL	ALVEOLAR	PALATAL	VELAR	GLOTAL
OCLUSIVA	p	t	c	k	
NASAL	m	n	ɲ		
TEPE		ɾ			
FRICATIVA		s	ʃ		h
AFRICADA		ts	tʃ		
APROXIMANTE	w		j		

Fonte: Facundes (2000)⁶

⁵ Adaptado e traduzido por Lima-Padovani (2016).

⁶ Adaptado e traduzido por Freitas (2017)

Entre pares com o mesmo ponto de articulação, não há distinção entre consoantes surdas e sonoras; porém, dependendo do ambiente, as consoantes oclusivas podem se realizar foneticamente como sonoras – geralmente depois de som nasal. Há alguns poucos casos de oclusivas surdas que se realizam como sonoras em início de palavras, a exemplo de [be'sori] ‘boto’ (Freitas, 2017).

SISTEMA ORTOGRÁFICO

O sistema ortográfico apurinã foi alterado ao longo dos anos. Essa subseção cita brevemente algumas ortografias empregadas em trabalhos anteriores e apresenta a ortografia utilizada neste trabalho.

A primeira proposta de ortografia para a língua apurinã foi realizada pelo linguista missionário Wilbur Pickering. Depois de alguns anos, essa ortografia foi substituída pela proposta das missionárias Kathie Aberdour e Judith King, que também possuíam o mesmo treinamento linguístico que Pickering. (Lima-Padovani, 2020, p. 124). Conforme a autora, os materiais produzidos nessa época, principalmente cartilhas de escrita, possuíam foco maior na missão religiosa – como a tradução da Bíblia para a língua apurinã – do que na preservação e manutenção da língua.

Em 1993, a Comissão Pró-Índio de Rio Branco – Acre (Comin) realizou uma proposta de ortografia a fim de aumentar o valor da língua e cultura apurinã. (Lima-Padovani, 2020, p. 125). No entanto, segundo Lima-Padovani (2020), esse material possuía problemas no conteúdo, visto que os colaboradores que forneceram os dados não eram falantes fluentes da língua.

Em 1990, Facundes desenvolveu uma nova ortografia para a língua. Essa proposta foi implementada no material de alfabetização desenvolvido. Em 2019, o autor observou a necessidade de algumas alterações: a alteração da vogal alta central [i], antes grafada como ‘u’, passou a ‘y’ (com o objetivo de evitar que os falantes monolíngues de português a pronunciassem como [u]); o ‘o’, correspondente ao [u], passou a ser grafado como ‘u’; [j] passou a ser escrito como ‘i’; e houve a inclusão de ‘th’ para a representação de [ç]. Dessa forma, os quadros 4 e 5 apresentam as representações fonológicas de vogais e consoantes, com suas possíveis realizações fonéticas e a ortografia atualmente empregada nos materiais de apurinã:

Quadro 4 – Ortografia atual das vogais apurinã

Representação fonológica	Realizações fonéticas	Ortografia
/i/, /ĩ/, /i:/, /ĩ:/	[i, I] / [ĩ] / [i:] / [ĩ:]	i, ã, ii, ãi
/e/, /ẽ/, /e:/, /ẽ:/	[e] / [ẽ] / [e:] / [ẽ:]	y, ã, yy, ãy
/u/, /ũ/, /u:/, /ũ:/	[u, ʊ, o] / [ũ, õ] / [u:, ɔ:] / [ũ:, õ:]	u, ã, uu, ãu
/e/, /ẽ/, /e:/, /ẽ:/	[e, ɛ] / [ẽ] / [e:] / [ẽ:]	e, ã, ee, ãe
/a/, /ã/, /a:/, /ã:/	[a] / [ã] / [a:] / [ã:]	a, ã, aa, ãa

Fonte: Lima-Padovani (2020)

Quadro 5 – Ortografia atual das consoantes apurinã

Representação fonológica	Realizações fonéticas	Ortografia
/p/	[p] [b]	p
/t/	[t] [d]	t
/k/	[k] [g]	k
/m/	[m]	m
/n/	[n]	n
/ɲ/	[ɲ]	nh

/s/	[s]	s
/r/	[r] [l]	r
/ʃ/	[ʃ]	x
/ʒ/	[ʒ]	tx
/ts/	[ts]	ts
/c/	[c]	th
/h/	[h] [ø]	h
/w/	[w]	w
/j/	[j]	i

Fonte: Lima-Padovani (2020)

Nas oficinas presenciadas durante este trabalho, os falantes possuíam a preocupação de utilizar uma ortografia que abrangesse as suas variantes. Desse modo, a proposta atual leva em consideração as distintas variedades da língua, a exemplo das letras ‘h’ e ‘nh’. A letra ‘h’ é mais “fácil para os falantes lerem ‘h’ como ‘silêncio’ como em português, se /h/ não faz parte de sua fala, do que lerem ‘silêncio’ como /h/, se esta fizer parte de sua fala.” (Facundes, 2002). O fonema /ɲ/, representado por ‘nh’, também não ocorre em todas as comunidades e pode ser utilizado somente nas variedades em que ele é de fato usado. Dessa forma, essas letras podem ser ignoradas se o falante não utiliza essas variantes.

ASPECTOS SOCIOLINGÜÍSTICOS DA LÍNGUA APURINÃ

Somente uma parcela da população apurinã fala a língua e a transmissão para crianças ocorre em poucas comunidades, sendo o português a principal língua utilizada. Dessa forma, essa seção busca apresentar as diferentes realidades do uso da

língua apurinã, atestadas em trabalhos de campo e registradas nos trabalhos de Lima-Padovani (2016, 2020).

As realidades sociolinguísticas de apurinã são classificadas em quatro grupos:

- I. grupos majoritariamente monolíngues em apurinã;
- II. grupos bilíngues em que a língua apurinã ainda é produtiva, sendo usada nas atividades diárias, nas reuniões internas da aldeia e nos rituais;
- III. grupos em que o apurinã é usado pelos mais velhos;
- IV. grupos cuja língua apurinã foi praticamente substituída pela língua portuguesa, sendo que a maioria ou até todas as pessoas pertencentes a tais grupos não conhecem quase nada de sua língua nativa. (Lima-Padovani, 2016, p. 26-27).

Em relação às faixas etárias, Lima-Padovani (2016, p. 26) indica que somente os falantes mais idosos falam apurinã fluentemente, enquanto o grupo mais jovem só compreende parte do léxico, e as crianças não aprendem mais apurinã como primeira língua.

No entanto, apesar de o português ser a língua mais utilizada nas comunidades apurinã, Lima-Padovani (2020, p. 34) destaca que “o povo apurinã está interessado em lutar para manter a sua tradição linguística e cultural, mesmo frente à condição de dominação política da sociedade majoritária”. Esse fato é visível na participação positiva das comunidades em projetos de revitalização da língua.

Em relação à percepção dos falantes acerca das diferentes variações da língua, essa ‘consciência’ não é homogênea entre os falantes apurinã. (Lima-Padovani, 2016). Lima-Padovani (2020) indica que:

Verificamos, de modo geral, que atualmente os falantes consideram corretas todas as variedades existentes na língua apurinã. Isso pode estar relacionado com o fato de que o povo apurinã é uma sociedade quase sem nenhum tipo de hierarquização das relações e posições sociais. Mas essa atitude varia segundo a origem geográfica dos sujeitos, pois, como pudemos observar em trabalho de campo, alguns grupos apurinã costumavam considerar “errado” certas variedades da língua. (Lima-Padovani, 2020, p. 36).

No entanto, essa atitude negativa em relação às distintas variantes vem sendo modificada, devido ao avanço de ações de políticas linguísticas desenvolvidas por Facundes e sua equipe, como na inclusão de conteúdos sobre variação linguística nos materiais didáticos desenvolvidos e na abordagem do conteúdo de diversidade linguística nas oficinas ministradas.

APORTES TEÓRICOS

Este capítulo tem o intuito de apresentar os aportes teóricos utilizados na pesquisa. Discutem-se inicialmente alguns conceitos utilizados nas áreas de sociolinguística, dialetologia e geolinguística, como variação e mudança linguística, a fim de entender a língua em sua heterogeneidade, assim como a distinção entre dialetos e o uso de isoglossas.

À luz de autores como Cardoso (2010), Coseriu (1955), Thun (1998, 2010), busca-se entender o trabalho da geolinguística, assim como sua relação com os estudos da dialetologia pluridimensional. Isso se faz importante para a compreensão da metodologia própria utilizada nesses estudos e na importância da produção das cartas linguísticas para o estudo da língua.

Em seguida, apresentam-se os estudos realizados nas áreas de línguas indígenas e ressalta-se a importância da continuação desses trabalhos.

Por fim, a última seção apresenta fundamentos teóricos multidisciplinares importantes para a construção de cartas linguísticas, a exemplo de conceitos da cartografia e produção de mapas. Contextualiza-se também a relevância dos trabalhos nas áreas de etnomapeamento e cartografia social, devido à sua importância para a metodologia deste trabalho.

VARIAÇÃO E MUDANÇA LINGUÍSTICA

Entende-se a variação como característica inerente às línguas naturais, podendo ocorrer de forma sincrônica, sendo dialetal ou sociolinguística; ou historicamente, propiciando a mudança linguística. A variação dialetal pode também indicar

informações sobre o passado da língua e sobre o aparecimento de novas mudanças.

Para o estudo da variação, faz-se necessário conceituar o que seria uma variedade linguística. Moreno Fernández (1998, p. 86) apresenta a definição de que as variedades são um conjunto de elementos ou de padrões linguísticos associados a fatores externos, como contextos situacionais, profissionais, sociais ou geográficos. A partir dessa ideia:

Ao identificar um fenômeno de variação, as perguntas que surgem de modo imediato, em qualquer nível linguístico, são: por quê? Como se originou? E as respostas requerem o auxílio de disciplinas como a dialectologia ou da história da língua porque é habitual que haja fatores extralinguísticos implicados na variação: fatores como a geografia (variação geográfica), a história (variação histórica) ou a situação comunicativa, em seu sentido mais amplo (variação estilística). (Paim, 2007, p. 61).

Dessa forma, o estudo da variação linguística permite uma compreensão maior da relação entre a língua e seu povo, valorizando a importância dos fatores extralinguísticos.

Tem-se uma relação entre variação e mudança linguística. Verifica-se que toda mudança linguística é decorrente de um processo de variação, mas nem toda variação obrigatoriamente envolve mudança. Conforme Labov:

A explicação da mudança linguística parece envolver três problemas distintos: a origem das variações linguísticas; a difusão e propagação das mudanças linguísticas; e a regularidade da mudança linguística. O modelo que subjaz a essa tripartição requer como ponto de partida a variação em uma ou mais palavras na fala de um, ou mais indivíduos.

Essas variações podem ser induzidas pelos processos de assimilação ou dissimilação, por analogia, empréstimo, fusão, contaminação, variação aleatória ou quaisquer outros processos em que o sistema linguístico interaja com as características fisiológicas ou psicológicas do indivíduo. A maioria dessas variações ocorre apenas uma vez e se extingue tão rapidamente quanto surge. No entanto, algumas são recorrentes e, numa segunda etapa, podem ser imitadas mais ou menos extensamente, e podem se difundir a ponto de formas novas entrarem em contraste com as formas mais antigas num amplo espectro de usos. Por fim, numa etapa posterior, uma ou outra das duas formas geralmente triunfa, e a regularidade é alcançada. (Labov, 2008 [1972]), p. 21).

Labov (2008 [1972]) apresenta a metodologia do estudo em tempo aparente para verificar a mudança linguística de forma mais imediata. Esse método consiste em comparar a fala de duas faixas etárias distintas: a de pessoas mais idosas e a de pessoas mais jovens. A mudança em progresso ocorre se a variante inovadora for mais recorrente na fala dos jovens e decrescer na fala do grupo mais idoso. No entanto, é preciso se atentar se a distinção mostrada nos dados de tempo aparente não indica outros fatores – como escolaridade e classe social. Dessa forma, a mudança linguística pode ser indicada a partir da relação entre as diferenças linguísticas geracionais e diferenças sociais dos falantes.

DIALETOS E ISOGLOSSAS

Entre os estudos dialetológicos, o conceito de dialeto é uma construção político-social e não é concebido de forma unânime. Enquanto alguns estudiosos acreditam que o dialeto apresenta o uso da língua em um determinado espaço

geográfico, outros estudos também o relacionam a fatores sociais. Atesta-se que os falantes tendem a utilizar a língua de uma mesma forma, se agrupados e convivendo em uma mesma área geográfica. Ao mesmo tempo, falantes de outra região geográfica, que falem a mesma língua, podem fazer um uso distinto dela. Dessa forma, para cada grupo distinto estaria associado um dialeto.

Em 1922, no trabalho *O linguajar Carioca*, há a conceituação de subdialeto por Antenor Nascentes, ao propor que o dialeto brasileiro se subdividiria em quatro subdialetos. Assim, os dialetos apresentam algumas diferenças relevantes de traços linguísticos secundários que apoiam novas subdivisões, que seriam os subdialetos. (Câmara Jr, 1977).

Em 1953, Nascentes substitui os termos dialetos e subdialetos por falares e subfalares, a partir da justificativa de: “É muito difícil, como observa Paiva Boléo, estabelecer distinções objetivas entre dialeto e falar, mas, em todo caso, há menos inconveniente em chamar falar do que em chamar dialeto.” (Nascentes, 1953, p. 17). No entanto, alguns autores consideram os termos falares e dialetos como sinônimos.

Ferreira e Cardoso (1994) caracterizam o dialeto como “um feixe de isoglossas que se somam e que, portanto, mostram uma relativa homogeneidade dentro de uma comunidade linguística em confronto com outras.” (Ferreira e Cardoso, 1994, p. 16). Desse modo, o conceito de isoglossas, para Ferreira e Cardoso (1994), seria:

Uma linha virtual que marca o limite, também virtual, de formas e expressões linguísticas. As isoglossas podem delinear contrastes e consequentemente apontar semelhanças em espaços

geográficos (isoglossas diatópicas), podem mostrar contrastes e mostrar semelhanças linguísticas sócio-culturais (isoglossas diastráticas), ou ainda podem configurar diferenças de estilo (isoglossas diafásicas). (Ferreira; Cardoso, 1994, p. 13).

O conceito de isoglossa, conforme Chamber e Trudgill (1998, p. 89), surge a partir do neologismo, criado por J. B. A. Bielenstein (1892), de um termo usado na metereologia: isoterma, sendo ‘iso’ referente a ‘igual’. A ideia de uma isoglossa é concordante ao conceito de isolinha (ou isovalor), presente nas ciências cartográficas, que conecta pontos que possuem um valor constante. O quadro 6 apresenta alguns exemplos de isolinhas com suas variáveis:

Quadro 6 – Isolinhas e suas variáveis

Nome de isolinha	Variável representada
ISOHIPSA (curva de nível)	altitude
ISÓBATA (curva batimétrica)	profundidade
ISOGÔNICA	variação magnética
ISÓPORA	pressão atmosférica
ISOTERMA	temperatura
ISOIETA	quantidade de precipitação (chuva)
ISOGLOSSA	aspectos linguísticos

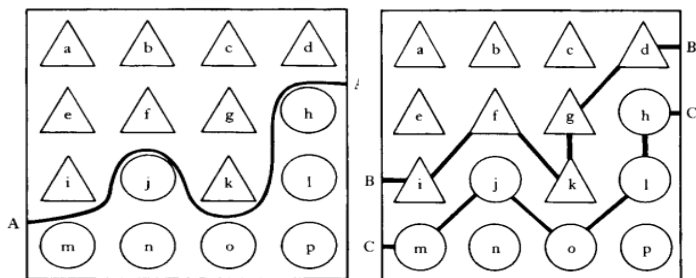
Fonte: Teles (2018)

Teles (2018, p. 49) aponta a diferença entre isoglossas e as outras isolinhas, apresentadas no quadro, a partir de valores quantitativos e qualitativos. Segundo a autora, as isolinhas apresentam valores intermediários aos extremos, configurando-se como variáveis quantitativas, o que possibilita uma interpolação para encontrar valores no interior da área.

No entanto, as isoglossas apresentam uma variável qualitativa, já que não existem valores intermediários e se considera que, em todos os pontos, os atributos são iguais.

Nos estudos linguísticos, usam-se as isoglossas para delimitar áreas com mesmas características linguísticas. Chamber e Trudgill (1998, p. 90) afirmam que existem dois tipos de representação de diferenças linguísticas em áreas. A primeira seria a isoglossa, ilustrada na figura à esquerda, que apresenta uma linha que divide duas áreas (uma em que os falantes utilizam a forma 'triângulo', e outra em que os falantes utilizam a forma 'bola'). Já a segunda é composta de duas linhas (chamadas de heteroglossas) que estabelecem os limites das duas regiões, ligando os pontos que limitam a área de mesmo atributo.

Figura 6 – Isoglossa e heteroglossa

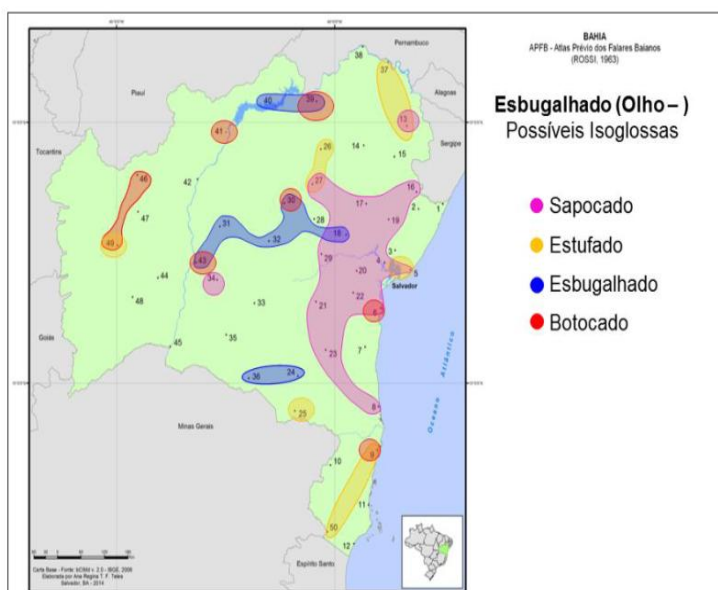


Fonte: Chamber e Trudgill (1998, p. 90)

Os autores apontam que as duas representações apresentam algumas falhas. Em relação às heteroglossas, o falante da mesma língua que estiver localizado entre os falantes *f* e *j*, e que não foi incluído na pesquisa, será considerado não classificado. Enquanto que o sistema de isoglossas corta o território de forma arbitrária, tornando-se menos preciso.

Teles (2018, p. 50) também ressalta o uso de isopletas (ou cloropletas) na produção de cartas em que não se pode usar isolinhas, pois não apresenta uma variação gradual. Nessas cartas, utilizam-se diferentes cores que delimitam as regiões com características linguísticas distintas. Para exemplificar o uso de isopletas, utiliza-se a proposta de leitura de Sampaio (2016, p. 14) para a carta 76 do *Atlas Prévio dos Falares Baianos*:

Figura 7 – Carta linguística de ‘Esubugalhado’ do Atlas Prévio dos Falares Baianos



Fonte: Sampaio (2016)

A partir dessa carta linguística, o autor propõe que a ocorrência de ‘sapocado’ forma três isopletas, marcadas pela cor rosa. Enquanto que ‘estufado’ se mostra em quatro pequenas isopletas, colocadas na cor amarelo. ‘Esubugalhado’ apresenta três isopletas, em azul. Por fim, ‘botocado’ gera sete

isopletas, marcadas em vermelho. Nos atlas linguísticos publicados, além do uso de diferentes cores, também se utilizam hachuras ou linhas para definir as áreas adequadas.

Hoje em dia, discute-se o uso de isoglossas nos estudos dialetológicos. Essa técnica foi utilizada para a representação de um fenômeno linguístico em um momento da história em que distâncias e aspectos geográficos (como rios e montanhas e o clima) isolavam comunidades ou, pelo menos, diminuía a frequência da comunicação entre as pessoas, o que influenciava diretamente na variação linguística diatópica. (Razky, Guedes, Costa, 2018, p. 130). Para Razky, Guedes e Costa:

No entanto, o desenho de isoglossas tornou-se desatualizado para a representação da realidade da variação linguística, pois a homogeneidade que essas linhas imaginárias se propõem a representar tem se tornado cada vez mais um fato histórico. Este é o resultado das grandes mudanças sofridas por uma sociedade cada vez mais globalizada, principalmente com o desenvolvimento das comunicações e transportes desde o século XX. (Razky, Guedes & Costa, 2018, p. 130)⁷.

Dessa forma, o que se percebe, com a inclusão de novas tecnologias e formas de transporte, é que a frequência de

⁷ “However, the design of isogloss lines has become out-of-date for the representation of the reality of linguistic variation, since the homogeneity that these imaginary lines proposed to represent has increasingly become a historical fact. This is the outcome of the great changes undergone by a society which is increasingly globalized, especially with the development of communication and transportation since the twentieth century.” (Razky, Guedes & Costa, 2018, p. 130, tradução nossa). As futuras traduções que também não indicam autoria são de nossa responsabilidade).

comunicação é mais intensa, diminuindo a visualização de ‘fronteiras’ geolinguísticas.

OS ESTUDOS DIALETOLÓGICOS E GEOLINGUÍSTICOS

Nessa subseção será construído um panorama dos estudos dialetológicos e geolinguísticos. Optou-se por apresentar os fundamentos da Dialetologia e da Geolinguística de forma conjunta, visto que a geolinguística é um método científico que dá suporte à dialetologia, e, nas duas linhas de estudo, tem-se a preocupação com os registros de variações da língua.

Para Cardoso (2010), a dialetologia estabelecerá a relação entre diferentes fatores com as várias formas de uso da língua, mas se distinguindo do estudo sociolinguístico por ressaltar a importância da localização espacial das variantes:

Apesar de “consideradas até certo ponto sinônimas”, a dialetologia e a sociolinguística, ao se ocuparem da diversidade de usos da língua, atribuem um caráter particular e individualizante no tratamento do seu objeto de estudo. O enfoque diatópico e sociolinguístico se faz presente em ambas. Distingue-se, no entanto, na forma de tratar os fenômenos e na perspectiva que imprimem à abordagem dos fatos linguísticos. A dialetologia, nada obstante, considera fatores sociais como elementos relevantes na coleta e tratamento de dados, tem como base da sua descrição a localização espacial dos fatos considerados, configurando-se, dessa forma, como eminentemente diatópica. A sociolinguística, ainda que estabeleça a intercomparação entre dados diferenciados do ponto de vista espacial, concentra-se na correlação entre fatos linguísticos e fatores sociais, priorizando,

dessa forma, as relações sociolinguísticas. (Cardoso, 2010, p. 26).

A partir disso, a dialetologia se consolida como ciência linguística a partir da construção de uma metodologia própria – com rede de colaboradores, questionários, organização e análise dos dados. Para a apresentação das informações obtidas nas pesquisas realizadas, atlas linguísticos foram muito utilizados. Conceitua-se um atlas como um conjunto de mapas ou cartas geográficas organizados sistematicamente sobre dado assunto. Dessa forma, um atlas linguístico seria um conjunto de cartas com informações linguísticas organizadas sistematicamente.

Conceitua-se a geolinguística como o “método de que se utiliza a Dialetologia para localizar espacialmente as variações das línguas umas em relação às outras, podendo situar socioculturalmente cada um dos falantes considerados.” (Cardoso, 2010, p. 197–198). Essa metodologia foi utilizada para a construção de um atlas linguístico pela primeira vez, por Georg Wenker, para análise comparativa de variantes dialetais, sendo considerado o pai da geografia linguística por Chambers e Trudgill (1994). Cardoso (2010), por outro lado, aponta que o primeiro atlas criado a partir de método com rigor científico foi o *Atlas Linguistique de la France* (ALF), de Jules Gilliéron e Edmond Edmont, produzido a partir de uma coleta sistemática das informações.

A metodologia do ALF consistia em um questionário com aproximadamente 1.500 frases e palavras que buscavam investigar aspectos lexicais, fonéticos, morfológicos e sintáticos. E. Edmont realizou o levantamento de dados em 630 localidades, e depois enviou as informações para Gilliéron, que

produziu as cartas linguísticas referentes aos quatro anos de pesquisa (1897-1901).

Para Coseriu (1955), a geografia linguística se preocupa especialmente com a distribuição espacial de fenômenos linguísticos lexicais, fonéticos, morfológicos e outros. Dessa forma, a Geografia Linguística estaria no campo da Geografia, sendo uma *geografia das línguas*.

A partir dos estudos geolinguísticos, percebe-se que a utilização de atlas linguísticos promoveu novos questionamentos. Hoje, discute-se a Dialetoлогия moderna, ou também chamada de geolinguística pluridimensional, que visa relacionar as variantes com informações não somente de dimensão espacial, mas também com diferentes fatores extralinguísticos. Para Thun (1998), é no encontro das disciplinas de dialetologia e sociolinguística que se pode encontrar uma “ciência geral da variação linguística”. Segundo o autor, a Dialetoлогия pluridimensional está em um espaço tridimensional, que relaciona o espaço bidimensional horizontal, trabalhado pela Dialetoлогия tradicional, com o espaço vertical da Sociolinguística.

Assim, esse novo campo de estudo não se limitaria à observação de variantes e dialetos dentro de um espaço geográfico, como observado nos estudos geolinguísticos tradicionais, ou na análise da relação da variação com suas relações sociais, como feito pela Sociolinguística.

Para a construção de um atlas pluridimensional, é preciso analisar mais de duas dimensões. A exemplo, cita-se o projeto do Atlas Linguístico do Português em Áreas Indígenas (ALiPAI), que registra as dimensões diatópica, diagenérica, diageracional, diastrática e dialingual em seus mapas. Conforme Costa, Razky, Guedes (2020):

O ALiPAI surgiu a partir da constatação de uma lacuna tanto no que diz respeito ao estudo geossociolinguístico das línguas indígenas brasileiras, que viria a ser preenchida com o desenvolvimento do projeto Atlas Sonoro das Línguas Indígenas do Brasil (ASLIB), ao qual o ALiPAI está vinculado, quanto no que concerne ao estudo do português falado em áreas indígenas, tendo em vista que o português falado no Brasil já era objeto de estudo do projeto Atlas Linguístico do Brasil (ALiB). (Costa, Razky, Guedes, 2020, p. 3).

Esse projeto possibilitou o desenvolvimento de trabalhos, como o de Guedes (2017), intitulado Perfil geossociolinguístico do português em contato com línguas Tupí-Guaraní em áreas indígenas dos estados do Pará e Maranhão, de Costa (2018), intitulado Estudo geossociolinguístico do léxico do português falado em áreas indígenas de língua Tupí-Guaraní nos estados do Pará e Maranhão, e de Sanches (2020) com o Microatlas linguístico (Português-Kheuól) da área indígena dos Karipuna do Amapá, que produziu cartas linguísticas do português e do kheuól em uma perspectiva geossociolinguística dialingual.

PANORAMA DOS ESTUDOS DIALETOLÓGICOS COM LÍNGUAS INDÍGENAS

O *Atlas linguístico guarani-românico (ALGR)* (2010), proposto por Thun *et al.*, foi o primeiro trabalho da área com línguas indígenas, no entanto, o estudo foca no bilinguismo entre o espanhol e o guarani paraguaio.

Recentemente, iniciou-se o projeto *Mapeamento Geossociolinguístico do Português Falado em Áreas Indígenas nos Estados do Pará e Maranhão* (MGPFAl), pela Universidade

Federal do Pará, que busca desenvolver pesquisas do português em terras indígenas. No Quadro 7, apresentam-se alguns trabalhos geolinguísticos do grupo Geossociolinguística e Socioterminologia (GeoLinTerm):

Quadro 7 – Trabalhos geolinguísticos do português em terras indígenas

Título do trabalho	Descrição	Natureza e referência
<i>Perfil geossociolinguístico do português em contato com línguas tupi-guarani nos estados do Pará e Maranhão</i>	Estudo fonético-fonológico do português nas Tis: Alto Rio Guamá (Tembé), Nova Jacundá (Guarani Mbyá), Sororó (Suruí do Tocantis), Trocará (Asuriní do Tocantis) e Arariboia (Guajajára)	Tese concluída (doutorado): Guedes (2017)
<i>Estudo geossociolinguístico do léxico do português falado em áreas indígenas de língua Tupi-Guarani nos estados do Pará e Maranhão</i>	Estudo semântico-lexical do português nas Tis: Nova Jacundá (Guarani Mbyá), Sororó (Suruí do Tocantis), Trocará (Asuriní do Tocantis) e Arariboia (Guajajára)	Tese concluída (doutorado): Costa (2018)
<i>Mapeamento Lexical do Português falado pelos Wajãpi no Estado do Amapá: Uma abordagem Geossociolinguística</i>	Estudo semântico-lexical do português nas aldeias: Aramirã, Pairakae CTA, Mariry e Kurani'ity	Dissertação concluída (mestrado): Rodrigues (2017)
<i>A variedade do português falado pelos Asuriní do Xingu e pelos Araweté: um estudo geossociolinguístico</i>	Estudo semântico-lexical	Dissertação concluída (mestrado): Alves (2018)
<i>Mapeamento fonético do português falado em comunidades indígenas do Oiapoque-AP</i>	Estudo fonético	Dissertação concluída (mestrado): Carvalho (2019)
<i>A variação lexical do português em contato com as línguas Nheengatu, Baniwa e Tucano: um estudo geossociolinguístico</i>	Estudo semântico-lexical	Tese concluída (doutorado): Félix (2019)
<i>Microatlas linguístico bilingue (português-khéoul) da área indígena dos Karipuna do Amapá</i>	Estudo semântico-lexical	Tese concluída (doutorado): Sanches (2020)
<i>Atlas Linguístico do Português em Áreas Indígenas (ALiPAI)</i>	Estudo fonético e semântico-lexical	Projeto em andamento.

Fonte: Alves, 2018. Adaptado pela autora.

Percebe-se, nos estudos com línguas indígenas, uma dificuldade em conseguir dados linguísticos de diferentes

dimensões para a construção de um atlas pluridimensional. Em apurinã, Lima-Padovani (2016) afirma que:

A grande maioria dos falantes fluentes da língua encontra-se em uma faixa etária superior aos 30 anos. Esse fato faz com que seja extremamente difícil obter dados com pessoas de uma faixa etária mais jovem, por exemplo, abaixo dos 20. Como acontece com a maior parte das línguas indígenas do Brasil, apurinã está em perigo de extinção, já que, em geral, a língua não vem sendo repassada às crianças nas últimas 3-4 décadas, aproximadamente. (Lima-Padovani, 2016, p. 40).

Dessa forma, em muitos casos, somente os falantes de uma faixa etária mais velha, com o mesmo grau de escolaridade, possuem o domínio da língua. Conforme Lima-Padovani, Freitas e Facundes (2018):

Tipicamente, em comunidades com línguas ameaçadas de extinção, apenas parte da comunidade fala a língua, e quem fala costuma ser da faixa etária mais elevada. Um número pequeno de falantes, proporcionalmente ao número de indivíduos de uma comunidade, por si só, impede a obtenção de coleta estratificada de dados, já que torna difícil obter números equivalentes de falantes para cada setor considerado (sexo, faixa etária, escolaridade, etc.). Para piorar, as pessoas que ainda falam muitas dessas línguas frequentemente são apenas as mais idosas, o que impede comparar os seus dados com aqueles de outras faixas etárias. Estendendo-se esse raciocínio, é fácil perceber que uma coleta de dados estratificados típica de uma pesquisa sociolinguística torna-se inviável para um grande número de línguas ameaçadas. (Lima-Padovani; Freitas; Facundes, 2018, p. 4).

Apesar da dificuldade de estratificação dos dados nos parâmetros tradicionais da sociolinguística variacionista, o trabalho com a variação em línguas indígenas indica que se deve “observar os fatores sócio-histórico-culturais específicos da sociedade a que essa língua pertence.” (Lima-Padovani; Freitas; Facundes, 2018, p. 10).

A partir dessas considerações, verifica-se a ausência de trabalhos geolinguísticos monolíngues com o foco na documentação de línguas indígenas, assim como a necessidade de adaptação da metodologia para o trabalho de campo realizado nas comunidades.

CARTOGRAFIA E MAPEAMENTO DE DADOS LINGUÍSTICOS

Este trabalho busca examinar a relação entre as variantes linguísticas e sua distribuição em área, mas também refletir sobre a importância do território para a manutenção das línguas indígenas. Como mencionado anteriormente, a geografia linguística, também chamada de *cartografia linguística* (Gomes, 2007, Romano; Seabra e Oliveira, 2014), parte de um método cartográfico para a produção da representação do fenômeno linguístico. Dessa forma, essa seção busca explorar alguns conceitos e instrumentos cartográficos utilizados no desenvolvimento da pesquisa.

Como o trabalho visa discutir a relação entre o espaço e a língua para comunidades indígenas, usa-se também dos pressupostos da Cartografia Etnográfica, Social e do Etnomapeamento, que são referenciais essenciais para a compreensão do conhecimento de um povo sobre seu território. Por fim, apresentam-se informações técnicas sobre o processo de construção de um mapa linguístico e se aborda o

uso de *Sistemas de Informações Geográficas (SIG)* na produção de cartas linguísticas.

CARTOGRAFIA ETNOGRÁFICA E CARTOGRAFIA SOCIAL

Entende-se que os mapas são uma forma de representar e estruturar o mundo. A cartografia etnográfica surge com o objetivo de analisar a interação entre os fatores físicos do território com a influência dos fatores humanos. Gallero afirma que:

A cartografia etnográfica foi uma ferramenta teórico-metodológica que surgiu a partir do empenho de capturar o processo de povoamento que gradualmente transformou o território. Esta ferramenta complementa a cartografia – por ser uma ciência dedicada ao estudo e elaboração de mapas – com a etnografia – por ser uma ferramenta fundamental para a reconstrução do território como espaço *representado e apropriado* por aqueles que o habitam. (Gallero, 2018, p. 15)⁸.

Gallero (2018) apresenta duas categorias para mapas: o primeiro seria o *mapa instrumento*, que possui caráter informativo e prático; o segundo seria o *mapa imagem*, que carrega uma abstração, que possui o esforço intelectual da construção de um instrumento prático, mas também apresenta um caráter intangível como imagem. Para a autora, os mapas

⁸ “La cartografía etnográfica fue una herramienta teórico-metodológica que surgió ante el empeño de plasmar el proceso de poblamiento que gradualmente transformo el territorio. Esta herramienta complementa la cartografía – por ser una ciencia dedicada al estudio y elaboración de mapas – con la etnografía – por ser una herramienta fundamental para la reconstrucción del territorio como espacio representado y apropiado por los que lo habitan.” (Gallero, 2018, p. 15).

produzidos na cartografia etnográfica fazem parte da segunda classificação, visto que são uma representação que descreve o espaço e o território.

Ao trabalhar o conceito de território, no âmbito antropológico, Diaz (2007, p. 72) afirma que o território está relacionado 1) aos aspectos ligados ao imperativo prioritário que a sociedade tem de satisfazer suas necessidades primárias – como a toponímia, ou formas de nomear os espaços, e o controle de recursos naturais; 2) e que implica também uma identidade histórica “que ajuda a definir um *nós*, frente a um *eles*.”⁹ O território já apresenta uma ligação entre o humano e o geográfico.

Ao observar a relação entre o humano e o espaço geográfico, observa-se que “a etnia se cria e se fortalece pela profundidade de sua ancoragem no solo e pelo grau de correspondência mais ou menos elaborada que mantém com um espaço.” (Bonnemaison, 2002, p. 112). A relação do humano com o espaço cresce ao longo das experiências vividas nos lugares.

Assim, percebe-se que o território inclui histórias, relatos pessoais, pessoas importantes para a comunidade e uma relação íntima com o povo e o seu lugar de habitação. Bonnemaison (2002) afirma que, nas sociedades tradicionais, o território também é composto de uma ‘geografia sagrada’, na qual a cosmologia e os rituais fazem parte dessa estrutura espacial simbólica. Desse modo, a língua também não se define a partir de limites físicos de terras demarcadas, mas se

⁹ “*que contribuye a definir a um ‘nosotros’ frente a un ‘ellos’.*” (Diaz, 2007, p. 73).

relaciona com a cultura e a história dos falantes. A exemplo, têm-se as variações geográficas, que sempre despertaram muito interesse nos estudos linguísticos, visto que podem ser percebidas com mais facilidade pelos falantes. (Teles, 2018, p. 58).

Conforme Bonnemaïson (2002), o território é necessário para que uma etnia se mantenha, que haja um lugar para se exprimir sua identidade cultural. A exemplo do Xavante, Maria Lúcia Cereda Gomide (2013) atesta que “Os movimentos (chamados por alguns autores de seminomadismo) pelo território, denominados pelo Xavante pelo termo *zomori*, (...) infelizmente já não existem na atualidade, devido ao tamanho insuficiente das terras indígenas que não comportam sua territorialidade.” (Gomide, 2013, p. 96). Desse modo, percebe-se que, muitas vezes, a delimitação de terras indígenas proposta pelo Estado não abrange o território da etnia.

A cartografia social visa registrar relatos a partir do trabalho com o automapeamento e identificar situações de conflitos no uso do território. A partir dessa visão, Alfredo Wagner – em entrevista para Lima; Ramos; Silva – apresenta que os mapas, pela cartografia social:

[...] são mapas que podem mudar, variar, sendo as transformações vividas pelos grupos e comunidades. Hoje, eles têm uma configuração, amanhã, podem ter outras forças externas, como o embate com grileiros, o embate com o Estado, o embate com grupos interessados na terra que querem usurpar ou adquirir. Então, a mercantilização vai balizando esta delimitação, como é que ela pode ser estabelecida. A fronteira é um lugar de relações. A fronteira é o lugar onde o grupo se realiza com mais força identitária. (Lima; Ramos; Silva, 2013, p. 264).

Projetos de etnomapeamento e da cartografia social realizados com grupos indígenas auxiliam no controle, administração do território e diagnóstico etnoambiental. Parte-se de um mapeamento participativo com o resgate de memórias sobre o território, com a representação de locais importantes para a comunidade. Conforme Little:

Os mapas mentais dos indígenas (também conhecidos como mapas nativos ou etnomapas) surgem das práticas de cartografar as múltiplas formas que os membros de um povo indígena utilizam para organizar seu espaço. (Little, 2006, p. 30-31).

Esses estudos ajudam a representar como as comunidades manejam seus recursos, como elas percebem o território, e permitem também a espacialização dos problemas, assim como o planejamento de soluções:

Os elementos “cartografados” nos mapas representam o produto das relações sociais que manifestam no cotidiano sua vivência e como o território é utilizado. As relações sociais estabelecidas historicamente no espaço devem ser observadas a partir dos desenhos e da oralidade, tanto individual quanto coletivamente, para o desenvolvimento do mapa da territorialidade de comunidades tradicionais. (Da Costa Lima; Da Costa, 2012).

Esse registro é de suma importância para a luta pelo território, visto que apresenta as maneiras de utilizar esse espaço, e que estão guardadas na memória individual e coletiva do povo.

Essa subseção busca apresentar a relação entre espaço geográfico, língua e memória. Percebe-se que esses pontos se ligam durante a vivência apurinã e podem ser refletidos a partir dos mapas produzidos.

Conforme apontado por Harley (2011), um mapa é biográfico em quatro níveis. Dessa forma, o autor afirma que:

Primeiramente, a própria folha de mapa tem uma biografia como objeto projetado, trabalhado e usado em uma época diferente. Em segundo lugar, o mapa serve para nos ligar às biografias dos seus fabricantes - desenhistas, trabalhadores, impressores e agrimensores que trabalharam para reproduzir sua imagem. Em terceiro lugar, o mapa é uma biografia da paisagem que retrata; uma biografia, - como disse F. W. Maitland - “mais eloquente do que seriam muitos parágrafos de discurso escrito”. Em quarto lugar, e de maior valor para mim como colecionador, o mapa retribui minha própria biografia. É um rico veio de história pessoal, e dá um conjunto de coordenadas para o mapa de memória. (Harley, 2011, 327)¹⁰.

¹⁰ “Firstly, the map sheet itself has a biography as a physical object designed, crafted and used in a different age. Secondly, the map serves to link us to the biographies of its makers - draughtsmen, labourers, printers and surveyors who worked to reproduce its image. Thirdly, the map is a biography of the landscape it portrays; a biography, moreover - as F. W. Maitland put it - ‘more eloquent than would be many paragraphs of written discourse’. Fourthly, and of most value to me as collector, the map reciprocates my own biography. It is a rich vein of personal history, and it gives a set of coordinates for the map of memory.” (Harley, 2011, 327).

Como apresentado anteriormente, um mapa é um documento que representa não somente um espaço geográfico, mas também a visão de seus autores.

O entendimento do mapa como uma representação da memória é também importante para os estudos de etnomapeamento e da cartografia social, visto que se baseiam nas reproduções do espaço presentes na mente dos colaboradores para a construção do produto final. Isso ocorre porque os espaços ocupados fazem parte da vida e da memória de quem utiliza esses caminhos, como existem caminhos diários utilizados para ir para casa ou para o trabalho, por exemplo. Conforme afirma Britain (2011) “esses caminhos não são somente físicos, eles também são sociais”¹¹.

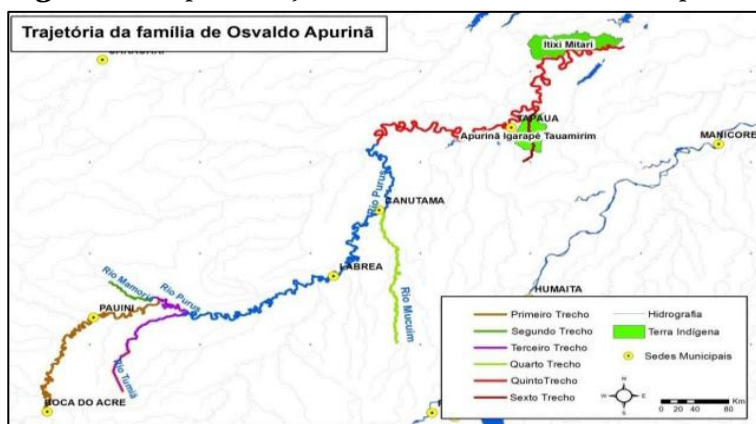
A partir dessa ideia, indica-se que os falantes apresentam uma relação com o território onde habitam. Em apurinã, por conta da intensa migração, Virtanen (2016) atesta que muitos indígenas se identificam com os diversos lugares em que moraram:

Quando viajei de rio pelo Rio Tumiã, os apurinã ficavam identificando os locais de florestas antropogênicas onde seus parentes viveram. A vegetação plantada tem implicações especiais para parentes que fizeram suas casas em determinados lugares, e muitas vezes esses lugares estavam no local de assentamentos anteriores. De fato, o manejo florestal dos apurinã parece estar ligado ao uso anterior de roças e roças. A sua mobilidade está, assim, essencialmente ligada às formas como compreendem os seus conhecimentos, as suas ações ecológicas e a sua história. (Virtanen, 2016, p. 94).

¹¹ These paths aren't just physical, they are also social (Britain, 2011, p. 79)

Para exemplificar, Filho (2017) registra a trajetória de Osvaldo *Kemawokoru*, que saiu da região de Boca do Acre ainda criança, na companhia dos pais, e se situou na região de Itixi Mitari para residir em Tawamirim. Osvaldo carregaria as memórias e as experiências repassadas pelo pai, ao longo da descida do Purus, e seu caminho revelaria uma rede de alianças e desavenças com patrões e parentes apurinã. (Filho, 2017, p. 35). Essa trajetória é ilustrada na Figura 8:

Figura 8 – Mapa da trajetória da família de Osvaldo apurinã



Fonte: Filho (2017)

Percebe-se no mapa a distinção de seis trechos, que identificariam momentos distintos de mobilidade. Filho (2017) aponta que as localidades identificadas no mapa se relacionam à coleta de sorva, castanha, borracha ou ao cultivo de roças e que a relação entre os indígenas com essas plantações se distinguia ao longo do Purus:

Por fim, trago um aspecto comparativo da aldeia de Osvaldo quanto à plantação de roçados. A aldeia Terra Nova apresenta a agricultura como uma atividade muito forte, com áreas de plantações

medanas de cultivo regular durante o ano, descrita por eles como parte “cultura tradicional apurinã”. Entretanto, ao visitar a aldeia Vila Nova, com aproximadamente cem famílias, não se encontrou essa mesma produção de roçados, deparei-me com pequenas roças de macaxeira, cará, mandioca, tabaco e *katsupary* dispersas medindo aproximadamente meia quadra. Essa observação se traduz da seguinte forma, o valor da agricultura é usual para o grupo da aldeia Terra Nova que se identifica como agricultores, enquanto a aldeia Vila a plantação não é uma atividade anual, são roças cultivadas por famílias que não plantam em grandes áreas e até deixam de plantar entre um ano e outro. (Filho, 2017, p. 37).

A partir disso, infere-se que o uso do espaço geográfico se relaciona com os saberes e com os conhecimentos dos indivíduos, além de indicar características específicas de cada ponto geográfico. Conforme Schiel (2004, p. 74):

Andando num caminho ou subindo um igarapé, comenta-se: “aqui era a moradia de fulano”; “aqui urubu comeu gente” (houve briga); “aqui é o cemitério de tal pessoa”; “aqui era varador de burro” (no tempo auge da borracha). Os caminhos ganham significado pelas lembranças. A visão dos lugares traz a recordação de eventos vividos pela pessoa ou a ela narrados. (Schiel, 2004, p. 74).

De forma semelhante, verifica-se que as variações linguísticas presentes em apurinã oferecem informações sobre migrações passadas. Os falantes guardam na memória as características de cada lugar que passaram, entre elas as variantes utilizadas. Desse modo, o falante apurinã pode

identificar a origem de quem está falando a partir do uso das variantes características de cada região.

CARTAS LINGUÍSTICAS

As cartas linguísticas conectam informações linguísticas com informações topográficas. Essa documentação da distribuição linguística possui um valor importante para os estudos de variação, visto que promove o desenvolvimento de um instrumento confiável dentro da geografia linguística, por descrever o fenômeno linguístico a partir da diferenciação entre áreas. É importante entender um mapa linguístico também como uma forma de comunicação, que possui funções e objetivos de representação (a partir de suas características textuais e gráficas). A partir disso, busca-se apresentar as características que definem um mapa linguístico e que justificam a necessidade dessa representação visual.

Em um mapa linguístico, Girnth (2011) aponta que se pode alcançar diferentes níveis individuais, que são caracterizados a partir das perguntas: i) Qual o objetivo do mapeamento? (nível funcional); ii) O que é mapeado? (nível temático); iii) Como está sendo mapeado? (nível estrutural); iv) Que imagem mental o mapa linguístico produz? (nível cognitivo).

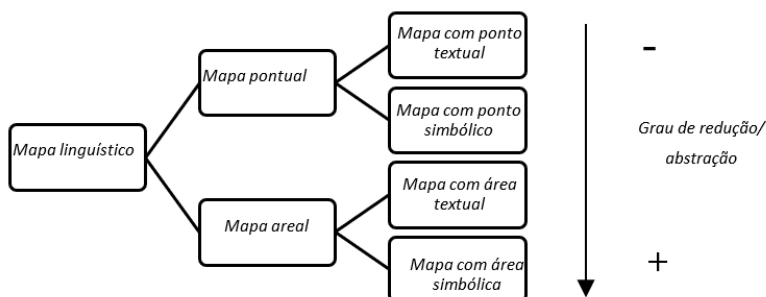
O nível funcional visa determinar o objetivo do mapeamento, como documentação e economia visual. O nível temático indica o que está sendo mapeado, que pode ser dividido em fatores extralinguísticos, como informações topográficas e areais, assim como fatores linguísticos, como níveis linguísticos ou mono/multidimensionalidade. O nível estrutural apresenta as formas de representação das

informações, como elementos de um mapa, métodos de mapeamento, simbolização e delimitação de isoglossas, assim como sua divulgação – que pode ser impressa ou digital. O nível cognitivo apresenta os resultados dos níveis anteriores a partir da interpretação da realidade gerada pelo mapa linguístico. (Girnth, 2011, p. 100).

Girnth (2011) aponta que um mapa linguístico é resultado da seleção temática, espacial e temporal feita pelo cartógrafo a partir de um ‘espelho’ de suas decisões subjetivas. Entre essa seleção de informações e de representações gráficas, um mapa linguístico deve prezar pela clareza da leitura, em que o leitor consegue obter o máximo de informação com o menor esforço cognitivo. O fenômeno linguístico a ser mapeado caracteriza os diferentes tipos de mapas, citam-se os trabalhos de mapas: i) fonéticos/fonológicos; ii) morfológicos; iii) lexicais; iv) ou mapas sintáticos.

Para Girnth (2011), existem dois tipos de mapas qualitativos nos estudos de cartografia linguística: os mapas pontuais, que apresentam as localizações de coleta de dados com os dados linguísticos coletados; e os mapas areais, que apresentam dados linguísticos idênticos ou similares dentro de uma área. A disponibilização da informação entre pontos e áreas permite a visualização de diferentes graus de abstração na apresentação das informações linguísticas e topográficas:

Figura 9 – Graus de abstração de um mapa linguístico



Fonte: Girnth, 2011. Adaptado pela autora.

A exemplo de um mapa fonético pontual, percebe-se um mapa objetivo, que apresenta a transcrição fonética de cada localização estudada. Além da transcrição fonética, não há um conjunto de informações a ser interpretado. Assim, o leitor do mapa constrói a sua própria imagem da realidade linguística (Girnth, 2011, p. 108). Além disso, o autor aponta que outra vantagem de um mapa pontual é permitir a visualização de diversos fenômenos linguísticos em um mesmo local. Dessa forma, nota-se que:

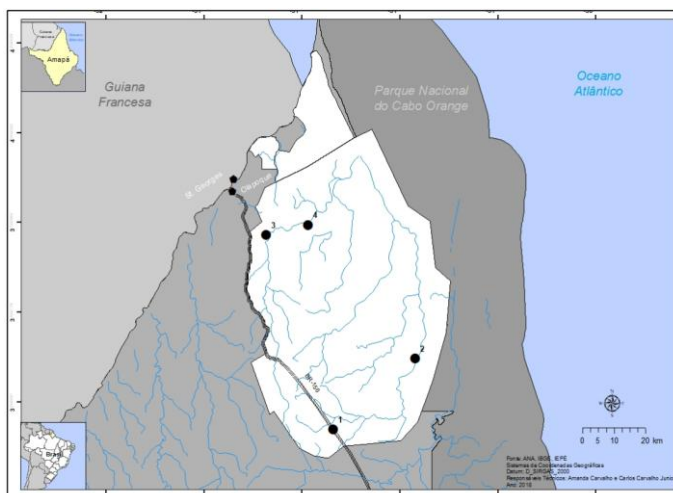
Os mapas pontuais apresentam uma função primária documental, em que mostram os dados linguísticos em pontos individuais na sua exata distribuição areal, enquanto que mapas areaais são primariamente interpretativos, porque eles reúnem diversas formas idênticas ou semelhantes. (Girnth, 2011, p. 108).¹²

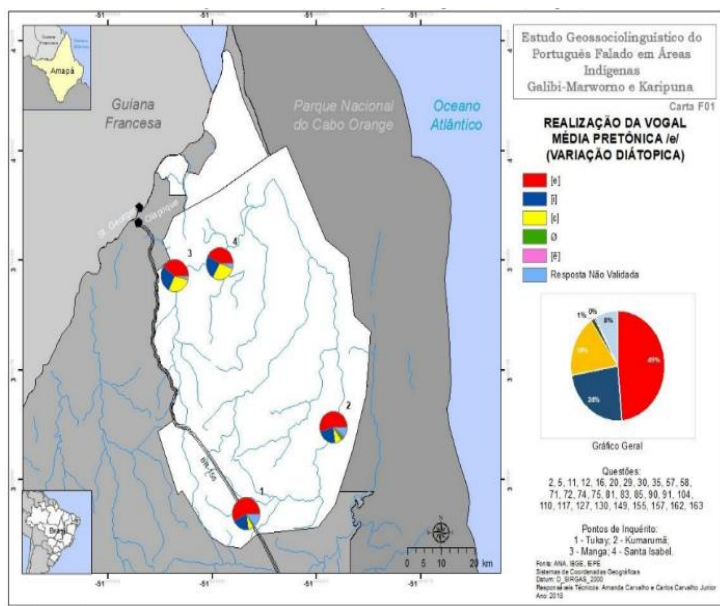
¹² “Point maps have a primarily documental function, in that they show the individual linguistic data points in their exact areal distribution, while area maps are primarily interpretative, because they draw together several identical or similar forms.” (Girnth, 2011, p. 108).

Diferentes abordagens podem ser utilizadas para a construção do mapa, a partir das escolhas subjetivas do autor que evidenciam os seus objetivos com a visualização das informações representadas.

Um mapa linguístico é composto de pelo menos duas camadas (*layers*) de informação: a primeira faz referência a um mapa base, e a segunda espacializa as informações linguísticas. Dentro do mapa base, encontram-se as informações topográficas e geofísicas, que são dados extralinguísticos, como limites políticos, rios e cidades próximas. Nos estudos geolinguísticos, geralmente se utiliza uma mesma carta-base para todos os mapas, diferenciando-se apenas nas informações linguísticas espacializadas. As figuras a seguir apresentam a diferença entre uma base cartográfica (primeira) e um mapa temático (segunda, com informações sobre a realização da vogal média pretônica /e/):

Figuras 10 e 11 – Diferença entre base cartográfica e mapa temático





Fonte: Carvalho (2019)

Observa-se que, na primeira figura, ilustram-se os pontos geográficos em que a pesquisa foi realizada, assim como informações de limites políticos e rios presentes na região. Na segunda imagem, o mapa linguístico já apresenta informações sobre a análise do fenômeno linguístico, em que a autora distribui a frequência das respostas em um gráfico em formato de pizza.

Dessa forma, conceitua-se um atlas linguístico como um conjunto de cartas linguísticas sistematizadas que registram variações, que podem ser nos níveis fonético-fonológicas, léxico-semânticas e morfosintáticas, presentes em um espaço geográfico. Ademais, este trabalho faz parte de um projeto que visa a documentação de distintas informações, não somente linguísticas, em um atlas enciclopédico.

Com o avanço das tecnologias, os atlas linguísticos contemplaram novos formatos, que influenciam no

armazenamento, apresentação e análise dos dados. Cardoso (2010) afirma que os atlas podem ser enquadrados em três grupos:

- (1) Atlas de 1ª geração – denominação para atlas linguísticos constituídos de mapas que podem conter informações diatópicas e/ou geossociolinguísticas, acompanhados ou não de notas, sem apresentação de estudos interpretativos.
- (2) Atlas de 2ª geração – denominação para atlas linguísticos constituídos de mapas que podem conter informações diatópicas e/ou geossociolinguísticas, acompanhadas ou não de notas, com apresentação de estudos interpretativos (atlas interpretativos).
- (3) Atlas de 3ª geração – são os denominados atlas sonoros (atlas *parlants*) que fornecem ao lado dos dados mapeados a possibilidade de audição das elocuições cartografadas referentes a cada informante registrado. (Cardoso, 2010, p. 197).

Identifica-se aqui que os novos estudos apresentam também outras alternativas de apresentação dos dados, dando enfoque aos trabalhos com publicação por mídias digitais (*e-books* e *sites*).

Com a sistematização dessas informações, surgem os Sistemas de Informação Geográfica (SIG)¹⁵. A partir do uso dessa nova tecnologia, percebe-se que há uma maior facilidade de incorporação de banco de dados, capaz de gerar de forma mais rápida um grande número de mapas digitais com diferentes temas.

O uso de tecnologias SIG permitiu uma nova forma de coletar, manipular, analisar e apresentar dados nos estudos

¹⁵ SIG também pode ser chamado de GIS, que parte da sigla na língua inglesa para *Geographic Information System*

cartográficos. Conforme Luebbering (2011, p. 18), essas ferramentas são ricas para os estudos linguísticos porque “um único projeto em SIG permite acesso para múltiplas possibilidades de mapas e visualizações, e não somente um produto estático”¹⁴. Dessa forma:

O SIG oferece à geolinguística uma gama de possibilidades para visualização de relações geográficas, permitindo a criação e comparação de vários mapas alternativos com facilidade, uma vez que os dados são coletados, colhidos e organizados. Sobreposição de mapa e ferramentas para examinar relações espaciais entre variáveis são facilmente acessíveis na maioria dos softwares SIG atuais. (Hoch & Hayes, 2010, p. 33).¹⁵

A partir da utilização dessas múltiplas possibilidades e da sobreposição de mapas diferentes, pode-se observar, com maior facilidade, a relação entre dimensões distintas (sejam linguísticas, diatópicas, diassexuais ou diageracionais, por exemplo). Lee e Kretzschmar (1993) apontam que o uso da ferramenta SIG é uma melhor opção para a interpretação de dados linguísticos, visto que a análise espacial é feita a partir da visualização de padrões, e não somente na subjetividade do desenho de isoglossas. Para os autores, existem duas possibilidades de análise e comparação de dados com a sobreposição de mapas e uso de bancos de dados distintos, a partir das ferramentas SIG: 1) Relação entre bancos de dados

¹⁴ *A single GIS project provides access to multiple map possibilities and views, not just one static product.* (Luebbering, 2011, p. 18).

¹⁵ *GIS offers geolinguistics a range of possibilities for visualization of geographic relationships, allowing creation and comparison of multiple alternative maps with ease once the data are collected and organized. Map overlay and tools to examine spatial relationships among variables are easily accessible in most current GIS software.* (Hoch; Hayes, 2010, p. 33).

linguísticos com camadas de outros tipos de informações (a exemplo de camadas sociodemográficas); 2) Relação entre bancos de dados linguísticos distintos. (Lee & Kretzschmar, 1993, p. 557). Dessa forma, nota-se que a espacialização a partir de ferramentas SIG pode colaborar com a análise de informações linguísticas e detalhar a interação entre o espaço e a língua.

O potencial e os benefícios do uso desses instrumentos na área geolinguística são observados ao longo da literatura (Kretzschmar, 1997; Lee e Kretzschmar, 1993; Williams e Van der Merwe, 1996; Williams e Ambrose, 1992; Williams, 1996; Hoch e Hayes, 2010; Luebbering, 2011; Lee e Han, 2018). Optou-se por utilizar essa tecnologia no desenvolvimento deste trabalho, visto que permite relacionar e analisar os diferentes bancos de dados explorados, produzindo um trabalho que não é estático, mas interativo e relacional.

ASPECTOS ÉTICOS DA PESQUISA CARTOGRÁFICA COM LÍNGUAS INDÍGENAS

Em um mapeamento com povos indígenas, verifica-se a grande importância de um trabalho preliminar de reunião com líderes e membros das comunidades. Esse momento visa descrever o trabalho e seus benefícios, pedir o consentimento para o desenvolvimento da pesquisa, assim como o apoio para a participação dos membros da comunidade.

Faz-se necessário mostrar à comunidade qual a importância da realização desses estudos, também indicando um retorno benéfico para a língua e o povo. O mapeamento é um instrumento importante na administração da terra indígena, sendo possível visualizar as áreas utilizadas pela comunidade, assim como utilizar os mapas construídos para o

auxílio de demandas com organizações apoiadoras. Além disso, com a produção de mapas colaborativos com os membros das comunidades, é possível perceber como áreas com risco de invasão ou atividades de latifúndio podem afetar as áreas importantes para o povo.

Mesmo com a autorização deliberada, é preciso ter atenção e cuidado com a demonstração de dados que podem ser sensíveis para a comunidade – seja por questões de risco, como invasão de terras, ou porque a comunidade não apresenta interesse em divulgar esses dados. Cita-se o trabalho de mapeamento para conservação de comunidades em Suriname, realizado por Ramirez-Gomez; Brown; Fat (2013), em que:

Uma decisão intencional foi a de excluir medicinas do grupo responsável pela coleta de dados sobre ecossistemas. Quando os participantes da comunidade em Sipalwini, a comunidade piloto, foram questionados sobre o lugar de plantas medicinais, eles desenharam um círculo em torno de toda a área de mapeamento. Existem duas possíveis interpretações. Os participantes consideram que toda a área contém plantas medicinais, ou eles não quiseram identificar locais específicos, visto que esse lugar é uma questão sensível. Desde a comunidade piloto, o time PGIS¹⁶ decidiu remover plantas medicinais da legenda de serviços ecossistêmicos em todas as aldeias subsequentes. (Ramirez-Gomez; Brown, Fat 2013, p. 9).¹⁷

¹⁶ Sigla referente à *Participatory Geographic Information System*, que realiza o geoprocessamento de informações a partir de um mapeamento participativo

¹⁷ “An intentional decision was made to exclude medicines in the group of provisioning ecosystem services. When the community participants in

Dessa forma, nota-se a necessidade de decisões feitas pelo responsável pela produção dos mapas, a fim de prezar pela segurança do conhecimento e do território das comunidades estudadas.

Dessa forma, a partir do nível funcional, categorizado por Girnth (2011), visa-se justificar a importância do trabalho linguístico com povos indígenas a partir da utilização de mapas, instrumentos que possuem utilidades diferentes de uma exposição de dados linguísticos em uma tabela, por exemplo. A utilização de mapas, além de demonstrar o fenômeno linguístico em área e representar dialetos, serve como um documento que comprova a história de ocupação e o pertencimento desses territórios – ressaltando a relação entre a etnia com seu território. Verifica-se também que esses documentos podem ser utilizados por comunidades indígenas como ferramentas de diálogo entre o povo e órgãos governamentais para demonstrar os impactos de intervenções nas terras indígenas e reivindicar demandas. Assim, ressalta-se que os mapas devem agir em prol das comunidades estudadas, com o intuito de salvaguardar o interesse dos povos indígenas.

Sipalwini, the pilot village, were asked about the location of medicinal plants, they drew a circle around the whole mapping extent. There are two possible interpretations. The participants considered the whole area to contain medicines, or they did not want to identify specific locations since the location of medicines is a sensitive issue. From this initial pilot village, the PGIS team decided to remove medicines from the legend of ecosystem services in all subsequent villages.” (Ramirez-Gomez; Brown, 2013, p. 9).

VARIAÇÃO LINGÜÍSTICA EM APURINÃ

Conforme Pereira (2007), a variação linguística em apurinã é bem representativa e ocorre nos níveis semântico, morfológico, fonológico e lexical. Esse capítulo busca apresentar essas classificações de modo a situar a variação fonológica – objeto de estudo desse trabalho no contexto do conhecimento geral que se tem da língua apurinã. Além disso, será feita uma breve menção da pertinência do uso de mapas linguísticos no ensino escolar da variação linguística em apurinã.

As informações presentes neste capítulo se baseiam principalmente nos trabalhos de Pereira (2007), Brandão (2006), Braga (2022), Vieira *et al.* (2019), Lima-Padovani (2016, 2020) e Facundes (2000).

VARIAÇÃO SEMÂNTICA EM APURINÃ

Conforme Pereira (2007), a variação semântica ocorre quando uma mesma forma apresenta significados distintos, a exemplo da distinção parcial de significado (polissemia) ou distinção completa (homonímia). A autora utiliza o critério da etimologia e relação semântica para estabelecer a distinção entre a classificação de polissemia e homonímia.

No campo da polissemia, ela é motivada pela metonímia. Essa relação é presente ao i) utilizar o nome para se referir à árvore e ao fruto; ii) dar o nome da matéria-prima ao produto; iii) chamar um animal pelo mesmo nome de uma fruta de seu consumo. Os exemplos a seguir ilustram essa relação semântica:

- (1) *kaiaty* ‘babaçu, árvore de babaçu’
 amãa ‘anajá, árvore de anajá’
 ãata ‘jutaí, canoa feita da casca do jutaí’
 matukury ‘jarina (coco de anta), anta’

Consideram-se homônimas as palavras que possuem significados distintos, mas a mesma forma. Essa relação ocorre com referentes que fazem parte de hierarquias biológicas diferentes, como um animal e uma planta; com animais de classes biológicas distintas (Brandão, 2006, Braga, 2022); ou quando as palavras pertencem a classes semânticas diferentes, como um nome e um verbo.

- (2) *anana* ‘abacaxi, estar inchado’
tirika ‘arrastar empurrando, labareda’
xipuky ‘mosquito, catoqui, meruim’

Pereira (2007) considerou a homonímia como um fenômeno de variação. Em Lima-Padovani e Facundes (2016), Lima-Padovani (2016, 2020), a análise aprofundada desse fenômeno demonstrou que a maioria desses casos constitui o Duplo Vocabulário na língua, em que o uso de um termo pelo outro é uma forma de expressar relações semânticas e/ou pragmáticas que os indivíduos apurinã observam no dia a dia no contexto das interações entre os diversos elementos do meio natural que os circunda.

VARIAÇÃO MORFOLÓGICA

Conforme Pereira (2007), a variação morfológica em apurinã considera a utilização (ou não) de certos morfemas na estrutura das palavras. A autora afirma que os casos desse tipo de variação ocorrem, em sua maioria, em nomes classificatórios e, em alguns casos, no uso de marcas de gênero. Lima-Padovani (2016) atesta casos de variação morfológica também no paradigma pronominal de marcação de sujeito e na redução da estrutura de algumas palavras.

Conforme Facundes (2000), apurinã possui nomes simples, compostos e nomes derivados de outras categorias. Os nomes simples podem ser divididos quanto à posse – se podem ser possuídos ou não – em inalienáveis, alienáveis ou mistos. Os nomes simples, que são obrigatoriamente possuídos, são classificados como inalienáveis, enquanto os nomes simples não obrigatoriamente possuídos são chamados de alienáveis. Os nomes mistos são nomes simples marcados em sua forma possuída e forma não possuída. A variação ocorre dentro das subcategorias dos nomes inalienáveis, nomeadamente nomes classificatórios e nomes não-classificatórios.

Os nomes não-classificatórios se referem às partes do corpo ou a elementos relacionados a ele, a objetos pessoais e a conceitos abstratos. Quando há a marcação de posse (forem possuídos), os nomes não-classificatórios não apresentam marcação morfológica, enquanto que a ausência da posse é marcada morfológicamente pelo morfema *-txi*. Para exemplificar, tem-se *xiripitxi* ‘flecha’ e *nhi-xiripi* ‘minha flecha’.

Para Facundes (2000), os nomes classificatórios se assemelhariam aos *class terms*, que, conforme DeLancey (1986), “têm uma função de classificação semântica bastante semelhante ao dos classificadores, embora normalmente não mostrem a gama incoerente de uso, que não é uma característica incomum de classificadores”.¹⁸ Esses nomes apresentam morfemas presos e podem se juntar a nomes não-classificatórios para formar nomes compostos que se ligam ao verbo para se referir às propriedades semânticas da forma

¹⁸ “Thus class terms have a semantic classifying function quite similar to that of classifiers, although they do not ordinarily show the incoherent range of uses which is a not uncommon feature of classifiers.” (DeLancey, 1986, p. 438).

nominal previamente referida. (Pereira, 2007). A exemplo das variantes para ‘gato, maracajá’ *txuwiriane* e *txuwirianeke*, em que o morfema *-ke* é o nome classificatório para longo e fino e que faria referência ao rabo deste animal, que possui essas características. Conforme Lima-Padovani (2016), a variação é decorrente do uso ou não da forma redundante pelo falante, visto que o morfema *-ke* descreve propriedades desnecessárias à identificação do animal. O quadro 8 exemplifica casos de variação morfológica com nomes classificatórios:

Quadro 8 – Exemplos de variação morfológica envolvendo nomes classificatórios

Nome em português	Formas apurinã	Diferença Forma
cachorro	anãpa	-
	anãpanary	-na ‘faz referência a formas cilíndricas e finas’
castanha	maky	-
	makyta	-ta ‘referência a borda arredondada’
cipó ambé	xípi	-
	xípitsa	-tsa ‘forma fina, alongada e entrelaçada, em geral é usado em nome para cipó’
piranha	(h)ũa	-
	(h)ũmaky	-ky ‘forma esférica; pequena’

Fonte: Lima-Padovani (2016)

Lima-Padovani (2016) pontua que os itens classificatórios, em geral, não são obrigatórios nas palavras em que ocorrem.

Em relação à marcação de gênero, trata-se de uma propriedade da língua que pode ou não ser marcada morfológicamente. Conforme Facundes (2000), a maioria dos nomes não possui o gênero marcado morfológicamente. Desse

modo, a variação ocorre com a utilização ou não dos morfemas *-ry*, para designar ‘masculino’, ou *-ru*, para designar ‘feminino’. A exemplo disso, cita-se o item lexical para ‘cachorro’ que pode variar entre *anâpa* e *anâpanary*, onde *-na* é um nome classificatório que indica o comprimento horizontal do cachorro, e *-ry* indica o gênero masculino.

No que corresponde à variação envolvendo o paradigma pronominal, ela ocorre com pronomes independentes de terceira pessoa singular e plural. O quadro 9 ilustra essa variação:

Quadro 9 – Variação morfológica do paradigma pronominal

Pessoa e Gênero	Formas Pronominais	
	Singular	Plural
3M	ywa e rywa	ynawa, ynuwa, nynawa e nynuwa
3F	uwa e ruwa	

Fonte: Lima-Padovani (2016, p. 82)

Dessa forma, nota-se que o pronome de terceira pessoa singular masculino *ywa* varia com *rywa*, assim como o pronome de terceira pessoa singular feminino *uwa* varia com *ruwa*. Lima-Padovani (2016) e Facundes (comunicação pessoal) atestam que os dados para as variantes *rywa* e *ruwa* só ocorrem na comunidade do Km 45 e Km 124, visto que não houve a identificação dessas variantes em outras comunidades até então. Enquanto que o pronome de terceira pessoa do plural, *ynawa*, pode variar com *ynuwa*, *nynawa* e *nynuwa* e essas variantes não coocorrem em uma mesma comunidade. (Lima-Padovani, 2016).

Por fim, há a variação que envolve a redução da estrutura interna da palavra, que pode ser observada nos exemplos a seguir:

- (3) macaco-de-cheiro (*amãtxuary* ~ *txuary*)
mucura (*xapakury* ~ *xapary*)

Lima-Padovani (2016) realizou um levantamento da ocorrência e distribuição geográfica dessas variantes nas comunidades apurinã. Conforme a autora, não foi possível identificar uma sistematicidade na variação morfológica, sendo, assim, um fenômeno geral que independe da localização geográfica. Exceção, contudo, seriam os casos das formas pronominais *ywa/rywa*, *uwa/ruwa*, que ocorrem somente nas comunidades Km 124 e Km 45. Essa variação, contudo, seria de ordem lexical, não morfológica, já que o /r/ nesses pronomes não é um morfema.

VARIAÇÃO LEXICAL

A variação lexical ocorre quando formas diferentes e não relacionadas são utilizadas para expressar o que poderia ser descrito como sendo o mesmo significado. No trabalho de Pereira (2007), há uma classificação dessa variação em três subtipos: variação geográfica, variação geracional e variação geográfico-geracional.

Conforme Pereira (2007, p. 37), “a variação geográfica é representada por aquelas formas que têm suas variantes distribuídas pelas comunidades distintas, sendo que determinadas comunidades reconhecem uma forma e outras reconhecem outra forma”. Lima-Padovani (2016) apresenta

que essa dimensão geográfica ocorre devido à vasta extensão geográfica do povo apurinã, visto que:

Em virtude deste distanciamento, as diferentes comunidades passaram por experiências distintas, sofrendo influências diferentes na apropriação de determinados conceitos, a maneira como tais comunidades “nomeiam” a realidade que as cercam acaba por convergir para o uso de formas diferentes para se referir a um mesmo conceito. Isto é, falantes de comunidades diferentes optaram por estratégias variadas para nomeá-los. (Lima-Padovani, 2016, p. 91).

A exemplo disso, tem-se o conceito de ‘porco doméstico’, que pode ser *iraryãwita*, em algumas comunidades, e *miritãwita*, em outras comunidades.

A variação geracional, por sua vez, ocorre em um mesmo espaço, mas por falantes de faixas etárias distintas. Pereira (2007) cita as variantes para ‘castanha’: *maky*, usada por indivíduos mais jovens, e *mitatakuru*, usada somente pelos falantes mais idosos.

A variação denominada geográfico-geracional se caracteriza pela variação geracional em distintos espaços geográficos. Pereira (2007) atesta que, nesses casos, uma variante pode ter distribuição geográfica restrita, mas, onde ocorre, também aparece relacionada a uma faixa etária característica. A exemplo desse subtipo de variação, a autora cita ‘macaco de taboca’, que possui três variantes: *amãtxuary*, *ipỹte* e *xariwa*. A autora atesta que *amãtxuary* é a forma utilizada nas comunidades, Vista Alegre e Seruini, sendo uma variação geográfica, e, nessas comunidades, encontra-se restrita à faixa etária mais idosa, caracterizando também uma variação geracional.

Conforme Lima-Padovani (2016), as variantes lexicais não são restritas a um grupo somente, visto que os membros da comunidade frequentemente conhecem mais de uma variante. Para a autora, os falantes possuem um conhecimento passivo, decorrente do constante movimento migratório e do contato com indivíduos de diferentes comunidades, que promove o reconhecimento de duas ou mais variantes. Pereira (2007) ilustra esse fenômeno com ‘café’, que, na comunidade Japiim, os falantes utilizam *kỹpatykỹã*, mas também reconhecem a variante *kapêe*.

VARIAÇÃO FONOLÓGICA

A variação fonológica em apurinã ocorre entre vogais e consoantes; e, nas vogais, a variação ocorre também quanto à nasalidade e à duração. Pereira (2007) realiza um levantamento da distribuição geográfica dessas variantes em 9 locais: Km 45, Km 124, Camicuã, Peneri, Sepatini, Seruini, Japiim, Vista Alegre e Jatuarana.

A língua apurinã apresenta inúmeros casos de variantes fonológicas. O quadro 10 apresenta todos os tipos de variação fonológica entre vogais na língua, conforme os estudos de Pereira (2007):

Quadro 10 – Variação fonológica entre vogais em apurinã

Tipo de variação	Nome em português	Nome em apurinã
/i/ ~ /ĩ/	bem-te-vi	<i>ipĩtikiri</i>
		<i>epĩtikiri</i>
/i/ ~ /u/	jabuti	<i>ĩtuj</i>
		<i>utuj</i>
/i/ ~ /e/	ancião, o mais velho	<i>kijumãni</i>
		<i>Kiumãne</i>
/i/ ~ /a/	aranha	<i>katsakitiru</i>
		<i>katsakatiru</i>

Continua...

Tipo de variação	Nome em português	Nome em apurinã
/i/ ~ /u/	castanha	<i>maki</i>
		<i>maku</i>
/i/ ~ /e/	caba	<i>sāni</i>
		<i>sāne</i>
/i/ ~ /a/	tapuru	<i>kītari</i>
		<i>kataru</i>
/u/ ~ /e/	açaí	<i>sapuriki</i>
		<i>tsaperiki</i>
/u/ ~ /a/	plantador	<i>katukareri</i>
		<i>katakakeri</i>
/e/ ~ /a/	cipó	<i>ukapite</i>
		<i>ukapita</i>
/u/ ~ /Ø/	jacaré	<i>kajukiri</i>
		<i>kajkiri</i>
/i/ ~ /Ø/	lagarta (da árvore ubarana)	<i>ki/iuri</i>
		<i>ki/furi</i>
/a/ ~ /ã/	anajá	<i>amāa</i>
		<i>āmāa</i>
/u/ ~ /ũ/	poraquê pequeno	<i>pētsuti</i>
		<i>petsūte</i>
/i/ ~ /ẽ/	bater	<i>pipitēka</i>
		<i>pīpētēka</i>
/ĩ/ ~ /e/	urucum	<i>apĩkiri</i>
		<i>apekiri</i>
/i/ ~ /ẽ/	pium	<i>kēmītfitu</i>
		<i>Kimitfitu</i>
/ĩ/ ~ /e/	espiga	<i>kīmipi</i>
		<i>kemipi</i>
/i/ ~ /ĩ/	grande, chefe dos bichos	<i>hāvite</i>
		<i>hāvīte</i>
/i/ ~ /ã/	ser fundo	<i>upinā</i>
		<i>upānā</i>
/e/ ~ /ũ/	urucum	<i>apekiri</i>
		<i>apūkiri</i>
/ã/ ~ /ĩ/	água	<i>āparā</i>
		<i>īparā</i>
/ĩ/ ~ /ẽ/	carne	<i>fīni</i>
		<i>fēni</i>
/ũ/ ~ /ĩ/	cigarra	<i>kūteri</i>
		<i>kitule</i>
/ũ/ ~ /ĩ/	flecha (pronta para ser usada)	<i>katsūtali</i>
		<i>katsīta:ri</i>
/ã/ ~ /ẽ/	mutum	<i>irāka</i>
		<i>irēka</i>
/ĩ/ ~ /ẽ/	poraquê grande	<i>tītiri</i>
		<i>tēteri</i>

Continua...

Tipo de variação	Nome em português	Nome em apurinã
/ã/ ~ /ā:/	água	<i>āparā</i>
		<i>īparā:</i>
/ĩ/ ~ /ī:/	meu dente	<i>nīt/īrī</i>
		<i>nīt/īrī:</i>
/ẽ/ ~ /ā:/	ser picado	<i>majēta</i>
		<i>majā:ta</i>
/ũ/ ~ /ū:/	piranha	<i>hūma</i>
		<i>ū:ma</i>
/a/ ~ /a:/	assassino	<i>kukanirī</i>
		<i>kukā:nerī</i>
/e/ ~ /ā:/	pica-pau cigana	<i>sāne</i>
		<i>sanā:</i>
/e/ ~ /e:/	dançar	<i>serene</i>
		<i>se:rēna</i>
/ĩ/ ~ /a:/	flor	<i>īvī</i>
		<i>a:vi</i>
/ũ:/ ~ /ā:/	piauí	<i>imū:kari</i>
		<i>imā:karu</i>
/ĩ:/ ~ /ē:/	xingané	<i>kī:nirī</i>
		<i>kē:nerī</i>
/i:/ ~ /e:/	xingané	<i>kī:nirī</i>
		<i>ke:nerī</i>

Fonte: Elaborado pela autora

Algumas palavras apresentam formas com variação em mais de um de seus segmentos, como 'açai', que possui as variantes *tsapyryky* ~ *tsaperyky* ~ *sapuriki*. Alguns casos de variação entre vogais não são muito representativos, como a variação entre /ĩ/ ~ /ā/, que só possui uma única possibilidade atestada na língua, na palavra para 'ser fundo', com suas variantes *upynā* e *upānā*.

Em relação à variação entre consoantes, atestam-se menos casos na língua apurinã, conforme Pereira (2007):

Quadro 11 – Variação fonológica entre consoantes em apurinã

Tipo de variação	Nome em português	Nome em apurinã
/h/ ~ /Ø/	abano	<i>hāputa</i>
		<i>āputa</i>
/v/ ~ /Ø/	macaco-da-noite	<i>ivamiriki</i>
		<i>iamiriki</i>
/j/ ~ /Ø/	ancião, o mais velho	<i>kijumāpi</i>
		<i>kiumāpe</i>

Continua...

Tipo de variação	Nome em português	Nome em apurinã
/j/ ~ /i/	jibóia	mapajuru
		mapairu
/n/ ~ /ɲ/	cachorro-do-mato	kapasānikĩ
		kapasāpiti
[r] ~ [l]	ser bom	a:rekaɾĩ
		alekaliĩ
/ts/ ~ /s/	barata-do-mato	tsupata
		supata
/ʃ/ ~ /s/	flecha	ʃiripi
		serepi
/tʃ/ ~ /t/	sapo-cururu	serepi
		tʃurʉtʃuru
/t/ ~ /c/	galo, galinha	patari
		pacari

Fonte: Elaborado pela autora

Em relação à variação entre a nasal alveolar [n] e a nasal palatal [ɲ], a autora afirma que essa variação é resultado da variação entre as vogais altas, central /i/ e anterior /i/, ou entre a alta anterior /i/ e a média anterior /e/, em que a palatal ocorre sempre antes da vogal alta anterior /i/, criando o ambiente em que a palatalização de [n] para [ɲ] ocorre.

A partir disso, Lima-Padovani (2016) sistematiza os casos mais recorrentes na língua. Os casos apresentados fazem menção à i) variação entre a vogal média anterior /e/ e a vogal alta central /i/; ii) presença ou ausência da fricativa glotal /h/; iii) variação entre o fonema /ɾ/ e seus alofones [r] e [l]; iv) variação fonológica lexicalmente condicionada, que trata de casos que não apresentam um padrão estritamente fonológico e ocorrem somente em algumas palavras.

A variação /e/ ~ /i/ é atestada como a variação mais frequente em apurinã. Além disso, não é possível determinar um ambiente de sua ocorrência, visto que ela pode se realizar após diferentes consoantes, assim como no início, no meio e no final das palavras. O trabalho de Facundes, Neves e Lima-

Padovani (2015) indicou que essa variação resulta de mudanças que afetaram apenas alguns casos das ocorrências de /e/, visto que, a partir da pesquisa em documentos antigos, nota-se que muitos casos de formas com /i/, no apurinã atual, correspondem a /e/ nos documentos antigos, mas há também muitos casos em que o /e/, nos documentos, não correspondem a /i/ no apurinã atual. Os autores indicam que, enquanto *ni-* ‘1SG’, no apurinã atual, corresponde a *ne-* nos documentos antigos, *-pe* ‘pó, massa’ tem a mesma forma, tanto nos documentos antigos quanto no apurinã atual. O fonema /i/ também aparece nos documentos antigos, como em *nepotólikì* ‘meu joelho’, em *kìwì*¹⁹ ‘cabeça’, e em *ywa* ‘3M.SG’. Lima-Padovani (2016) indica que esses dados históricos sugerem que no passado já havia alternância entre /e/ e /i/, e que, em alguns casos, houve mudança linguística favorecendo /i/.

Em sequência, a presença ou ausência da fricativa glotal é uma das marcas fonológicas mais importantes para a distinção dialetal em apurinã. Conforme Facundes (2000), há uma restrição fonotática em que esse fonema ocorre somente em início de palavra, com exceção quando precedido pela forma clítica *nu=* ‘1SG’. Na língua, há marcas pronominais presas que exercem função de sujeito/possuidor e que ocorrem antepostas a bases verbais ou nominais (Freitas, 2017, p. 86). No entanto, quando o proclítico termina em /i/ ‘3SG.M’,

¹⁹ Facundes, Neves e Lima-Padovani (2015) indicam que, no documento de Nimuendajú, não há a descrição dos símbolos fonéticos utilizados na ortografia apurinã, mas a descrição feita em outro artigo do mesmo autor indica que o símbolo [i] se aproxima da vogal alta central não arredondada [i].

ocorre o apagamento da vogal alta central diante de vogal nasal:

Quadro 12 – Exemplos de alomorfia dos pronomes presos em função do sujeito/possuidor em apurinã

	‘sangue.de’ (h)erêka	‘beber’ ãata
1SG	nỹ-erêka	n-ãata~ ny-ãata
2SG	pỹ-erêka	p-ãata~ py-ãata
3SG.M	ỹ-erêka	ø-ãata~ y-ãata
3SG.F	ũ-erêka	ũ-ãata
1PL	ã-erêka	ã-ãata
2PL	hỹ-erêka	h-ãata~ hỹ-ãata
3PL.M	ỹ-erêka-na	ø-ãata-na~y-ãata-na
3PL.F	ũ-erêka-na	ũ-ãata-na

Fonte: Freitas (2017)

Freitas (2017, p. 87) afirma que em comunidades da região de Lábrea e Tapauá, a regra de apagamento de /i/ diante de vogal nasal não se aplica, como visto em: *h-ãata ~ hỹ-ãata*.

A fricativa, mesmo em variedades em que não é utilizada, propaga nasalidade para a vogal que ocorre antes dela. Nesses casos, não ocorre o apagamento de /i/, como se /h/ ainda bloqueasse a vogal oral (Freitas, 2017, p. 88), a exemplo de (h)erêka ‘sangue de’. Dados de comunidades do Sepatini e de Itixi Mitari também atestam o não apagamento de /i/ tanto em palavras com /h/ “fantasma”, quanto em palavras sem /h/ fantasma, diante de vogal nasal. A fricativa também é importante para o seu estudo comparativo em outras línguas Aruák. Conforme Facundes e Brandão (2005), o fonema é reconstruível para proto apurinã-Piro-Iñapari, mas se perdeu na maior parte das palavras em apurinã – muitas vezes,

dando origem à nasalidade espontânea da vogal seguinte – como ilustrado em:

(4) apurinã:	<i>ãpikiri</i>	‘urucum’
Piro:	<i>hapixri</i>	‘urucum’
Iñapari:	<i>hapísiri</i>	‘urucum’

O trabalho de Facundes, Neves e Lima-Padovani (2015) mostra que /h/ já existia no apurinã antigo e a variação entre /h/ ~ /ø/ também já existia na época em que houve o registro de dados por Polak, no final do século XIX. Essas informações apontam para o entendimento da fricativa glotal em apurinã como resultado de retenção na língua, e não de inovação.

O terceiro caso de variação ocorre com o fonema /ɾ/ e seus alofones [ɾ] e [l]. Pereira (2007) já registrou essa variação, a exemplo de ‘ser bom’ *a:rekari* ~ *alekali*. Lima-Padovani (2016) sistematizou a ocorrência das variantes ao longo das comunidades apurinã e analisou o ambiente de sua realização. Conforme a autora, essa variação ocorre sempre diante das vogais altas, anterior /i/, central /ɨ/ e posterior /u/. Koch-Grunberg registrou essa variação em 1919, a exemplo de seu registro para ‘paneiro’ *kótale* ~ *cutari*. Dessa forma, acredita-se que a variação entre [ɾ] e [l] seja antiga na língua e se preserva nas variedades possivelmente mais arcaicas (Lima-Padovani, 2016, p. 75).

A variação fonológica lexicalmente condicionada se refere aos casos que não seguem um padrão estritamente fonológico e ocorrem em algumas palavras. O quadro 13 lista os casos atestados por Lima-Padovani (2016):

Quadro 13 – Exemplos de variação fonológica lexicalmente condicionada

Nome em português	Nome em apurinã
água	ãparãa
	ĩparãa
	ĩpurãa
	ũparãa
terçado	saasara
	sarasara
tamanduá-bandeira	ixuwa
	exuwa
	ixiwa
	exiwa
mutum	irãka
	irêka
jacaré	kaikyri
	kaiukyri
poraquê	pêtsuty
	petsũty
urucum	ãpikiri
	ap̣ĩkiri

Fonte: Lima-Padovani (2016)

A palavra ‘água’ apresenta quatro formas distintas na língua: *ãparãa*, *ĩparãa*, *ĩpurãa* e *uparãa* que ocorrem em comunidades distintas. Conforme Facundes, Neves, Lima-Padovani (2015), pode-se encontrar a variante *ĩparãa* como *imbarán* nos documentos de Polak, e, duas formas que se

assemelham à *ĩpurãa*: *impurãna*, no trabalho de Koch-Grünberg, e *ĩborã*, nos documentos de Nimuendajú. Desse modo, Lima-Padovani (2016) sugere que *ĩpurãa* seja a variante mais antiga na língua.

No que diz respeito às duas variantes para ‘terçado’ *sarasara* e *saasara*, Lima-Padovani (2016) indica que *sarasara* seria a variante mais antiga, a partir do registro de Koch-Grünberg.

Para as variantes *ixuwa*, *exuwa*, *ixiwa* e *exiwa*, correspondentes à ‘tamanduá-bandeira’, nota-se que ocorre uma alternância entre as vogais /i/ e /e/ no início da palavra e entre /u/ e /i/ no meio da palavra. Lima-Padovani (2016) identifica que *ixiwa* é registrada em trabalhos antigos, como *ĩsiua*, no trabalho de Koch-Grünberg, e *isyú:a*, em Nimuendajú.

Para ‘mutum’, as variantes *irãka* e *irêka* marcam a alternância entre as vogais nasais /ã/ e /ẽ/. Os documentos antigos sugerem que a primeira variante seja mais antiga na língua, pois Facundes, Neves, Lima-Padovani (2015) atestam a ocorrência de *irañká*, em Koch-Grünberg, e *irañga*, em Nimuendajú,

Em relação ao quinto item, que apresenta as duas variantes para ‘jacaré’: *kaikyry* e *kaiukyry*, a variação ocorre pela ausência ou presença da vogal alta posterior /u/. Lima-Padovani (2016) realizou a pesquisa em documentos antigos, que registraram a ocorrência de *káikiri*, em Nimuendajú, *kàyókere*, em Koch-Grünberg, e *Cayukyry*, em Polak, e a busca por cognatos nas línguas Aruák Piro e Iñapari: *kajukiri* e *k/ijjoçru*, respectivamente. A partir desses dados, a autora indica a variante *kaiukyry* como a mais antiga.

As variantes para ‘poraquê’, *pêtsuty* e *petsûty*, e para ‘urucum’, *ãpykyry* e *apykyry*, apresentam uma inversão na posição da nasalidade vocálica.

Todas as variantes fonológicas apresentadas são importantes para o entendimento das variações geográficas, visto que elas podem ou não ocorrer dependendo da localidade estudada e marcam as diferentes variedades da língua. Consoante a Lima-Padovani, Silva, Facundes (2019):

O espaço geográfico evidencia a particularidade de cada comunidade, exibindo a variedade que a língua assume de uma região para outra, como forma de caracterizar a diversidade cultural, a natureza de formação demográfica da região, e a interferência de outras línguas que se tenha feito presente naquele espaço no curso de sua história. (Lima-Padovani, Silva, Facundes, 2019, p. 173).

Dessa forma, as informações apresentadas nesta subseção tiveram como escopo o mapeamento das quatro variáveis mais recorrentes em apurinã, sistematizadas por Lima-Padovani (2016), em uma perspectiva sincrônica.

MAPAS DE VARIAÇÃO FONOLÓGICA E A EDUCAÇÃO ESCOLAR

A variação linguística já é abordada no material didático da língua apurinã, utilizado nas escolas; no entanto, como as variações são bem representativas na língua, o livro didático não contempla todas as variantes das comunidades. Essa subseção visa abordar brevemente como os mapas linguísticos produzidos podem auxiliar no ensino escolar da língua apurinã.

Verifica-se o uso de atlas linguísticos como instrumentos de auxílio no trabalho com variação. Paim (2016), afirma que:

Os atlas linguísticos podem mostrar direcionamentos para descobertas sobre a língua, pois oferecem elementos de substancial importância para a formulação de um ensino-aprendizagem da língua materna equacionada à realidade de cada região, permitindo, assim, o reconhecimento do caráter linguístico de cada área e a sua vinculação ao estabelecimento de princípios metodológicos do ensino do vernáculo. (Paim, 2016, p. 73).

Dessa forma, além de ser um instrumento de documentação da língua, os mapas permitem que os alunos identifiquem as variantes utilizadas em sua comunidade e promovem a compreensão da heterogeneidade da língua sem noções equivocadas de ‘certo’ ou ‘errado’.

Na utilização do livro didático, nas oficinas ministradas (no período de 16 a 27 de maio de 2022, na terra indígena Camicuã e na cidade de Pauini), foi ressaltado o uso das variantes em diferentes comunidades. Esse material foi construído em parceria entre pesquisadores e indígenas, e a pedido das comunidades, que afirmaram que os materiais anteriores não demonstravam a fala de sua comunidade. Durante a realização das oficinas sobre o alfabeto apurinã, dúvidas surgiram sobre como representar a sua variação a partir do alfabeto, visto que o livro apresentava algumas variantes que não eram utilizadas na comunidade. Desse modo, observou-se que os textos de conversação do livro didático representam mais as variantes do Médio/Baixo Purus.

Assim, a partir de blocos de notas disponíveis ao longo do material, diversas variantes fonológicas foram abordadas.

Uma dessas observações se encontra na página 59, do Livro de Conversação, referente à presença ou ausência da fricativa glotal nas comunidades (variável que também foi estudada ao longo deste trabalho):

Figura 11 – Variação entre *ãty* ~ *hãty* e *ipi* ~ *eipi* no material didático



Fonte: Vieira *et al.* (2019)

Além do material didático, o trabalho com mapas linguísticos em sala de aula se mostra proveitoso para promover a socialização de histórias da comunidade que motivaram a nomeação de lugares, parte do estudo da toponímia, e para discutir com os alunos as variantes identificadas nos mapas.

Portanto, o uso dos mapas linguísticos em sala de aula permite a identificação das diferentes formas de falar a língua pelos alunos, além de, a partir das características de cada comunidade, promover a adequação do material didático à realidade linguística da comunidade. O capítulo a seguir tratará do processo metodológico do mapeamento das variantes fonológicas.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

Este capítulo apresenta os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa, como a escolha de metodologias e definições da rede de pontos, a fim de indicar os aspectos relevantes que constituíram a pesquisa. Como instrumentos de constituição dos dados, constam entrevistas, questionários e diários de campo. Constituídos os dados, a pesquisa quantitativa é adotada na quantificação da ocorrência das variantes linguísticas pertinentes aos pontos estudados. A partir disso, o trabalho emprega uma análise quanti-qualitativa dos dados.

Ao trabalhar os benefícios da abordagem que mescla as perspectivas quantitativa e qualitativa, Dörnyei (2007) afirma que essa prática oferece uma:

Análise multinível de problemas complexos Foi sugerido por muitos que nós ganhamos melhor compreensão de um fenômeno complexo convergindo tendências numéricas de dados quantitativos e detalhes específicos de dados qualitativos. Palavras podem ser usadas para adicionar sentido para números e números podem ser usados para adicionar precisão às palavras. (Dörnyei, 2007, p. 45)²⁰.

Desse modo, espera-se que a observação e a entrevista com os falantes, juntamente com o levantamento da

²⁰ “Multi-level analysis of complex issues It has been suggested by many that we can gain a better understanding of a complex phenomenon by converging numeric trends from quantitative data and specific details from qualitative data. Words can be used to add meaning to numbers and numbers can be used to add precision to words.” (Dörnyei, 2007, p. 45).

frequência da ocorrência das variantes linguísticas, permitam um melhor entendimento sobre a língua.

A metodologia do trabalho foi realizada em três momentos: i) o primeiro diz respeito ao levantamento de dados pertinentes ao estudo; ii) o segundo é referente ao mapeamento participativo do território estudado; iii) a construção do produto final, com a representação das informações coletadas em mapas linguísticos. Desse modo, as subseções a seguir irão descrever cada momento.

LEVANTAMENTO DE DADOS

O levantamento de dados foi realizado com a coleta e a organização dos dados utilizados na pesquisa. Em relação a esse levantamento, o trabalho utilizou dados primários e secundários. Boslaugh (2007) define essa categorização de informações de forma que:

Se o dado em questão foi coletado pelo pesquisador (ou pela equipe em que o pesquisador faz parte) para um propósito específico ou análise em consideração, é um dado primário. Se o dado foi coletado por outra pessoa para outro propósito, é um dado secundário. (Boslaugh, 2007, p. 1)²¹.

A pesquisa com dados secundários foi importante para verificar questões ainda não respondidas nos trabalhos anteriores, e para organizar informações a serem coletadas como dados primários. Apesar da dificuldade de trabalhar com

²¹ *"If the data set in question was collected by the researcher (or a team of which the researcher is a part) for the specific purpose or analysis under consideration, it is primary data. If it was collected by someone else for some other purpose, it is secondary data."* (Boslaugh, 2007, p. 1).

dados secundários na pesquisa geolinguística, por conta das diferenças na observação e nas entrevistas realizadas por terceiros, optou-se por tentar documentar a fala apurinã de forma mais ampla e heterogênea possível.

Os dados secundários foram selecionados a partir da pesquisa realizada em trabalhos anteriores sobre variação na língua apurinã (Pereira 2007; Lima-Padovani 2016), além da consulta no banco de dados da língua, alimentado pelos pesquisadores da área, no programa *FieldWorks Language Explorer* (FLEX). Esse *software* permite a pesquisa das variantes encontradas na língua para cada entrada lexical. A Figura 12 ilustra a identificação das variantes para ‘abano’ na ferramenta:

Figura 12 – Entrada para ‘abano’ no FLEX

Lexeme Form	Glossa (Port)	Grammatical	Semantic Domain	Variant	Notes Soc	Usages	Variant de	Info	Enc
áputa	abano	nm	objeto pessoal objeto pessoal	áputa					

Entry	
Lexeme Form	áputa
Glossa (Port)	áputa (áputa) (dal. var. háputa; háputa; amputá; amputá; iyaputá; áputa, Sin háputa) no instrumento feito de fibra, usado para agitar o sr. Niguta. Mesa abano. (R. var.
Is Abstract Form	☐
Morph Type	nm
Environment	
Stem Name	áputa
Citation Form	áputa (áputa)
Dialect Labels (Entry)	
Complex Forms	
Components	
Variant of	
Pronunciation	áputa (áputa) áputa
CV Pattern	V CV CV
Tone	
Location	
Publish Pronunciation In	Main Dictionary
Eymology	
Note	For áputa (áputa)
Literal Meaning	For áputa (áputa)
Bibliography	For áputa (áputa)

Fonte: Elaborado pela autora

A partir disso, foram listadas as variantes que guiaram o processo de produção de questionários para a coleta de dados primários. Nessa lista, foi proposto o levantamento das variantes fonológicas em quatro grupos: i) e ~ i, com 25 itens lexicais; ii) h ~ ø, com 15 itens lexicais; iii) r ~ l, com 11 itens

lexicais; e iv) variantes fonológicas lexicalmente condicionadas, com 7 itens lexicais. Os questionários buscaram entender fatores influentes nessas variáveis, como processos de migração e elementos como escolaridade, gênero e faixa etária do falante. Na elicitação de dados, as perguntas foram realizadas em português e cada colaborador foi inquerido em espaços como sua própria casa, na escola da comunidade ou no local em que a oficina estava sendo realizada. A pesquisa em três tempos, de Radke e Thun (1996), foi utilizada na aplicação dos questionários, de forma que:

O inquiridor deve perguntar, insistir e sugerir. No momento em que a pergunta é feita e o informante tem dificuldade para responder, o inquiridor apresenta a ilustração ou, então, reformula a pergunta. Caso o informante não consiga responder, o inquiridor pode sugerir possíveis variantes lexicais, conforme as respostas já obtidas em aplicações anteriores. (Sanches, 2020, p. 95).

A coleta de dados ocorreu em oficinas direcionadas aos professores atuantes nas comunidades indígenas e ministradas em dois momentos: na terra indígena Camicuã e na cidade de Pauini. Os encontros ocorreram em quatro dias, sendo o último dedicado exclusivamente à produção dos mapas mentais. Esperava-se realizar mais trabalhos de campo, no entanto, isso não foi possível devido à pandemia de Covid-19.

Os dados primários foram coletados em momentos das oficinas e também em entrevistas com os colaboradores. As entrevistas eram realizadas nos ambientes em que a equipe de pesquisa estava se hospedando e, em sua maioria, foram realizadas individualmente (com exceção do ponto Seruini/Marienê, em que dois colaboradores auxiliaram simultaneamente). Os questionários foram aplicados em

português, assim como a elicitção da lista de palavras estudadas. Os dados foram gravados em arquivos de áudio, com o auxílio de um *smartphone*. Apesar das interferências sonoras do ambiente, as gravações foram realizadas de forma compreensível.

Os dados linguísticos foram registrados inicialmente em diários de campo. Após o retorno da viagem, houve a organização dessas informações em tabelas, com a ferramenta Excel. Essas tabelas permitiram a comparação entre os dados coletados e os dados secundários, em que se observou a mudança, ou não, do uso das variantes nos locais estudados.

MAPEAMENTO PARTICIPATIVO

O mapeamento teve como objetivo principal compreender a relação entre os falantes com o território ocupado. Isso é importante para o levantamento de informações sobre designativos geográficos, além de indicar como o uso do território afeta a língua apurinã. O mapeamento participativo requer alguns princípios, pois:

Para que o mapeamento participativo ocorra é imprescindível que se estabeleça um contato prévio e que se construa uma relação de confiança entre as pessoas, o objeto de estudo e o pesquisador. Em muitos casos, sobretudo nos quais ocorrem conflitos territoriais, inserir o governo em etapas anteriores à produção dos mapas finais pode gerar animosidades e desconfianças tanto entre o mapeado e o Estado, quanto na relação de confiança entre o pesquisado e o pesquisador. (Tomaz, 2020, p. 6).

Esse procedimento metodológico deve se adequar às características da comunidade estudada. Para Chapin (2006), era necessário buscar parceria com entidades governamentais que pudessem disponibilizar credibilidade ao trabalho para

construir um mapa participativo fidedigno. No entanto, em muitas terras indígenas, o governo não provê essa credibilidade, mas levanta desconfiança acerca do projeto.

Ao longo da produção dos mapas, perguntas foram feitas aos colaboradores para estimular a memória dos dados. O Quadro 14 indica de que forma as perguntas eram realizadas a fim de alcançar diferentes objetivos:

Quadro 14 – Categorias de informações coletadas durante o mapeamento

Categoria	Atividades/Indicadores	Perguntas direcionadas ao colaborador
Uso do território para subsistência	Pesca, caça, roçados, pontos de coleta, pontos de observação	Quais peixes vocês costumam pescar aqui? Quais animais vocês encontram nessa área? Onde são as áreas de roçado da comunidade?
Uso do território para atividades culturais	Lugares sagrados, pontos de reunião da comunidade	Que lugares são especiais e únicos para a comunidade? Onde as festividades são realizadas? Qual o lugar de encontro para as reuniões? A comunidade possui um cemitério?

Fonte: Elaborado pela autora.

Dessa forma, ao longo do processo de mapeamento, os colaboradores utilizavam as variantes linguísticas características de sua comunidade. Para exemplificar esse processo, ao usar o mapa para indicar os lugares onde o animal ‘queixada’ costuma habitar, alguns falantes utilizavam a variante *irali*, enquanto que, no mapeamento de outras comunidades, foi registrada a forma *irari*. Os mapas foram produzidos em papel cartolina, com a disposição de canetas e lápis coloridos²².

²² Os mapas mentais não foram disponibilizados neste trabalho devido ao acordo feito com as comunidades em relação a dados sensíveis.

Após a construção dos mapas, os autores realizaram apresentações orais, possibilitando a identificação das áreas representadas no documento, além de também indicarem áreas ameaçadas no território. Essas apresentações foram muito importantes para entender como os grupos entendem os limites e a administração dos territórios, o que auxiliou no processo de digitalização dos mapas mentais para comparação com os dados disponibilizados pelo governo sobre ameaças.

Durante as apresentações e eliciações, houve a gravação da fala dos colaboradores, visto que essa documentação pode ser utilizada para o fortalecimento da língua. Dessa forma, houve a coleta de aproximadamente 10h de gravação de arquivos de áudio e 1h e 40 minutos de gravação de arquivos em vídeo. Esse material foi registrado com o apoio de um *smartphone*.

PRODUÇÃO DAS CARTAS LINGUÍSTICAS

A partir da coleta dos dados e organização de tabelas, as ferramentas ArcGIS e QGIS foram utilizadas para a produção dos mapas linguísticos. Estes programas permitiram a espacialização das informações coletadas, com a relação entre os dados linguísticos e informações geográficas de localização dos pontos estudados.

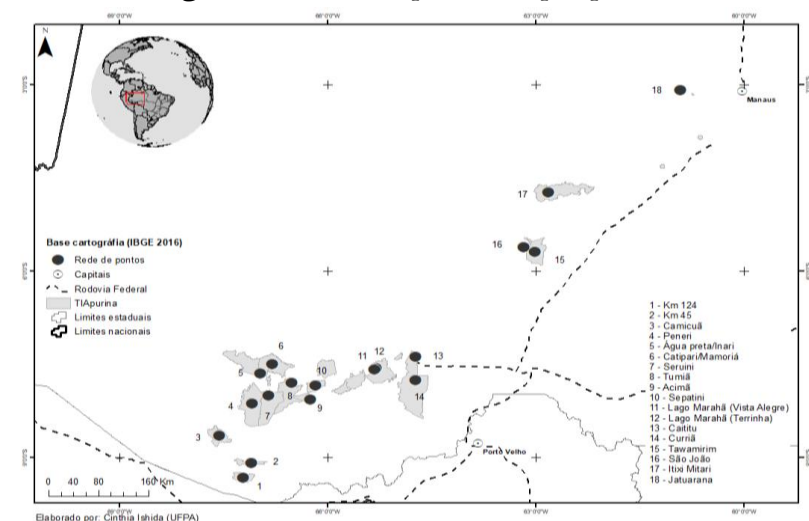
Desse modo, foram produzidas 60 cartas linguísticas que apresentam a distribuição geográfica das variáveis estudadas. Destas, 25 cartas correspondem à variação entre /e/ e /ɛ/; 15 cartas apresentam a variação entre /h/ e /ø/; 11 cartas indicam a variação entre [r] e [l]; 7 cartas espacializam as variantes fonológicas lexicalmente condicionadas; e, por fim, 2 cartas linguísticas apresentam uma disposição preliminar da variação entre /n/ ~ /ɲ/.

Em relação às porcentagens apresentadas na seção de descrição e análise dos dados, o cálculo foi realizado com o auxílio da ferramenta ‘Gráfico’ do Microsoft Office, de forma que a porcentagem é igual ao número de ocorrências da variante dividido pelo número total de respostas. Por exemplo, *tsaperikiã* ocorre em 5 pontos, das 16 respostas registradas, sendo 31% do total.

REDE DE PONTOS

Este trabalho apresenta uma rede de pontos de até 18 pontos nos mapas linguísticos apresentados. Esses pontos correspondem às comunidades apresentadas nos quadros de variação do trabalho de Lima-Padovani (2016). Os pontos cobrem, em sua maioria, terras indígenas apurinã distintas, com exceção de Terrinha e Vista Alegre – que se localizam na TI do Lago Marahã.

Figura 13 – Rede de pontos da pesquisa



Fonte: Elaborado pela autora.

As informações sobre os pontos estão reunidas no primeiro capítulo deste trabalho. Os dados das localidades Km 45, Camicuã, Água Preta/Inari, Seruini/Marienê foram coletados na viagem de campo realizada em 2022. Os dados sobre a fricativa glotal na terra indígena Itixi Mitari foram coletados em 2020, para o trabalho de conclusão de curso. Os demais pontos apresentam dados coletados por Lima-Padovani e apresentados em sua dissertação no ano de 2016.

Lima-Padovani (2016, p. 66) utiliza o símbolo (-), nos quadros apresentados, para indicar que o conceito não foi verificado ou que os colaboradores não forneceram nenhuma variante na comunidade. Apesar de entender que a ausência desses registros também é importante para a geolinguística, visto que é:

Necessário destacar que dois aspectos fundamentais estão na base dos estudos dialetais. De um lado, o reconhecimento das diferenças e das igualdades que a língua reflete e o estabelecimento das relações entre as diversas manifestações linguísticas documentadas. De outro, o confronto entre a presença e a ausência de dados registrados, circunscritos a espaços fixados, importando, para o seu objetivo precípua, tanto a atestação de denominações identificadas na área como a ausência de registros, porque os espaços vazios também informam sobre a língua pesquisada. (Cardoso, 2016, p. 15).

Este trabalho não tem em seu escopo analisar as não respostas indicadas de forma minuciosa, pois muitos dados foram coletados por terceiros e não apresentam informações sobre as ações dos colaboradores durante as entrevistas. Dessa

forma, as cartas linguísticas apresentam números de pontos distintos, dependendo do item lexical estudado.

Ademais, geralmente, nos trabalhos geolinguísticos, os pontos são enumerados de cima para baixo no mapa linguístico, mas este trabalho optou por iniciar a contagem a partir das comunidades mais ao sul. Essa escolha foi realizada porque, devido à nascente do rio Purus (situada no Peru), os colaboradores identificam que as comunidades mais ao sul são ‘comunidades de cima’ e as comunidades mais ao norte são ‘comunidades de baixo’ do rio Purus.

AMOSTRA DOS COLABORADORES

Os dados primários foram coletados com 5 colaboradores, todos do gênero masculino, sendo: 1 colaborador do ponto Km 45, 1 colaborador do ponto Camicuã, 2 colaboradores da localidade Seruini/Mariênê, 1 colaborador do ponto Água Preta/Inari. Todos os colaboradores eram da faixa etária acima de 50 anos.

Em relação aos dados secundários, eles foram coletados, “principalmente, a partir da colaboração de 43 indivíduos principais, entre homens e mulheres, e de inúmeros outros que contribuíram de forma episódica, com as discussões acerca das variantes da língua apurinã” (Lima-Padovani, 2016, p. 40). A autora organizou os colaboradores em três faixas etárias, em que: a faixa etária 1 faz referência aos colaboradores mais jovens, entre 11-30 anos, a faixa etária 2 faz menção a colaboradores entre 31-59 anos, e os falantes acima de 60 anos estão na faixa etária 3.

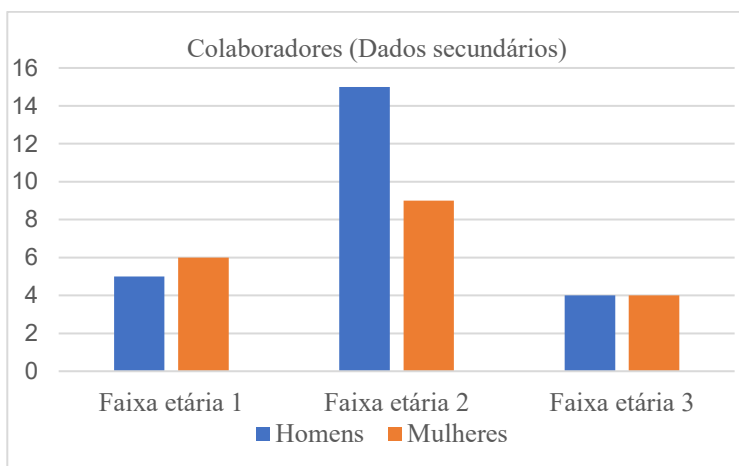
Quadro 15 – Colaboradores dos dados secundários

Faixa etária	Colaboradores	Comunidade
1	1 homem; 2 mulheres 1 mulher 1 homem 1 mulher	Tumiã São José Terrinha Nova Vista
1	2 homens; 1 mulher 1 homem; 1 mulher	Sepatini Itixi Mitari
2	1 homem; 3 mulheres 1 homem 3 homens; 2 mulheres 2 homens 1 homem; 2 mulheres 1 homem 2 homens; 2 mulheres 1 homem 1 homem 1 homem 1 mulher	Tumiã São José Acimã Santo Antônio (Tawamirim) São João São José (Tawamirim) Terra Nova (Itixi Mitari) Vila Nova (Itixi Mitari) Curriã Água Preta (Pauini) Vera Cruz (Alto Purus/Pauini)
3	1 homem; 1 mulher 1 mulher 1 homem 1 homem; 2 mulheres	Tumiã Acimã Água Preta Terra Nova

Fonte: Lima-Padovani, *comunicação pessoal* (2016)

Não se observou o gênero como fator influente na variação fonológica, visto que, em uma mesma localidade, os colaboradores do gênero masculino e do gênero feminino utilizavam a mesma variante, e em pontos distintos, mulheres e homens utilizam variantes distintas. Como exemplo, em relação ao item lexical ‘mutum’, no ponto Água Preta/Inari, os colaboradores do gênero masculino e feminino utilizaram *irêka*; enquanto nas localidades São João e Caititu, homens e mulheres utilizaram *irãka*.

Gráfico 1 – Colaboradores



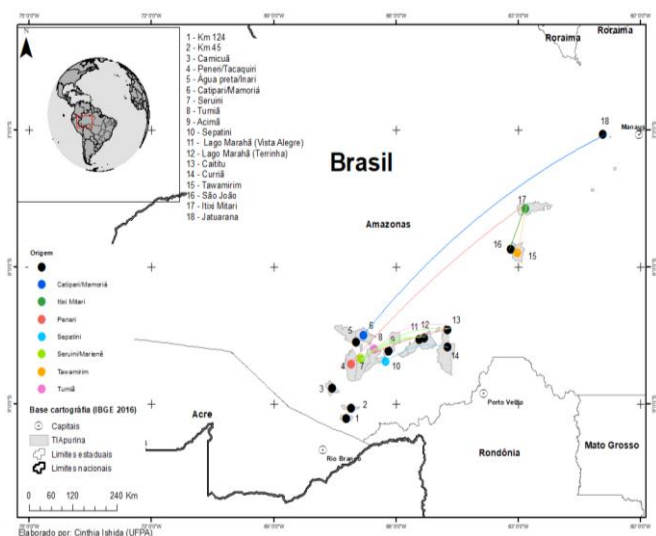
Fonte: Elaborado pela autora

Em relação à variável geracional, observaram-se preliminarmente as variantes fonológicas para os itens lexicais ‘água’, ‘mutum’, ‘terçado’, ‘jacaré’, ‘tamanduá-bandeira’, ‘um’ e ‘2PL’. Para ‘tamanduá-bandeira’, a variante *exiwa* só ocorreu na Faixa etária 3, enquanto *exuwa* ocorreu somente na faixa etária 2, e as variantes *ixiwa* e *ixuwa* ocorreram nas duas faixas etárias, no entanto, ainda se faz necessária uma pesquisa sistemática sobre a influência desta dimensão. Em apurinã, a grande maioria dos falantes fluentes da língua está acima dos 30 anos, o que dificulta uma coleta de dados com pessoas de faixa etária mais jovem. Por isso, esse trabalho não visou analisar o fator geracional.

Os colaboradores, em sua maioria, possuem o português como língua dominante. Os dados disponíveis também não indicaram que a divisão entre *Xiwapurynyry* e *Meetymanety* influencie na variação fonológica da língua.

Os dados secundários apresentam que os colaboradores do ponto Tawamirim migraram do Tacaquiri, um colaborador do ponto Itixi Mitari veio da localidade Tawamirim, e um colaborador da comunidade São João migrou de Itixi Mitari, o que favorece o compartilhamento de variantes fonológicas desses pontos; observa-se também que os colaboradores da localidade Jatuarana vieram de Catipari/Mamoriá, e os colaboradores de Vila Nova e Terrinha, na TI do Lago Marahã, migraram do ponto Seruini/Marienê, o que justifica o compartilhamento de variantes linguísticas em pontos distantes geograficamente. O mapa a seguir apresenta, com pontos coloridos, as origens dos colaboradores que migraram:

Figura 14 – Migração dos colaboradores²³



Fonte: Elaborado pela autora.

²³ A Figura 15 foi apresentada no trabalho intitulado *O papel da migração na distribuição geográfica das variações fonológicas em apurinã*, realizado em coautoria com Lima-Padovani, e apresentado no evento *Primer Encuentro Internacional de Pueblos, Lenguas y Culturas Arawak* em 2023. A versão apresentada aqui possui alterações em relação à simbologia dos pontos.

Este trabalho utilizou dados de colaboradores que migraram de outras localidades, pois, conforme Guedes (2017, p. 116):

A tradição geolinguística excluiria do escopo os informantes não nascidos na localidade, contudo, neste estudo, eles constituem sujeitos aptos à condição de informante, levando-se em consideração, de um lado, os pressupostos da Dialetoлогия Pluridimensional e Relacional, de Radtke e Thun (1996), que consideram o falante já integrado ao falar da comunidade em que está inserido a partir de 5 anos dessa inserção, e de outro lado, a situação geolinguística da comunidade, formada por indígenas que têm uma tendência ao nomadismo intrínseca à sua cultura, como a literatura na área de antropologia nos mostra de forma ampla. Por fim, consideramos que os métodos da geolinguística precisam adaptar-se às realidades linguísticas novas que se impõem, especialmente a partir do avanço dos estudos dialetológicos para o campo das comunidades plurilíngues. (Guedes, 2017, p. 116).

A realidade sociolinguística apurinã é heterogênea, o que promove uma disponibilidade diferente de colaboradores para cada localidade. Ademais, o trabalho de campo não foi realizado em todas as terras indígenas apurinã, devido a sua extensão territorial, o que impede uma análise pluridimensional conclusiva da variação fonológica. Por conta dessa complexidade sociolinguística, optou-se por restringir este trabalho somente à dimensão diatópica, visto que ainda há a necessidade de uma coleta de informações sistemática acerca de outras dimensões.

ATLAS ENCICLOPÉDICO ONLINE

Essa subseção visa apresentar o projeto do Atlas Enciclopédico apurinã, o qual este trabalho faz parte. Ademais, aborda-se, de forma sucinta, o processo de disponibilização dos mapas linguísticos desenvolvidos nesta pesquisa em um meio digital, acessível e interativo.

O projeto visa compilar informações socioculturais, linguísticas e antropológicas do povo apurinã, a partir da produção de um atlas. Para isso, há a concepção de bancos de dados distintos, como: banco de dados geográficos, banco de informações socioculturais, banco de educação formal e de variações linguísticas (Lima-Padovani, Ishida, 2019). Neste trabalho, os bancos de dados geográficos e da variação fonológica foram utilizados para o desenvolvimento da pesquisa.

Por meio da tecnologia SIG, os mapas linguísticos foram exportados em formato de mapa *web* e hospedados como repositório e *site* estático no site GitHub²⁴. Dessa forma, cada variante foi estruturada como uma *layer* distinta, a exemplo do código para a variante *irali*:

```
var json_queixadairal_39 = {  
  "type": "FeatureCollection",  
  "name": "queixadairal_39",  
  "crs": { "type": "name", "properties": { "name":  
    "urn:ogc:def:crs:OGC:1.3:CRS84" } },
```

²⁴ Site utilizado para a divulgação e hospedagem gratuita de repositórios. Possui em seu acervo, diferentes códigos de projetos linguísticos, como o projeto do *World Atlas of Language Structures Online* (WALS) e *LingPy*, uma biblioteca python para tarefas automáticas em linguística histórica.

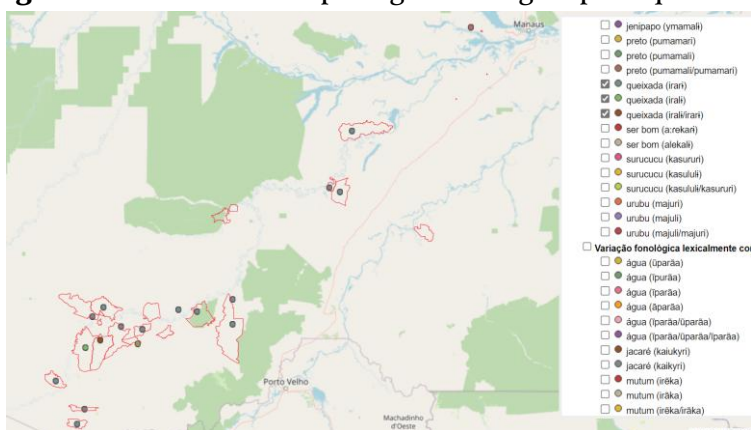
```

"features": [
  { "type": "Feature", "properties": { "ID": 4.0, "TI": "Peneri",
    "queixada": "irali", "Latitude": -8.12083, "Longitude": -67.08667 },
    "geometry": { "type": "Point", "coordinates": [ -67.08666666666667,
    -8.120833333333334 ] } },
  { "type": "Feature", "properties": { "ID": 5.0, "TI": "Sepatini",
    "queixada": "irali", "Latitude": -8.05917, "Longitude": -66.24556 },
    "geometry": { "type": "Point", "coordinates": [ -66.24555555555555,
    -8.059166666666666 ] } }
]

```

Desse modo, na interface, cada *layer* pode ser ativada pelo usuário dentro de um mesmo mapa base, disponibilizado pelo SIG. A figura a seguir ilustra as *layers* para as variantes de ‘queixada’ e a *layer* de terras indígenas apurinã ativadas:

Figura 15 – Recorte do mapa linguístico digital para ‘queixada’



Fonte: Elaborado pela autora.

Essa ferramenta visa permitir uma pesquisa interativa, em que o usuário pode escolher as camadas para a visualização, além de documentar a língua e informações do

povo apurinã. Espera-se que essa ferramenta também possa ser alimentada com mais dados futuramente, a fim de ser utilizada para salvaguardar informações selecionadas pelas comunidades apurinã em prol de suas demandas.

ANÁLISE DIALETOMÉTRICA

O trabalho utilizou da dialetometria para identificar compartilhamentos linguísticos entre os pontos estudados. Conforme Brissos & Saramago (2019):

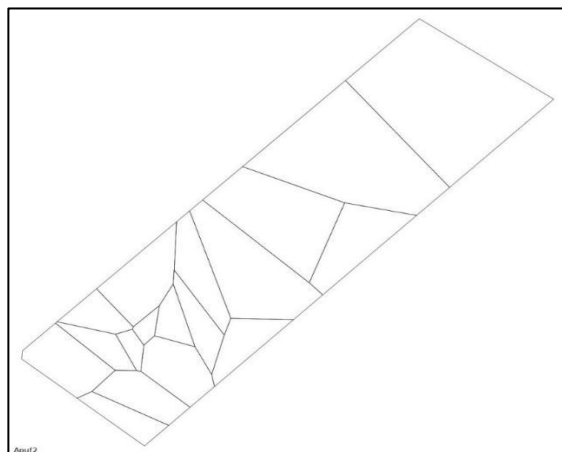
Em termos genéricos, a dialetometria pode ser definida como uma abordagem quantitativa ao estudo dos dialetos com um enfoque na métrica, i.e. na mensuração dos fenômenos de variação dialetal por meio de procedimentos exatos e totalmente comparáveis, os quais importa da classificação numérica ou taxonómica. Aplica cálculos matemático-estatísticos elaborados à matriz de dados obtida a partir dos procedimentos referidos e representa cartograficamente (espacializa) os resultados desses cálculos, cabendo ao linguista, com a liberdade que a estatística confere, a tarefa final de interpretação do quadro geolinguístico que tem à frente. (Brissos; Saramago, 2019, p. 353).

Dessa forma, a fim de identificar compartilhamentos de variantes fonológicas, o trabalho utilizou o *software* Diatech (Aurrekoetxea *et al.* 2013), que auxiliou no tratamento quantitativo das cartas linguísticas utilizadas no trabalho.

O programa analisou 789 respostas para os 60 conceitos estudados, em até 18 pontos. Não foi realizada uma seleção de dados em que se utilizasse somente dados de cartas linguísticas em que houvesse a resposta de todos os pontos, visto que o

panorama sociolinguístico de apurinã reflete uma distinta disponibilidade de dados para cada localidade, e somente 8 itens lexicais da pesquisa apresentam respostas de todos os pontos: ‘onça’, ‘sangue’, ‘preto’, ‘queixada’, ‘urubu’, ‘água’, ‘jacaré’ e ‘mutum’. Esse número pequeno de respostas em todas as comunidades, pode acontecer devido à obsolescência/grau de fluência na língua, à ausência de alguns conceitos em determinadas localidades, ou porque alguns dados coletados não estavam presentes na lista sistemática na coleta de dados secundários. Facundes (comunicação pessoal) afirma que existem dados coletados que aumentam esse número de conceitos que ocorrem em todas as comunidades, mas ainda não foram sistematizados, e podem ser incluídos em uma análise futura. Por isso, entende-se essa análise dialetométrica como inicial, visto que, com uma disponibilidade mais homogênea de dados, será possível uma análise mais adequada. No programa, a extensão geográfica das localidades foi representada a partir de polígonos de Voronoi:

Figura 16 – Representação dos pontos na análise dialetométrica

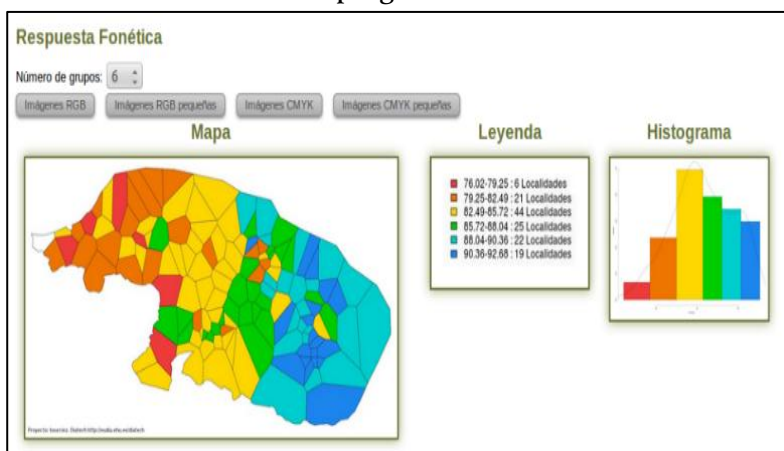


Fonte: Diatech

As questões que nortearam essa pesquisa se concentram em: i) Quais são os principais agrupamentos dialetais de apurinã? ii) Existe uma separação bem definida geograficamente nos mapas entre as comunidades ‘de cima’ e ‘de baixo’ do rio Purus? iii) Quais pontos compartilham maior número de variantes fonológicas? A partir disso, foram produzidos mapas sinóticos para cada localidade, que representam a distribuição de pontos semelhantes da pesquisa; além de um mapa de análise de *cluster*, que apresenta o agrupamento das localidades a partir de seus compartilhamentos de variantes.

As cartas de similaridade, parâmetro-base da dialetometria de Salzburgo (Brissos; Saramago, 2019), comparam um dado ponto (indicado pela cor branca no mapa) com os demais pontos da pesquisa. Os pontos mais similares são indicados com cores quentes e os menos similares com cores frias.

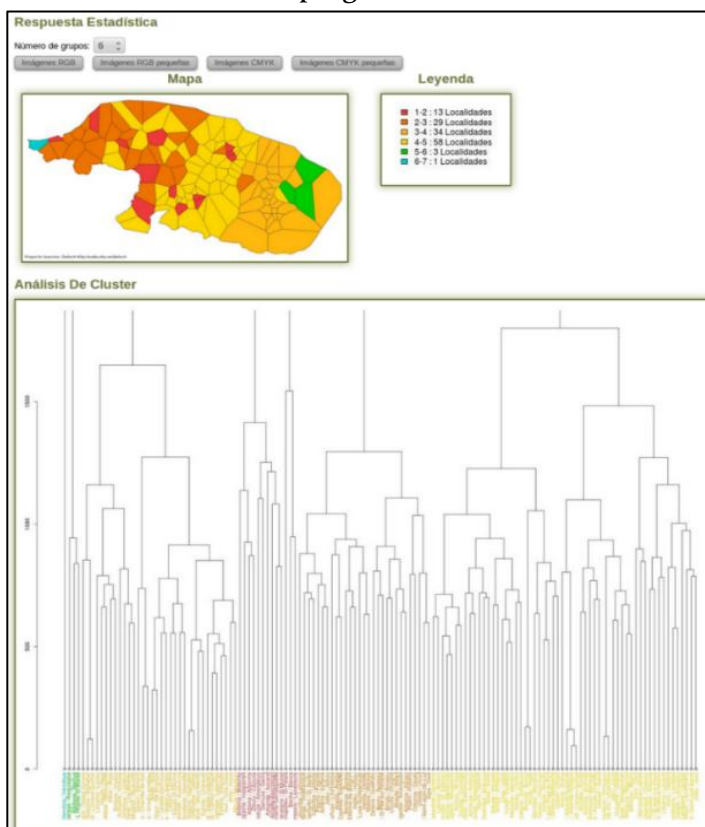
Figura 17 – Exemplo de mapa sinótico realizado pelo programa



Fonte: Diatech

A análise dendrográfica (ou análise *cluster*) permite definir os agrupamentos da matriz de dados utilizada. O procedimento parte da aplicação de um algoritmo hierárquico-aglomerativo à matriz de dados, que se segmenta em um dendograma em que a homogeneidade desce da raiz até aos ramos. (Brissos; Saramago, 2019).

Figura 18 – Exemplo de análise dendrográfica realizada pelo programa



Fonte: Diatech

A partir do uso dessas ferramentas, espera-se verificar quantitativamente a relação entre as distintas variantes fonológicas da língua apurinã.

MAPEAMENTO DAS VARIANTES FONOLÓGICAS EM APURINÃ

O capítulo apresenta as seções de análise e discussão dos resultados obtidos, com o levantamento realizado de cada variável nas localidades estudadas.

DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Essa seção apresenta a descrição e análise dos dados obtidos a partir do mapeamento das variantes fonológicas. Cada subseção apresenta o levantamento quantitativo da ocorrência das variantes, assim como as observações realizadas a respeito de sua distribuição geográfica ao longo do território apurinã.

Acredita-se que as variações fonológicas possam decorrer de: i) inovações na língua, como a partir do contato com o português; ou ii) variações que já existiam em apurinã antigamente e que se mantiveram. No entanto, espera-se realizar futuramente a comparação desses conceitos com outras línguas Aruák, para indicar se há cognatos entre elas.

VARIAÇÃO ENTRE /E/ E /ɨ/

A variação entre as vogais /e/ e /ɨ/ é a mais representativa na língua. Desse modo, foram produzidas 24 cartas linguísticas com variantes que representam as falas das comunidades. Os dados coletados em campo apresentam 21 novas ocorrências das formas variantes nos pontos Km 45, Água Preta/Inari, Seruini/Marienê, Catipari/Mamoriá. Para a representação cartográfica, utilizou-se a cor verde para representar as variantes com /e/ e a cor vermelha para indicar as variantes com /ɨ/.

Como citado anteriormente, o ambiente não é condicionado nessa variação. Nos conceitos estudados, observou-se que ela ocorre entre:

Quadro 16 – Ambientes de realização de /e/ ~ /i/

Ambiente	Exemplo
p_ɾ	tsapiriɾi ~ tsaperiɾi
#_n	ini ~ eni
n_ɾ	kukaniri ~ kukã:neri
ɾ_#	katsare ~ katsari
#_p	ipĩtikiri ~ epĩtikiri
t_n	tiniki ~ teniki
n_#	sãni ~ sãne
ɾ_t	kariti ~ kareti
p_t	pititi ~ piteti
t_#	kajati ~ kajate
m_ɾ	kumiɾikata ~ kumerikata
t_ɾ	tēteri ~ tētiri
w_ɾ	kawiri ~ kaweri
ts_ɾ	kutsiri ~ kutseri
k_n	kĩ:niri ~ kē:neri

Fonte: Elaborado pela autora

Dessa forma, observa-se que essa variação pode se realizar após diferentes consoantes, assim como no início, no meio e no final das palavras.

O mapeamento das variantes permitiu a visualização de três classificações dessa variável. Desse modo, as localidades apresentam, para o mesmo conceito: i) falantes que utilizam /e/; ii) falantes que utilizam /i/; e iii) as duas variantes coocorrendo. É possível que, com um maior número de dados,

a coocorrência das variantes seja encontrada em mais comunidades.

A partir da lista de palavras utilizada nas comunidades, o Quadro 17 representa quantos dados foram atestados para /e/ e /i/ nas localidades estudadas:

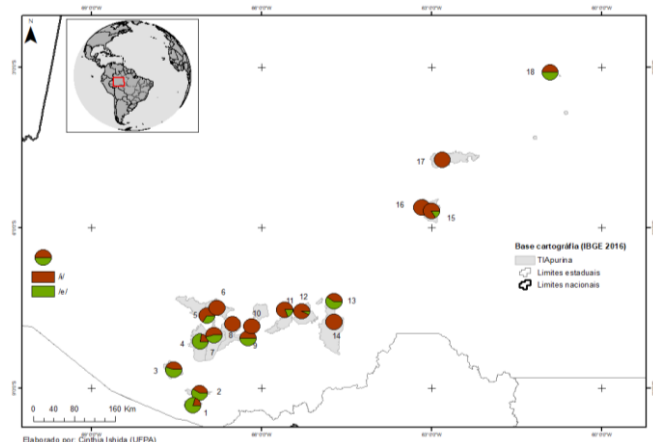
Quadro 17 – Ocorrência de /e/ ou /i/

Variante	Comunidades																		Total
	K M 1 2 4	K M 4 5	C A M	P E N	A P I	C T M	V A	S E R	T U M	S E P	A C I	C U R	T E R	J A P	T A W	S J O	I T X	J A T	
/e/	4	1 0	5	7	6	0	4	1 0	0	8	0	0	2	1 5	3	0	0	2	76
/i/	1	7	4	2	1 2	7	1 7	1 2	1 8	8	1 8	1 0	2 3	1 0	1 5	1 8	2 1	2	205

Fonte: Elaborado pela autora.

Nota-se que, em sua maioria, as localidades mais ao sul, como Km 124, Km 45 e Camicuã (CAM), tendem a utilizar a variante /e/, enquanto comunidades mais ao norte, como Tawamirim (TAW), São João (SJO) e Itixi Mitari (ITX), usam /i/. As localidades Catipari/Mamoriá (CTM), Tumiã (TUM), Acimã (ACI), Curriã (CUR), São João (SJO) e Itixi Mitari (ITX) não apresentam dados da ocorrência de /e/ em nenhum conceito. Enquanto que não há nenhum ponto que registre somente a presença de /e/ e que /i/ não apareça. Essa distribuição pode ser visualizada na Carta Linguística 1, que quantifica a ocorrência de /e/ e /i/ nos itens lexicais estudados:

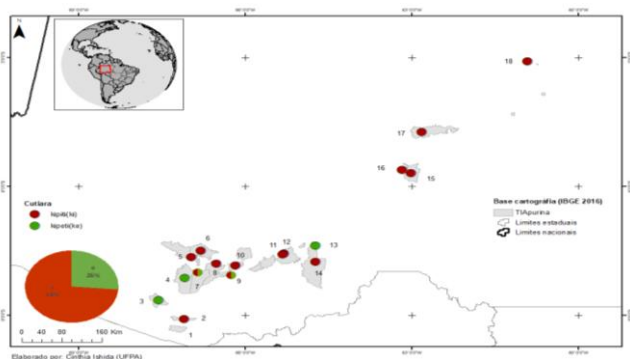
Carta linguística 1 – Distribuição da variação entre /e/ e /i/



Fonte: Elaborado pela autora

Para o item lexical ‘cutiara’, com suas variantes *kypety(ke)* e *kypyty(ky)*, observa-se a prevalência pela variante /i/. Nos 17 pontos espacializados, *kypety(ke)* ocorre em 5 pontos (26%); em relação à *kypyty(ky)*, que ocorre em 12 (74%) pontos. Dois desses pontos (Seruini/Mariênê e Sepatini) apresentam a coocorrência das duas variantes. Essa disposição pode ser observada, na Carta Linguística 2:

Carta linguística 2 – ‘Cutiara’

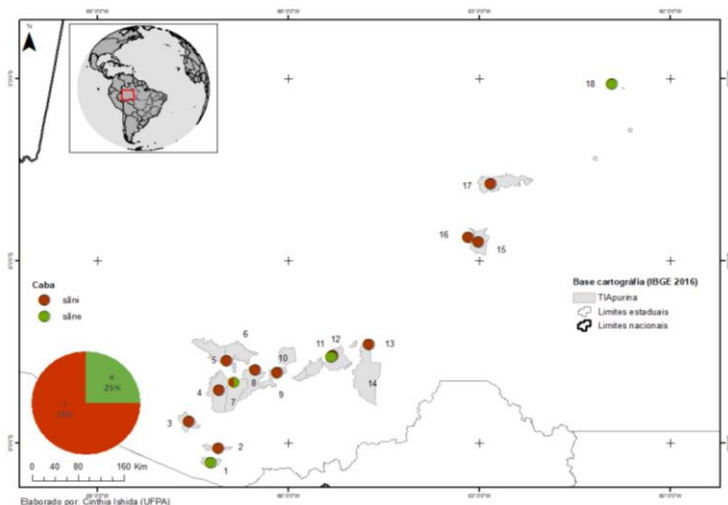


Fonte: Elaborado pela autora

O ponto Seruini/Marienê apresentou o maior número de coocorrência de variantes, em 6 itens lexicais distintos: ‘açai’, ‘caba’, ‘cutia’, ‘cutiara’, ‘paca’ e ‘xingané’. Nas cartas linguísticas em que esse ponto não apresenta coocorrência, observa-se que há o uso de /i/ em *tsapyrikyã* ‘vinho de açai’, *tyny* ‘seio’, *kumyrykata* ‘pão plano de mandioca’, *itixikyry* ‘macaco preto’, *pytyty* ‘caquinho’ e *ypÿtykyry* ‘bem-te-vi’; e há o uso de /e/ nas palavras: *kukãanery* ‘assassino’, *atenyru* ‘gia pequena’, *têtery* ‘poraquê grande’ e *pêtsute* ‘poraquê pequeno’.

Os mapas indicam que os falantes utilizam /e/ ou /i/ dependendo da palavra. Como exemplo, o ponto 18 (Jatuarana), apresenta o uso de /e/ na Carta Linguística 3 ‘Caba’:

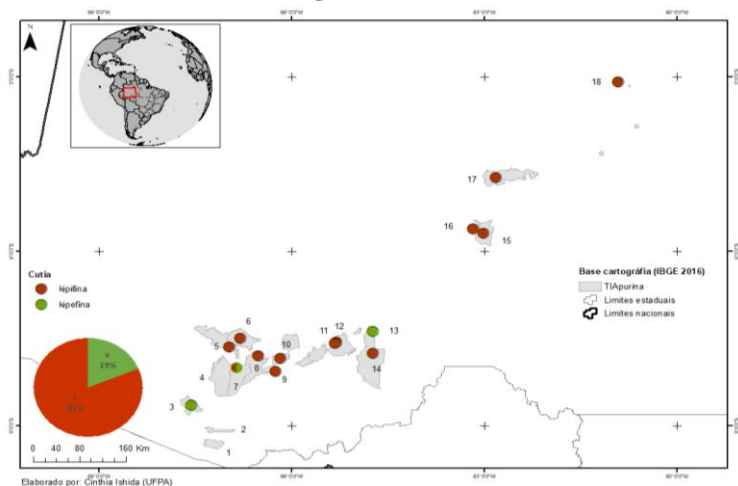
Carta linguística 3 – ‘Caba’



Fonte: Elaborado pela autora

E o mesmo ponto utiliza a forma variante /i/, como observado na Carta Linguística 4 ‘Cutia’:

Carta linguística 4 – 'Cutia'



Fonte: Elaborado pela autora

A Carta 3, para 'Caba', apresenta maior ocorrência da variante *sãny* em 12 pontos (75%); enquanto a ocorrência de *sãne* é registrada em 4 pontos (25%). A Carta linguística 4, para 'Cutia', também indica o maior uso da variante *kypyt̃yna*, presente em 13 pontos (81%), em relação à variante *kypet̃yna*, que ocorre em 3 pontos (19%). Apenas as localidades Sepatini e Jatuarana apresentam um número igual de ocorrência entre [e] e [i].

Desse modo, os dados sugerem que as variantes com /i/ sejam mais utilizadas na língua apurinã atualmente. A variante /e/ registra presença em quase 12 localidades, apresentando frequências diferentes de uso dentro de cada ponto.

Segundo a pesquisa em documentos antigos, realizada por Facundes, Neves e Lima Padovani (2015), a vogal mais antiga seria /e/, com um possível caso de posteriorização da vogal */e/ > [i]. A não ocorrência de [e] sem que [i] apareça, em uma localidade, sugere uma consolidação da vogal central,

de forma que as comunidades que retêm a variante [e] estejam refletindo a mudança diacrônica (uma mudança linguística menos consolidada), enquanto nas comunidades que exibem somente a central alta, essa mudança já esteja totalmente consolidada.

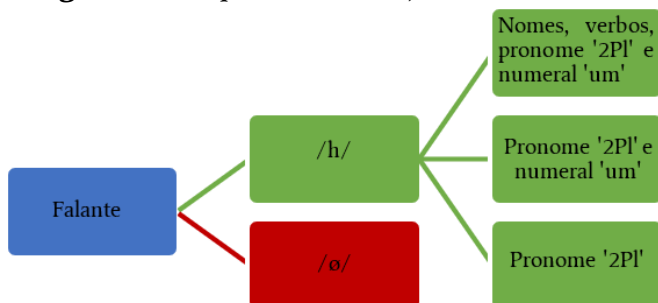
Conforme Carvalho (2021), apurinã passou por um processo histórico de harmonia vocálica transilábica em que um /e/ é assimilado a uma vogal central contextual, o que apresentaria uma possibilidade de uma explicação interna dessa variável. No Quadro 16, dos 15 itens lexicais pesquisados, em 12 termos se tem uma posição em que há a variação entre /e/ e /i/ e também uma outra sílaba da mesma palavra com /i/ que não varia, como em ‘açaí’ *tsapyriki* ~ *tsaperiki*. Indica-se a possibilidade de que esse processo histórico de harmonia tenha afetado de maneira desigual os dialetos de apurinã, em que alguns dialetos sofreram esse processo e outros não, e que o processo de variação encontrado hoje seria o resultado de uma mescla dialetal.

VARIAÇÃO ENTRE /h/ E /ø/

A variação entre a vogal /h/ e /ø/ possui grande importância para a distinção dialetal da língua. Essa variação ocorre em palavras que iniciam com vogal: #_V. Desse modo, foram produzidas 15 cartas linguísticas com conceitos que representam as falas das comunidades. Os dados coletados em campo apresentam 8 novas ocorrências das formas variantes nos pontos Km 45, Água Preta/Inari, Seruini/Marienê. Para a representação cartográfica, utilizou-se a cor verde para representar as variantes com /h/ e a cor vermelha para indicar a ausência da fricativa nas variantes.

Desse modo, os dados atestam a existência de duas distinções gerais para a ocorrência de /h/ na língua: grupos que utilizam /h/ e grupos que não utilizam /h/. Entre as localidades que utilizam a fricativa, há três subgrupos: i) os indivíduos que utilizam a fricativa em algumas palavras das classes nomes, verbos, pronome e numeral ii) os falantes que utilizam a fricativa somente no pronome de segunda pessoa plural, e no numeral 'um(a)', e, finalmente, iii) os indivíduos que utilizam o /h/ apenas na palavra *hĩthe* '2PL'²⁵. Essa distinção é ilustrada no esquema da Figura 19:

Figura 19 – Esquema da variação entre /h/ e /ø/



Fonte: Facundes (comunicação informal, adaptação *nossa*)²⁶

Conforme a lista de palavras estudadas, o Quadro 18 indica a ocorrência ou não da fricativa nas três classificações:

²⁵ Não tendo tido acesso a novos dados das comunidades em que o terceiro subgrupo foi atestado, a presente classificação baseia-se em Lima-Padovani (2016). A partir da disposição desses dados geograficamente, a autora afirmou que a concentração da presença do fonema ocorre nas comunidades que se localizam no Médio Alto Purus, e apontou também para a ocorrência de /h/ apenas na palavra *hĩthe* '2pl' nas comunidades São José (na terra indígena Tawamirim) e na terra indígena Peneri/Tacaquiri.

²⁶ Esse esquema foi construído para o trabalho de conclusão de curso (ISHIDA, 2021) e atualizado para contemplar o terceiro subgrupo (que contempla os indivíduos que utilizam /h/ apenas no pronome de '2PL').

Quadro 18 – Ocorrência de /h/ ou /ø/ em nomes, pronome e numeral

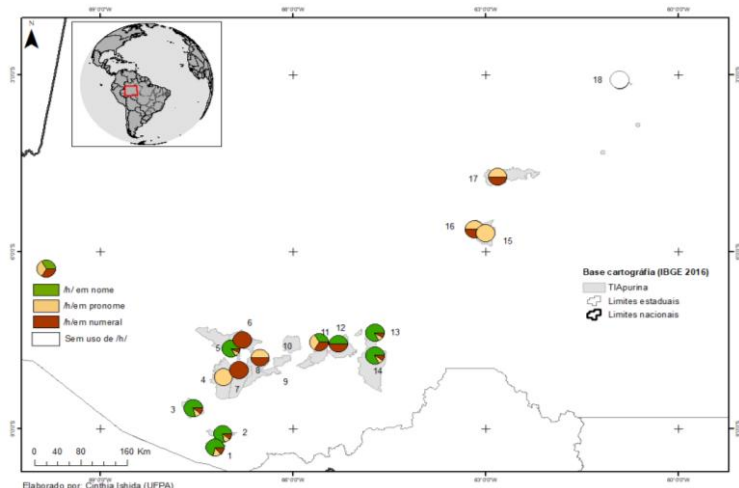
Variante	Comunidades																		Total
	K M 1 2 4	K M 4 5	C A M	P E N	A P I	C T M	V A	S E R	T U M	S E P	A C I	C U R	T E R	J A P	T A W	S J O	I T X	J A T	
Nomes	h	h	h	ø	h	ø	ø	ø	ø	ø	ø	h	ø	h	ø	ø	ø	ø	6
Pronome '2PL'	h	h	h	h	h	ø	h	ø	h / ø	-	ø	h	-	h	h	h	h	-	12
Numeral 'um'	h	h	h	-	h	h	h	h / ø	h / ø	ø	ø	h	h	h	ø	h	h	-	13

Fonte: Elaborado pela autora.

Apesar de haver variação em verbos, como *hereka* ~ *ereka* 'bom', o trabalho não possui dados suficientes para que essa categoria entrasse na comparação.

Percebe-se que a disposição geográfica das variantes indica que a ocorrência da fricativa ocorre nas comunidades mais ao sul, como Km 124 e Km 45, enquanto que as comunidades mais ao norte, como Itixi Mitari (ITX) e Jatuarana (JAT) não utilizam /h/ para nomes. A localidade Tumiã (TUM) apresentou dados de coocorrência das duas variantes para o pronome '2PL' e numeral 'um'. A Carta 5 quantifica a ocorrência de /h/ nas três classificações (em nome; em pronome; em numeral):

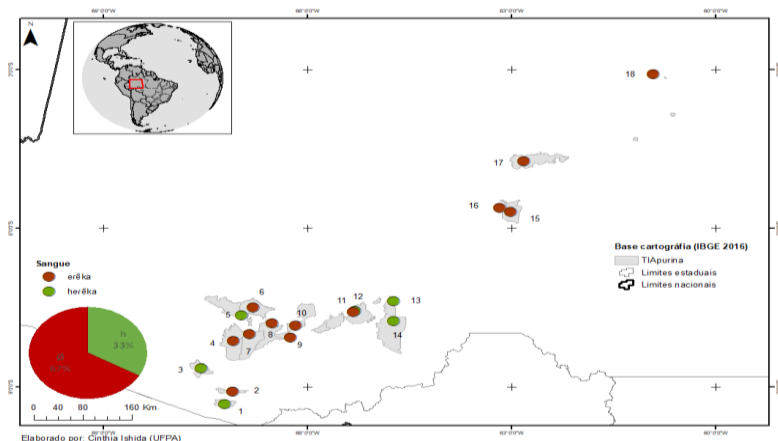
Carta linguística 5 – Distribuição da variação entre /h/ e /ø/



Fonte: Elaborado pela autora

Em relação ao uso da fricativa em nomes, as cartas linguísticas indicam a maior utilização da ausência da fricativa em relação ao uso de /h/ em apurinã. Como exemplo, observa-se a Carta linguística para 'Sangue':

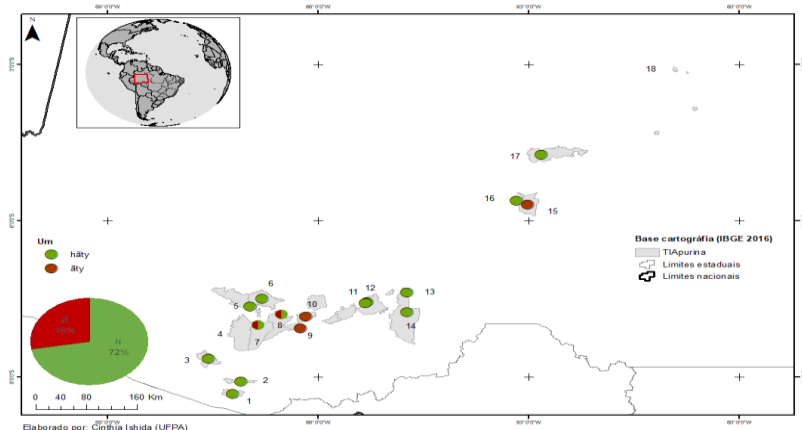
Carta linguística 6 – 'Sangue'



Fonte: Elaborado pela autora

Essa carta registra a ausência da fricativa em 12 pontos (67%), em relação à presença da fricativa, que é marcada em 6 pontos (33%). No entanto, ao verificar os mapas que representam o pronome '2PL' e numeral 'um', há uma prevalência da presença da fricativa glotal, como indicado na Carta 7:

Carta linguística 7 – 'Um'



Fonte: Elaborado pela autora

A Carta para o numeral 'um' apresenta a ocorrência da fricativa em 13 pontos (72%), enquanto que a sua ausência é atestada somente em 5 pontos (28%). Dois desses pontos (Seruini/Marienê e Tumiã) também indicam a coocorrência das duas variantes nas comunidades.

A partir disso, em relação ao uso da fricativa em nomes, /h/ ocorre em 33% das localidades estudadas, enquanto as variantes com /ø/ são atestadas em 67% dos dados. No pronome '2PL', a variante com a fricativa ocorre na maior parte das comunidades (75%), enquanto que a sua ausência é atestada somente nos pontos Catipari/Mamoriã, Seruini/Marienê e Tumiã (25%). No caso do numeral 'um', e

suas variantes *hãty* e *ãty*, percebe-se também que o uso da fricativa prevalece, em 13 localidades (72%), enquanto que sua ausência ocorre em 5 pontos (27%).

VARIAÇÃO ENTRE [ɾ] E [l]

A variação entre [ɾ] e [l] foi registrada em 11 cartas linguísticas. Essa variação ocorre nos ambientes: *_i#*, *_i#*, *u_u* (como *kasururi* ~ *kasululi* ‘surucucu’). Os dados coletados em campo apresentam 11 novas ocorrências das formas variantes nos pontos Km 45, Água Preta/Inari, Seruini/Marienê. Optou-se por utilizar a cor verde para indicar as variantes com [l] e a cor vermelha para marcar [ɾ].

Assim, percebeu-se que as localidades apresentam: i) falantes que utilizam [ɾ]; ii) falantes que utilizam [l]; e iii) a coocorrência das duas variantes em uma mesma comunidade. A partir da lista de itens lexicais pesquisados, o Quadro 19 apresenta a ocorrência das variantes ao longo dos pontos estudados:

Quadro 19 – Ocorrência de [ɾ] ou [l]

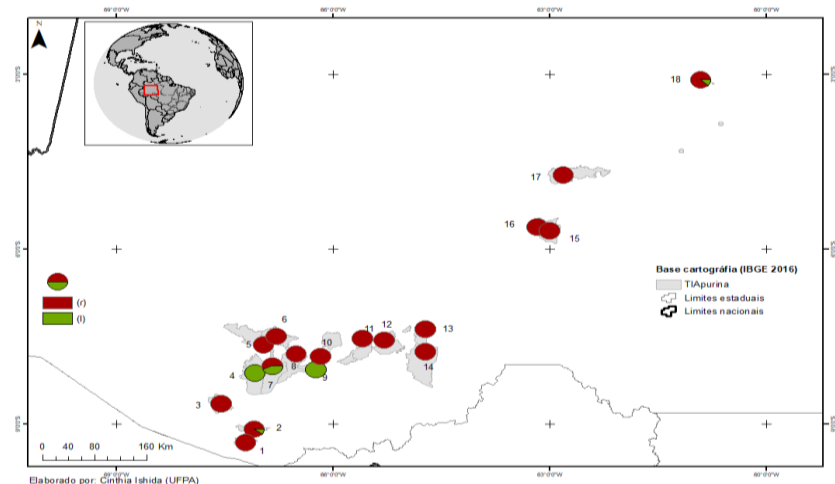
Variante	Comunidades																	Total	
	K M 1 2 4	K M 4 5	C A M	P E N	A P I	C T M	V A	S E R	T U M	S E P	A C I	C U R	T E R	J A P	T A W	S J O	I T X	J A T	
[ɾ]	4	9	8	0	1 1	1 0	1 0	8	1 0	0	1 1	8	1 1	1 0	1 1	1 1	1 1	7	16
[l]	0	1	0	1 0	0	0	0	6	0	1 1	0	0	0	0	0	0	0	1	5

Fonte: Elaborado pela autora

Em sua maioria, as comunidades utilizam [ɾ] ou [l] (exclusivamente), mas não ambas, visto que são poucos os

casos em que há coocorrência de variantes. A Carta 8 apresenta a quantificação da ocorrência entre [r] ou [l]:

Carta linguística 8 – Distribuição da variação entre [r] e [l]

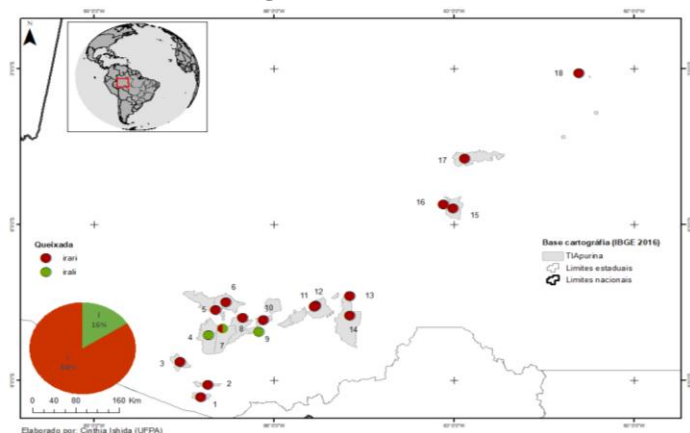


Fonte: Elaborado pela autora

O único ponto com maior presença de coocorrência de variantes é a localidade Seruini/Mariênê. Ao comparar os dados colhidos em campo com o quadro de Lima-Padovani (2016), percebe-se que os falantes dessa TI, onde se deveria utilizar o alofone [l] conforme o trabalho de Lima-Padovani (2016), utilizaram [r] na entrevista. Nos mapas em que essa localidade não apresentou informações do uso das duas variantes (com a junção de dados secundários com primários), a coleta de dados primários atestou o uso do tepe. O trabalho de Pereira (2007), também atesta o uso das duas variantes na comunidade. Essa divergência nos dados pode indicar informações sobre o contato linguístico da região; entretanto, ainda é preciso um maior estudo que aponte como esse contato influenciou na fala da região.

Para ‘queixada’, pode-se observar a prevalência pelo uso de [ɾ], em 16 pontos. Atesta-se que o uso do tepe é presente tanto em comunidades mais ao sul, quanto mais ao norte, alcançando quase todo o território apurinã; enquanto que o uso de [l] é característico de 3 pontos (Peneri, Seruini/Marienê e Sepatini). Somente a localidade Seruini/Marienê apresenta a coocorrência das duas variantes, como representa a Carta 9:

Carta linguística 9 – ‘Queixada’



Fonte: Elaborado pela autora

Dessa forma, nota-se que [ɾ] é a forma mais utilizada atualmente em apurinã, sendo utilizada em 88% das comunidades pesquisadas; enquanto [l] é encontrado em 12% das localidades estudadas.

Segundo o trabalho de Carvalho (2021), na língua Yine, membro do subgrupo Purus com as línguas apurinã e iñapari, houve uma cisão histórica que produziu uma oposição entre [ɾ] e [l], que foi condicionada pela qualidade da vogal precedente. Isso produziu alternâncias que ainda hoje existem na língua Yine em função desse processo histórico. A partir disso, pode-se pensar em desenvolvimentos históricos,

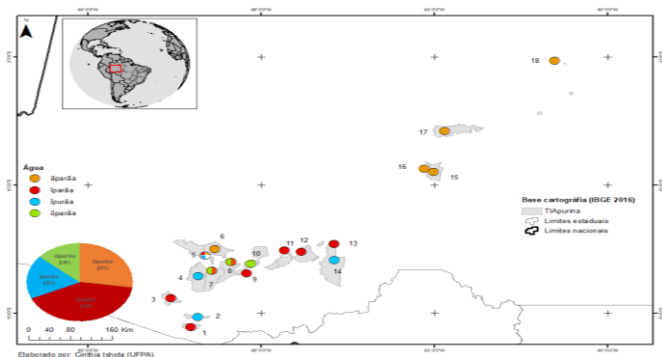
estabelecidos com outras evidências, que possam também ter afetado algumas variedades de apurinã.

VARIAÇÃO FONOLÓGICA DE PALAVRAS LEXICALMENTE CONDICIONADAS

Para os casos de variação fonológica lexicalmente condicionada, cujos segmentos alternantes ocorrem em um único item lexical, foram produzidas 7 cartas linguísticas para a verificação de sua ocorrência, sendo que cada uma apresenta a distribuição geográfica de somente um conceito. Os dados coletados em campo apresentam 4 novas ocorrências das formas variantes nos pontos Água Preta/Inari e Seruini/Marienhê. As cores utilizadas para representar as variantes se mantêm em verde e vermelho em palavras com somente duas variantes e coocorrência, e em palavras, como 'água', em que há quatro variantes distintas, utilizaram-se cores diversas.

Em relação à 'água', atestam-se 4 variantes na língua: *ãparãa*, *ĩparãa*, *ĩpurãa* e *ũparãa*. A Carta 10 apresenta a distribuição geográfica dessas variantes:

Carta linguística – 10 'Água'

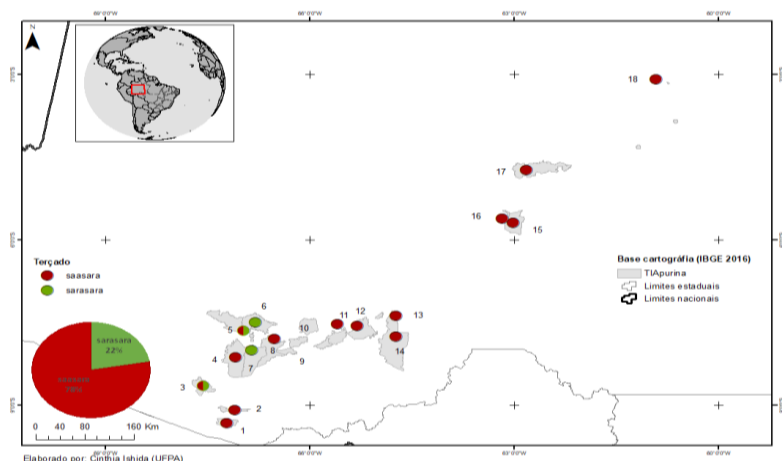


Fonte: Elaborado pela autora

Nota-se um maior uso de *ãparãa* nas comunidades mais ao norte, como Itixi Mitari e Jatuarana; enquanto que há uma prevalência pelo uso de *iparãa* nas outras localidades. Os colaboradores dos pontos Seruini/Marienê fizeram distinção entre *ũparãa*, para água que vem da terra, como rios, e *iparãa*, para água que vem do céu, a chuva. Essa distinção também foi realizada pelo colaborador da TI Água Preta/Inari, em que *ipurãa* seria a água da terra, e *ãparãa*, a água do céu. É necessário consultar outras localidades para confirmar se está ocorrendo um processo de mudança linguística entre essas variantes. Desse modo, percebe-se que a variante mais utilizada é *iparãa* (9 pontos), seguida por *ãparãa* (6 pontos), *ipurãa* (4 pontos), e *ũparãa* (3 pontos), em ordem de frequência. A coocorrência das variantes foi atestada nos pontos Água Preta/Inari, Tumiã, Seruini/Marienê.

O item lexical 'terçado' varia entre *saasara* e *sarasara*. A Carta 11 apresenta a distribuição geográfica dessas variantes:

Carta linguística 11 – 'Terçado'

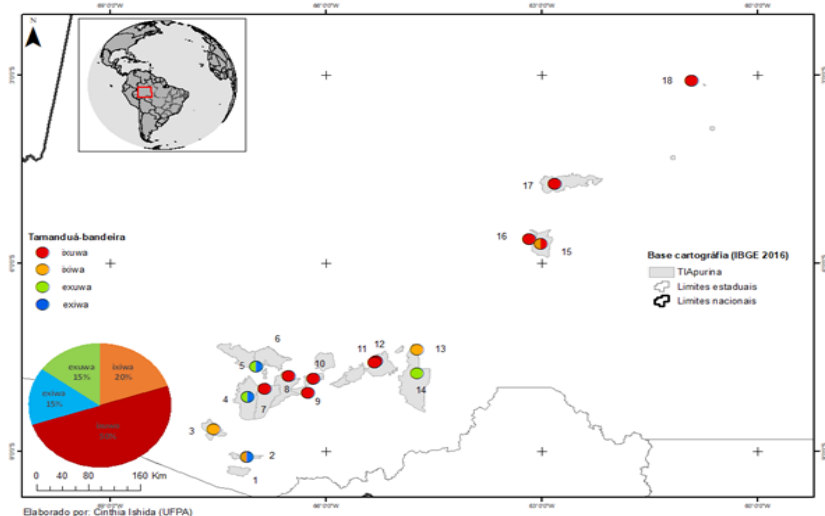


Fonte: Elaborado pela autora

Nota-se que há a prevalência pelo uso de *saasara* em 14 pontos (78%), nas comunidades tanto ao norte quanto ao sul do território apurinã. A variante *sarasara* ocorre somente em Catipari/Mamoriá, Seruini/Marienê, Camicuã e Água Preta/Inari (sendo que, nesses dois últimos pontos, atesta-se o uso das duas variantes na mesma localidade).

Em sequência, ‘tamanduá-bandeira’ também apresenta quatro variantes: *exuwa*, *exiwa*, *ixiwa* e *ixuwa*. A Carta 12 apresenta a distribuição geográfica dessas variantes:

Carta linguística 12 – ‘Tamanduá-bandeira’

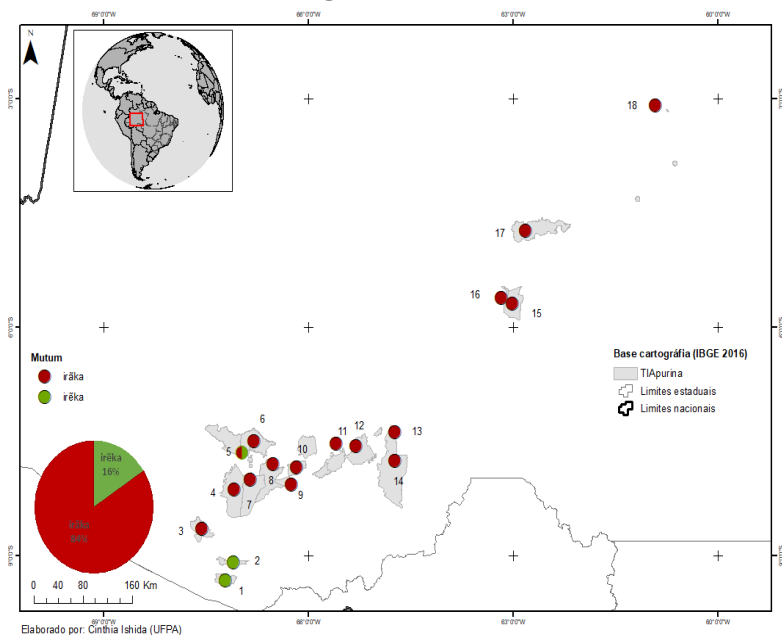


Fonte: Elaborado pela autora

Nota-se a prevalência pelo uso da variante *ixuwa* ao longo do território apurinã, em 10 pontos (50%). Todos os dados encontrados de *exiwa* atestam a coocorrência de outra variante na mesma localidade, como *ixiwa* (atestada no ponto Km 45) ou *exuwa* (nos pontos Peneri e Água Preta/Inari). Há também a coocorrência de *ixuwa* e *ixiwa* no ponto Tawamirim.

Em sequência, ‘Mutum’ apresenta duas variantes: *irāka* e *irēka*. A Carta 13 apresenta a distribuição geográfica das variantes ao longo de 18 pontos:

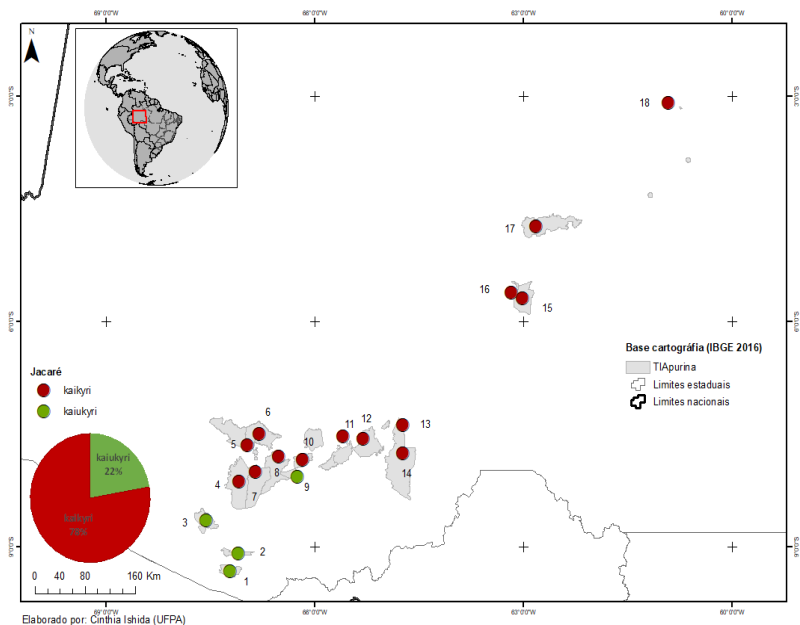
Carta linguística 13 – Mutum



Fonte: Elaborado pela autora

Os dados apresentam um maior uso da variante *irāka* ao longo das comunidades apurinã, em 16 pontos (84%), sendo que *irēka* apresenta ocorrência nos pontos próximos da rodovia 317, nas TIs Km 124 e Km 45 (16%). Em relação à coocorrência das duas variantes, esse dado é observado somente na TI Água Preta/Inari.

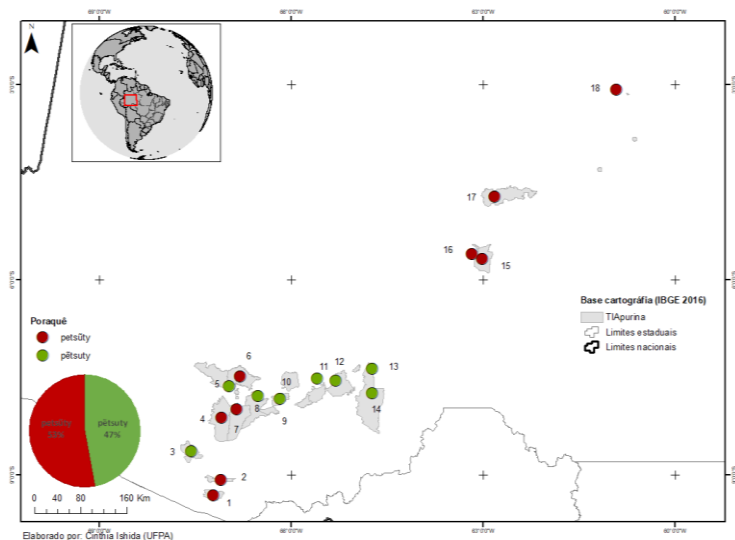
Carta linguística 14 – 'Jacaré'



Fonte: Elaborado pela autora

Em relação à 'jacaré', nota-se um maior uso da variante *kaikyri* (78%) nos pontos estudados. A variante *kaiukyri*, por sua vez, apresenta concentração nas comunidades mais ao sul, como Km 124, Km 45 e Camicuã, mas também ocorre no ponto Sepatini. Nessa palavra, o trabalho não encontrou dados que atestassem a coocorrência das duas variantes em uma mesma localidade.

Carta linguística 15 – 'Poraquê'

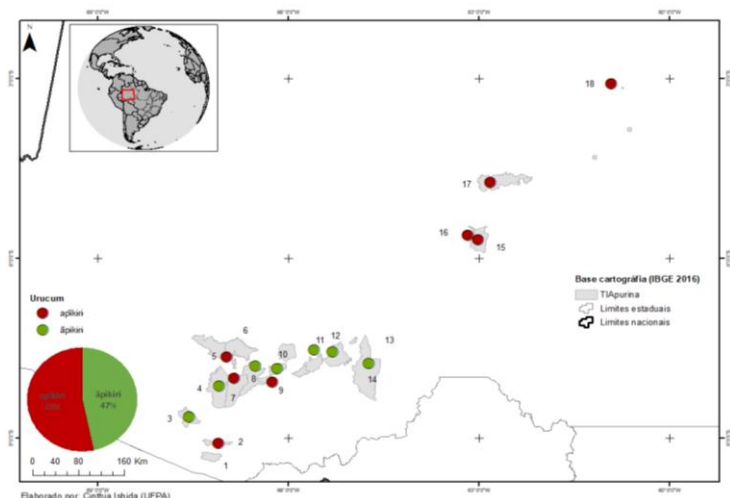


Fonte: Elaborado pela autora

Para ‘poraquê’, o uso da variante *petsũty* foi atestado em 9 pontos (53% dos dados) enquanto a variante *pẽtsuty* também foi atestada em 8 pontos (47%). A pesquisa não encontrou dados que atestassem a coocorrência das duas variantes em uma mesma localidade. Os mapas linguísticos mostraram que *petsũty* ocorre nos pontos ao sul e ao norte, enquanto a variante *pẽtsuty* se concentra nas localidades intermediárias desse território.

Por fim, ‘urucum’ indicou que *apỹkyry* ocorre em 8 pontos (53%) e *ãpykyry* em 7 (47%). A Carta 16 apresenta essa distribuição:

Carta linguística 16 – 'Urucum'



Fonte: Elaborado pela autora

As regiões mais ao norte do mapa, como Itixi Mitari, Jatuarana, São João, utilizam a variante *ãpykyry*, enquanto que *apỹkyry* é mais utilizada pelas comunidades no Médio Alto Purus e Médio Purus, como Vista Alegre e Curriã.

VARIAÇÃO ENTRE /N/ ~ /ɲ/ ANTES DE /A/

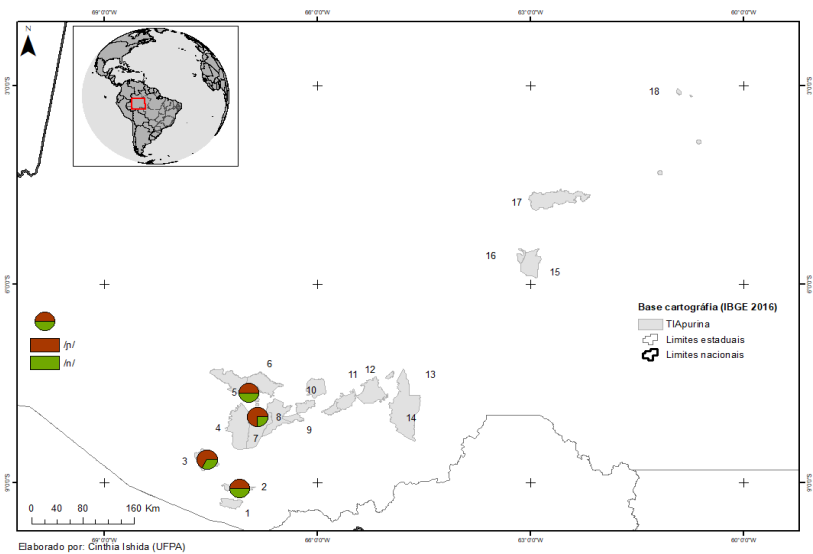
Apesar de não ser uma variação expressiva em apurinã, fez-se um mapeamento inicial entre a variação /n/ ~ /ɲ/ antes de /a/, visto que dados encontrados em campo indicam que essa variação ocorre em outros ambientes além dos já citados nos trabalhos anteriores.

Conforme Facundes (2000, p. 82), a palatalização nasal ocorre em ambientes de limite de morfemas e internamente ao morfema. Isso ocorre devido à regra fonotática em que [n] se torna [ɲ] antes de /i/ (/n/ → [ɲ] / _ /i/), como em /ni/ + /nika/ → [ni-ɲika] 'eu como' (Facundes, 2000). Em Pereira

(2007, p. 89), a autora afirma que essa variação é resultado de uma outra que é variação entre as vogais altas, central /ɨ/ e anterior /i/, ou entre a alta anterior /i/ e a média anterior”.

Os dados primários coletados nesta pesquisa, em 4 localidades (Km 45, Camicuã, Água Preta/Inari e Seruini/Marienhê), indicaram que /ɲ/ também varia antes de /a/, dependendo da comunidade. A partir da coleta de dados de 4 itens lexicais que representam essa variação, sendo eles ‘capelão/guariba’ *kinha* ~ *kina*; ‘buriti’ *kinhari* ~ *kinari*; ‘sukurijú’ *wainhamary* ~ *wainamary*; ‘objeto/coisa que é dela’ *pinhakyty* ~ *pinakyty*. Diante disso, a Carta 17 indica a quantificação preliminar da ocorrência da variação entre a nasal alveolar /n/ e a nasal palatal /ɲ/ antes da vogal baixa central /a/:

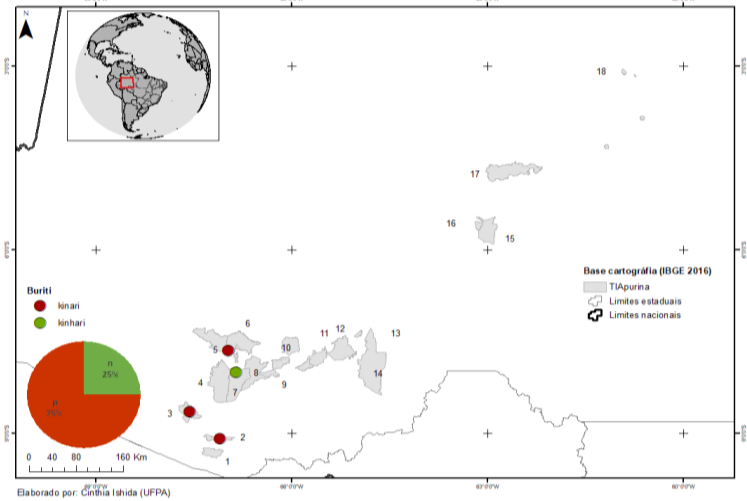
Carta linguística 17 – Distribuição da variação entre /n/ ~ /ɲ/ antes de /a/



Fonte: Elaborado pela autora

Como exemplo, observa-se a distribuição dessa variável no item lexical ‘Buriti’, representada na Carta 18:

Carta linguística 18 – ‘Buriti’



Fonte: Elaborado pela autora

Nos pontos Km 45, Camicuã e Água Preta/Inari, faz-se o uso da variante *kinari*; e atesta-se o uso da variante *kinhari* no ponto Seruini/Mariênê.

Devido à falta de uma documentação maior do fenômeno em outros pontos, um maior estudo precisa ser realizado para indicar a distribuição geográfica dessa variável ao longo do território apurinã.

COOCORRÊNCIA DAS VARIÁVEIS

Essa subseção busca identificar se há relação entre a ocorrência das variáveis estudadas, a fim de identificar padrões em seu uso. Fez-se o levantamento dessa coocorrência nas variáveis mais expressivas abordadas neste trabalho: [e] ~ [ɨ];

[h] ~ [ø], [r] ~ [l] e lexicalmente condicionadas. Além de uma investigação inicial da coocorrência de variantes fonológicas e lexicais nas localidades, a partir dos itens ‘jacu’, ‘japó’, ‘café’, ‘farinha’ e ‘noite’.

O Quadro 20 indica quais variantes foram mais utilizadas nos pontos estudados:

Quadro 20 – Relação entre as variáveis

Variação	Comunidades								
	KM 124	KM 45	CAM	PEN	API	CTM	VA	SER	TUM
/e/ ~ /ɛ/	e/ɛ	e/ɛ	e/ɛ	e/ɛ	e/ɛ	ɛ	e/ɛ	e/ɛ	ɛ
/h/ ~ /ø/	h	h	h	h em '2PL'	h	h em 'um'	h em '2PL' e 'um'	h em 'um'	h em '2PL' e 'um'
[r] ~ [l]	r	r	r	l	r	r	r	r/l	r
água ²⁷	2	3	2	3	1/2/3	1	2	2/4	2/4
terçado	1	1	1/2	1	1/2	2	1	2	1
tamanduá-bandeira		3/4	3	2/4	2/4		1	1	1
mutum	2	2	1	1	1/2	1	1	1	1
jacaré	2	2	2	1	1	1	1	1	1
poraquê	2	2	1	2	1	2	1	2	1
urucum		2	1	1	2		1	2	1
jacu ²⁸	1	1	1		1/2		2	1	1/2
japó		1	2	2	1/2		2		2
café	1	1		1	1		2	1	2
farinha	1	2			1		1		1
noite	1	1	1	1	2	2	2	2	2

²⁷ Por conta do espaço, utilizou-se, para ‘água’, 1 = *âparâa*, 2 = *îparâa*, 3 = *îpurâa* e 4 = *ûparâa*. Para ‘terçado’, 1 = *saasara*, 2 = *sarasara*. Para ‘tamanduá-bandeira’: 1 = *ixuwa*, 2 = *exuwa*, 3 = *ixiwa*, 4 = *exiwa*. Para ‘mutum’, 1 = *irâka*, 2 = *irêka*. Para ‘jacaré’, 1 = *kaikyri*, 2 = *kaiukyri*. Para *poraquê*, 1 = *pêtsuty*, 2 = *petsûty*. Para ‘urucum’, 1 = *âpykyry*, 2 = *apÿkyry*.

²⁸ Os dados sobre variantes lexicais foram encontrados em Lima-Padovani (2016). Para ‘jacu’, 1 = *thâpukyry*, 2 = *tûty*. Para ‘japó’, utilizou-se 1 = *pukuru(ru)*, 2 = *iûpiri*. Para ‘café’: 1 = *kapêe*, 2 = *kÿpatykyâ*, 3 = *pumamâru*. Para ‘farinha’: 1 = *katarukyry*, 2 = *pariîa*, 3 = *atarukyry*. Para ‘noite’, 1 = *iketa*, 2 = *ikânu(ka)*.

Variação	Comunidades								
	SEP	ACI	CUR	TER	JAP	TAW	SJO	ITX	JAT
/e/ ~ /i/	e/ɨ	ɨ	ɨ	e/ɨ	e/ɨ	e/ɨ	ɨ	ɨ	e/ɨ
/h/ ~ /ø/	ø	ø	h	h em 'um'	h	h em '2PL'	h em '2PL' e 'um'	h em '2PL' e 'um'	ø
[r] ~ [l]	l	r	r	r	r	r	r	r	r
água ²⁹	2	4	3	2	2	1	1	1	1
terçado			1	1	1	1	1	1	1
tamanduá-bandeira	1	1	2	1	3	1/3	1	1	1
mutum	1	1	1	1	1	1	1	1	1
jacaré	2	1	1	1	1	1	1	1	1
poraquê		1	1	1	1	2	2	2	2
urucum	2	1	1	1		2	2	2	2
jacu ³⁰	1	1	2	2	2	2	2	2	2
japó	1	1	2	2	2	1/2	1	1	
café	1	1	1	2	2	2/3	3	2/3	
farinha	2	2		1	1	3	3	3	
noite	1	2	1	2	2	2	2	2	2

Fonte: Elaborado pela autora

Não se encontrou relação entre /e/ e /i/ com outras variáveis, visto que ela não apresenta previsibilidade por área, pois há grande ocorrência das duas variantes em uma mesma comunidade, em palavras distintas. Em relação à variação entre [r] e [l], os dados indicam que, nos pontos em que [l] ocorre (Peneri (PEN), Seruini/Marienê (SER) e Sepatini (SEP)), também não se utiliza a fricativa para nomes.

²⁹ Por conta do espaço, utilizou-se, para 'água', 1 = *āparāa*, 2 = *īparāa*, 3 = *īpurāa* e 4 = *ūparāa*. Para 'terçado', 1 = *saasara*, 2 = *sarasara*. Para 'tamanduá-bandeira': 1 = *ixuwa*, 2 = *exuwa*, 3 = *ixiwa*, 4 = *exiwa*. Para 'mutum', 1 = *irāka*, 2 = *irēka*. Para 'jacaré', 1 = *kaikyri*, 2 = *kaiukyri*. Para poraquê, 1 = *pētsuty*, 2 = *petsūty*. Para 'urucum', 1 = *āpykyry*, 2 = *apỹkyry*.

³⁰ Os dados sobre variantes lexicais foram encontrados em Lima-Padovani (2016). Para 'jacu', 1 = *thāpukyry*, 2 = *tūty*. Para 'japó', utilizou-se 1 = *pukuru(ru)*, 2 = *iūpiri*. Para 'café': 1 = *kapēe*, 2 = *kỹpatykỹā*, 3 = *pumamāru*. Para 'farinha': 1 = *katarukyry*, 2 = *pariāa*, 3 = *atarukyry*. Para 'noite', 1 = *iketa*, 2 = *ikānu(ka)*.

Ao observar as variantes lexicais, as localidades ao sul Km 124, Km 45 e Camicuã (CAM) compartilham as mesmas variantes para ‘noite’, ‘jacu’, ‘jacaré’ e ‘terçado’. Enquanto os pontos ao norte, Tawamirim (TAW), São João (SJO), Itixi Mitari (IXT), compartilham variantes opostas às localidades ao sul, nos itens lexicais ‘jacaré’, ‘jacu’, ‘farinha’, ‘café’ e ‘noite’.

A partir disso, observa-se que algumas variáveis parecem ter uma ocorrência mais característica de alguns pontos, como o uso da fricativa em nomes, nas comunidades mais ao sul e sua ausência nas comunidades mais ao norte, e a ocorrência de [l] nas localidades Peneri (PEN), Seruini/Marienê (SER) e Sepatini (SEP). Outras variáveis possuem uma ocorrência menos consistente ao longo das comunidades, devido à grande coocorrência em uma mesma localidade, como o uso de /e/ ou /i/ para diferentes palavras em um mesmo ponto.

PERCEPÇÃO E ATITUDES LINGÜÍSTICAS

Essa subseção visa apresentar considerações preliminares observadas acerca da percepção e das atitudes linguísticas dos falantes de apurinã acerca da variação fonológica.

Labov (2008 [1972]), em sua pesquisa sobre a variação do inglês falado na ilha de Martha's Vineyard, indicava a importância da observação das atitudes dos falantes em relação ao uso das variantes linguísticas. Moreno Fernández (1998, p. 179) indica que a atitude linguística é definida como:

[...] uma manifestação da atitude social dos indivíduos, que se distingue por se centrar e se referir especificamente tanto à língua como ao uso que dela se faz na sociedade, e quando falamos de

“língua” incluímos qualquer tipo de variedade linguística: atitudes em relação a diferentes estilos, diferentes socioletos, diferentes dialetos ou diferentes línguas naturais. (Moreno Fernández, 1998, p. 179).³¹

Essa manifestação do falante pode ser positiva ou negativa. Consoante López Morales (1993, p. 205), a escolha do falante por uma variante de prestígio implica, pelo menos, que: i) o falante conhece a existência das duas variedades; e ii) o falante sabe qual variante é mais prestigiada na comunidade a partir de sua consciência sociolinguística.

Segundo Aguilera (2008), a atitude linguística também se liga à identidade do falante, visto que:

Um traço definidor da identidade do grupo (etnia, povo) é a variedade linguística assumida e, desse modo, qualquer atitude em relação aos grupos com determinada identidade pode, na realidade, ser uma reação às variedades usadas por esse grupo ou aos indivíduos usuários dessa variedade, uma vez que normas e marcas culturais dos falantes se transmitem ou se sedimentam por meio da língua, atualizada na fala de cada indivíduo. (Aguilera, 2008, p. 106).

Dessa forma, a dialetologia perceptual estuda a variação a partir da visão dos falantes. Segundo Preston (1999):

³¹ [...] una manifestación de la actitud social de los individuos, distinguida por centrarse y referirse específicamente tanto a la lengua como al uso que de ella se hace en sociedad, y al hablar de "lengua" incluimos cualquier tipo de variedad linguística: actitudes hacia estilos diferentes, sociolectos diferentes, dialectos diferentes o lenguas naturales diferentes. (Moreno Fernández, 1998, p. 179).

A dialetologia perceptual, então, representa o interesse pela linguística popular do dialetólogo-sociolinguísta variacionista. O que os não especialistas têm a dizer sobre variação? De onde eles acreditam que isso vem? Onde eles acreditam que existe? O que eles acreditam que é sua função? Uma vez que linguistas possuem esses fatos (...), eles podem continuar comparando caracterizações científicas e populares de áreas dialetais (ou variedades de classes sociais, ou outras), descobrindo, por exemplo, que pode haver áreas de dialeto percebidas popularmente onde existem cientificamente e vice-versa. (Preston, 1999, p. 26)³².

À vista disso, a dialetologia perceptual se preocupa em pesquisar fronteiras dialetais subjetivas e identificar atitudes linguísticas dos falantes em relação à atribuição de valores às diferentes variedades.

Em apurinã, Lima-Padovani (2016, p. 28) afirma que a consciência sociolinguística não é homogênea entre os falantes. Conforme a autora, há uma grande parte de falantes consciente da heterogeneidade da língua, como observado em:

(1) A fala do pessoal do Tumiã é diferente, né... mas tá certo também (MCAC)³³.

³² *Perceptual dialectology, then, represents the dialectologist's-sociolinguist's-variationist's interest in folk linguistics. What do nonspecialists have to say about variation? Where do they believe it comes from? Where do they believe it exists? What do they believe is its function? Once linguists are in possession of these facts (...), they may go on to compare scientific and folk characterizations of dialect areas (or social class varieties or others), discovering, for example, that there may be perceived folk dialect areas where there are none scientifically and vice-versa.* (Preston, 1999, p. 26).

³³ Código utilizado em Lima-Padovani (2020) para preservar o nome do colaborador.

- (2) Só que é diferente a fala dos apurinã. Eu não sabia, às vezes, né, o que a minha mulher falava, o que era aquela palavra (MCAC).
- (3) Tem parente que fala o nome das frutas, animais, né, das coisas do outro jeito (NCSJ). (Lima-Padovani, 2020, p. 35).

Enquanto há outra parcela que toma ciência dessa diversidade quando confrontada e estimulada por agentes externos e trabalhos linguísticos (Lima-Padovani, 2016, p. 28).

As diferentes variantes são inteligíveis, por exemplo, os falantes fluentes de apurinã entendem tanto *nuta* quanto *nota* como ‘eu’. Os falantes notam que a variação é ou não falada em sua comunidade, e, segundo Lima-Padovani (2016, p. 29), os falantes valorizam as variedades utilizadas na comunidade a que pertencem.

Em geral, também não se observa a hierarquização de variantes, visto que não há dados que atestem diferenciação entre variantes privilegiadas e marginalizadas na língua. Lima-Padovani (2016, p. 36) indica que “Isso pode estar relacionado com o fato de que o povo apurinã é uma sociedade quase sem nenhum tipo de hierarquização das relações e posições sociais”.

Os falantes percebem que há uma variação na fala das localidades mais ao norte, e das comunidades mais ao sul. Existem características fonológicas e lexicais mais associadas aos falantes de uma região que as de outra, como o uso ou não da fricativa glotal.

Em dados de falantes da localidade Km 45, um falante do gênero feminino (F1) e um falante do gênero masculino (F2), em conversa com o entrevistador (E), apresentam que as

variantes distintas ocorrem devido aos falantes serem de uma área 'de cima' (*kukuruwāty*) ou da parte 'de baixo' (*kikiwāty*) do rio Purus:

F1: ... porque lá embaixo da outra aldeia, pra baixo é *kikiwāty* é por isso que ele tem significado a língua e aqui é *kukuruwāty* 'nós somos de cima' lá *kikiāty* é por isso que significa... falava assim na língua deles um pouquinho, né? porque nós chama aqui a banana *sipari* lá eles chama *txipari*.

E: por que vocês são *kukuruwāty*, né?

F1: é significado um pouco.

O outro falante apresenta que quanto mais distante é a localidade (mais ao norte), as variantes também tendem a mudar:

F2: é... cada povo indígena apurinã tem um... sotaque diferente no pronunciamento do...

E: da palavra, né?

F2: já falam um... um pouquinho diferente lá pra baixo já falam mais, a mesma língua, só que é mais diferente um pouquinho, se é *txipati* já ali é... outro jeito também.

E: aqui o jacu é o quê? É o *tūty* ou o *tābukiri*?

F1: aqui nós chama *tābukiri* lá *tūty*.

F2: a diferença é pouquinho, mas é diferente.

Essa distinção entre áreas, consoante o trabalho de Silva (2019, p. 44), também seria nomes de parentelas:

Tradicionalmente, os nomes das parentelas fazem referência ao nome de algum animal. Porém, na

região do alto Purus, atestamos dois clãs que fogem a esta regra; provavelmente essa diferença entre alto e baixo Purus se deu com a migração. O colaborador Valdimiro diz que a parentela de seu pai (Osvaldo – *Iraria*, nome dele na língua), da região do Tawamirim, é conhecida como *Kukuruwāty* “o povo do alto”. Ele também menciona a parentela do Adriano, que é também a parentela de sua falecida mãe Conceição (*Yākawa*, nome dela na língua), de *Kykywāty*, sendo que *kyky* na língua apurinã significa ‘homem’. Nas palavras de Valdimiro: “*Kukuruwāty* para nós é um povo graúdo, e *kykywāty* é um povo apurinã miúdo e moreno, mais escuro, mas são todos povo apurinã, só o que muda é essa diferença”. (Silva, 2019, p. 44).

Os dados indicam que os falantes identificam as diferenças nas variantes, em uma mesma língua, e identificam se uma variante é usada em sua localidade ou não. No entanto, um trabalho mais sistemático acerca da percepção e das atitudes linguísticas em apurinã ainda precisa ser feito, a fim de indicar também a relação entre migração e a identidade do falante no uso das variantes.

AUSÊNCIA DE RESPOSTAS NAS CARTAS LINGUÍSTICAS

Essa seção busca apresentar o perfil das não respostas encontradas no mapeamento das variantes fonológicas. Como mencionado anteriormente, essa análise não é conclusiva, visto que muitos dados foram coletados por terceiros e não se têm informações sobre as ações dos colaboradores nas entrevistas.

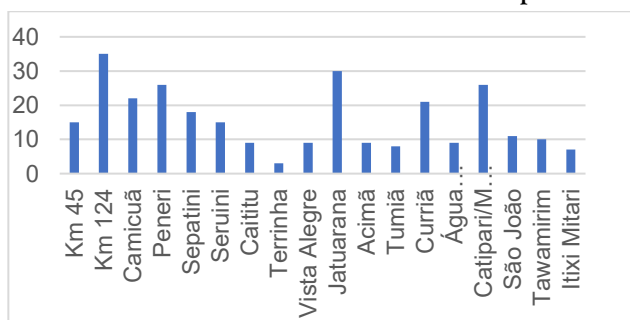
Esses dados ainda não foram muito observados nos estudos geolinguísticos brasileiros. Conforme Aguilera e Yida (2008):

O que não se discutiu até hoje, porém, é o limite aceitável de abstenções. Não se sabe, igualmente, como os geolinguistas do século passado reagiam diante das não-respostas, que deveriam ser comuns, principalmente porque os questionários eram muito extensos, chegando alguns a 5000 questões. Quanto aos atlas estaduais brasileiros, publicados ou concluídos, diante das reiteradas não-respostas, os autores explicam em notas os motivos das abstenções: problemas técnicos com o gravador, descuido do entrevistador, cansaço, timidez, esquecimento e desconhecimento do referente por parte do informante. (Aguilera & Yida, 2008, 28).

Nessa área, citam-se os trabalhos de Aguilera e Yida (2008), Oliveira, Costa e Paz (2018), Costa e Razky (2020).

Os dados indicam que o estudo apresentou menos informações acerca das comunidades Km 124 (com 35 não respostas), Jatuarana (com 30 não respostas), Catipari/Mamoriá (com 26 não respostas) e Peneri (com 26 não respostas). Por outro lado, os pontos com mais respostas sobre as variantes fonológicas foram: Terrinha (com 3 não respostas), Itixi Mitari (com 7 não respostas) e Tumiã (com 8 não respostas).

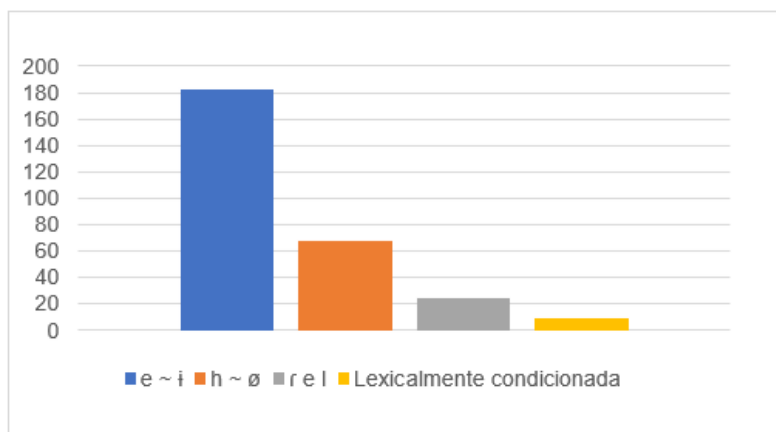
Gráfico 2 – Gráfico de ausência de respostas



Fonte: Elaborado pela autora

Em relação ao tipo de variável, a ausência de respostas se condicionou ao número de palavras solicitadas ao colaborador, de forma que a lista que apresentava o maior número de palavras, /e/ ~ /i/, apresentou maior ausência de respostas e a maior presença de respostas se deu na lista com menor número de palavras, sobre a variação fonológica lexicalmente condicionada.

Gráfico 3 – Gráfico da ausência de respostas por variável



Fonte: Elaborado pela autora

Ressalta-se o baixo número de não respostas na variação fonológica lexicalmente condicionada, visto que apresentou 119 respostas e somente 7 não respostas, o que poderia indicar um maior uso dessas palavras nas comunidades. A ausência de respostas pode ser explicada por vários fatores, como o uso predominante do português nas comunidades e tempos distintos para a coleta de dados nos diferentes pontos.

SUBGRUPOS LINGÜÍSTICOS

Essa seção buscou identificar subagrupamentos linguísticos em apurinã. Para isso, utilizou-se, primeiramente,

da análise dialetométrica dos dados mapeados na pesquisa, partindo de uma abordagem quantitativa. Ademais, também se observou a ocorrência das variantes fonológicas dentro da proposta de Lima-Padovani (2016) e em agrupamentos. (Razky, 2013).

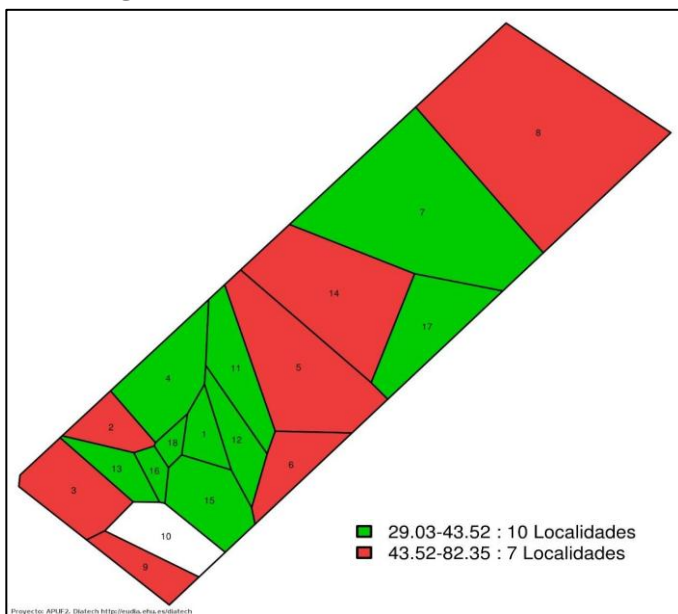
Desse modo, utilizou-se da metodologia dialetométrica para investigar se as regiões dialetais percebidas entre os falantes (diferença entre região norte e sul) correspondem às classificações calculadas a partir do compartilhamento de variantes fonológicas entre os pontos estudados. Além disso, buscou-se observar áreas com sobreposição (*overlapping*) de variantes linguísticas, com o intuito de observar se a migração é um fator atuante na distribuição geográfica de variantes.

Nas cartas de similaridade, a área indicada na cor branca está sendo analisada, os polígonos marcados nas cores quentes (como vermelho) apresentam localidades que mais compartilham variantes fonológicas com o ponto estudado, e as áreas em cores frias (como o verde) apresentam localidades que apresentam menor número de compartilhamento dessas variantes. O número de localidades agrupadas em vermelho ou verde também varia dependendo do ponto que está sendo analisado. As cartas representam também a distância geográfica, como o ponto 9³⁴, que está próximo das localidades 10 e 3 e distante da localidade 8, mas o programa não atribui peso para essa proximidade geográfica na análise.

³⁴ Pontos: 1 - Acimã; 2 - Água Preta/Inari; 3 - Camicuã; 4 - Catipari/Mamoriã; 5 - Caititu; 6 - Curriã; 7 - Itixi Mitari; 8 - Jatuarana; 9 - Km 124; 10 - Km 45; 11 - Terrinha (Lago Marahã); 12 - Vista Alegre (Lago Marahã); 13 - Peneri/Tacaquiri; 14 - São João; 15 - Sepatini; 16 - Seruini/Marienê; 17 - Tawamirim; 18 - Tumiã. Os pontos foram gerados automaticamente, por ordem alfabética, no programa, o que impediu que a numeração utilizada nas outras cartas do trabalho fosse mantida.

Dessa forma, os mapas sinóticos apresentaram um *overlapping* da ocorrência de variantes. Não há uma distinção tão visível de um maior compartilhamento de variantes fonológicas entre localidades nos pontos sul ou norte. No entanto, há uma alternância visível nas marcações em vermelho ou verde nos pontos de inquérito ao longo da extensão geográfica. A exemplo, observa-se a Figura 20, que representa a localidade Km 45, localizada mais ao sul:

Figura 20 – Carta de similaridade Km 45



Fonte: Diatech

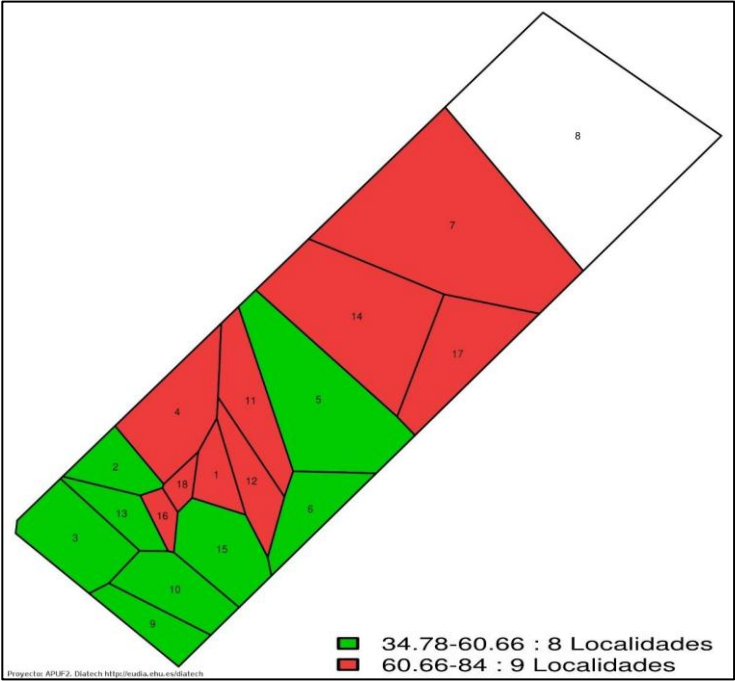
Corpus: fonológico, totalidade (60 conceitos); índice de similaridade: IRI ; algoritmo de visualização: MINMWMAX 2-tuplo.

A carta apresenta, na cor vermelha (como cor mais quente), que as comunidades que compartilham o maior número de variantes fonológicas com a localidade Km 45 são as localidades Km 124, Camicuã, Água Preta/Inari, Caititu,

Curriã, São João e Jatuarana. A localidade Km 45 apresenta grande compartilhamento tanto com comunidades mais próximas geograficamente quanto distantes, como o ponto 8 (Jatuarana).

Enquanto se observa também a carta de similaridade do ponto Jatuarana, localidade mais ao norte:

Figura 21 – Carta de similaridade Jatuarana



Fonte: Diatech

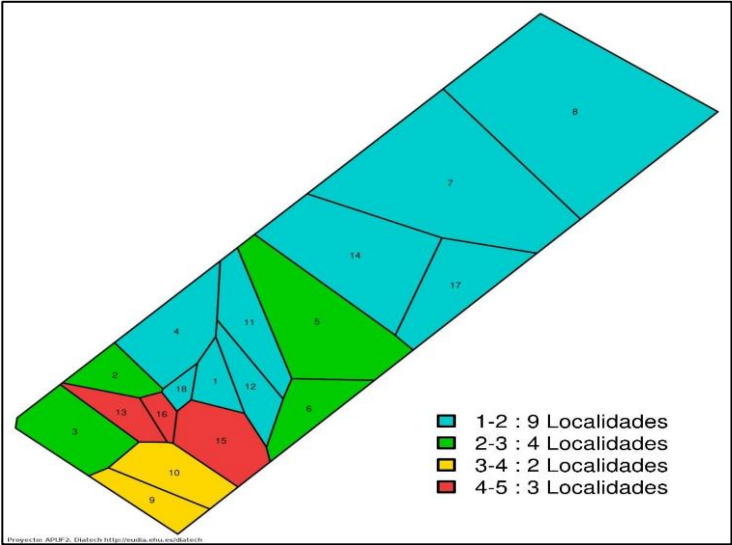
Corpus: fonológico, totalidade (60 conceitos); índice de similaridade: IRI; algoritmo de visualização: MINMWMAX 2-tuplo.

O programa identificou, em vermelho, que as localidades que mais compartilham variantes fonológicas com o ponto Jatuarana são: Itixi/Mitari, São João, Tawamirim, Terrinha (Lago Marahã), Vista Alegre (Lago Marahã), Acimã, Tumiã,

Seruini/Marienê e Catipari/Mamoriá. O grande compartilhamento de variantes dessa localidade com o ponto 4 (Catipari/Mamoriá) era esperado, mesmo não sendo pontos próximos geograficamente, pois os colaboradores de Jatuarana migraram de Catipari/Mamoriá. Dessa forma, acredita-se que a migração possui um papel importante na distribuição geográfica das variantes fonológicas em apurinã.

Em relação ao subagrupamento dos pontos estudados, a análise de *cluster* foi realizada a partir da formação de quatro grupos:

Figura 22 – Análise de *cluster* dos pontos estudados



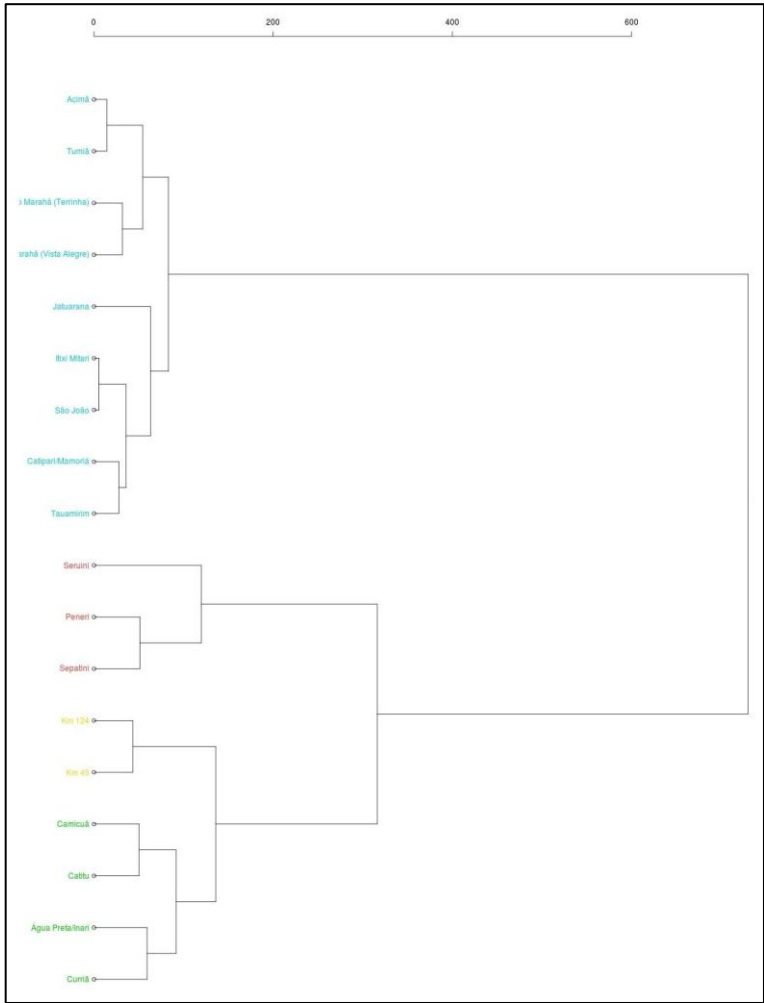
Fonte: Diatech

Corpus: fonológico, totalidade (60 conceitos); índice de similaridade: IRI; algoritmo: Ward; número de agrupamentos: 4³⁵.

³⁵ Conforme Brissos, Gillier, Saramago (2017), o algoritmo de análise dendrográfica Ward apresenta os resultados mais satisfatórios nos trabalhos da Escola Dialetométrica de Salzburgo (EDS).

O programa também organizou, nessa análise, as localidades que mais compartilham variantes fonológicas a partir de chaves no dendrograma, como observado na Figura 23:

Figura 23 – Dendrograma dos pontos estudados



Fonte: Diatech

Corpus: fonológico, totalidade (60 conceitos); índice de similaridade: IRI; algoritmo: Ward; número de agrupamentos: 4

A análise quantitativa indica que as variantes estão em um contínuo dialetal. Consoante Berruto (2009):

O arranjo de variedades no espaço linguístico que constitui uma língua toma a forma de contínuo. O conceito de contínuo implica um conjunto ordenado de elementos arranjados de tal forma que entre duas entidades adjacentes do conjunto (neste caso, variedades linguísticas) não há fronteiras nítidas, mas sim uma diferenciação gradual distorcida, cada variedade partilha algumas características sociolinguisticamente marcadas com variedades adjacentes. (Berruto, 2009, p. 235-236).³⁶

O dendrograma indica que os pontos que se localizam nos extremos fazem parte de subgrupos distintos, marcados pelas cores amarelo e azul, e há também a descontinuidade dos subgrupos nas comunidades mais ao centro, como nas localidades 5 (Caititu) e 6 (Curriã) – em verde – e 1 (Acimã), 4 (Catipari/Mamoriá), 11 (Terrinha), 12 (Vista Alegre) e 18 (Tumiã) – em azul.

Essa análise concorda com o estudo de Heeringa e Nerbonne (2001), que apresenta que a distância fonológica não progride juntamente com a distância geográfica ao longo do contínuo:

Como as distâncias geográficas são cumulativas, a relação entre distâncias diretas e indiretas é linear.

³⁶ “*The arrangement of varieties in the language space constituting a language takes the form of continua. The concept of continuum implies an ordered set of elements arranged in such a way that between two adjacent entities of the set (in this case, language varieties) there are no sharp boundaries, but rather a gradual, fuzzy differentiation, each variety sharing some sociolinguistically marked features with adjacent varieties.*” (Berruto, 2009, p. 2351-36).

Para distâncias fonológicas, a relação não é linear, e assim eles não são completamente cumulativos. (Heeringa, Nerbonne, 2001, p. 398).³⁷

Isso pode ser visto na Figura 20, com a carta de similaridade da localidade Km 45, em que é possível afirmar que Km 45 (10) e Jatuarana (8) são localidades que apresentam grande distância geográfica, mas que não apresentam grande distância fonológica, visto que o ponto Jatuarana é atestado como uma das localidades com maior compartilhamento de variantes.

Lima-Padovani (2016) também organizou as localidades estudadas em quatro subgrupos, a partir de sua pesquisa com variantes fonológicas e lexicais:

Quadro 24 – Subagrupamentos apurinã

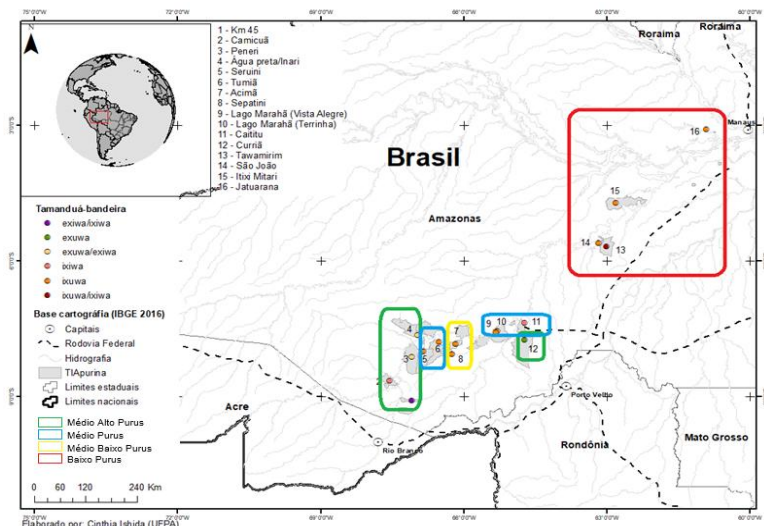
Grupo	TIs/Comunidades
Médio Alto Purus	Km 45; Km 124; Camicuã; Peneri/Tacaquiri; Água Preta/Inari; Curriã
Médio Purus	Seruini/Marienê; Tumiã; Catipari/Mamoriá; Vista Alegre; Terrinha; Japiim (Caititu)
Médio Baixo Purus	Alto Sepatini; Acimã e Tucumã (Caititu)
Baixo Purus	São João; Tawamirim; Itixi Mitari e Jatuarana

Fonte: Lima-Padovani (2016, p. 139)

³⁷ “Because geographic distances are cumulative, the relation between indirect and direct distances is linear. For phonological distances the relation is not linear, and so they are not completely cumulative.” (Heeringa, Nerbonne, 2001, p. 398).

Pode-se verificar essa classificação na carta linguística da variação fonológica lexicalmente condicionada em ‘tamanduá-bandeira’:

Figura 24 – Subgrupos linguísticos na carta 'tamanduá-bandeira'³⁸



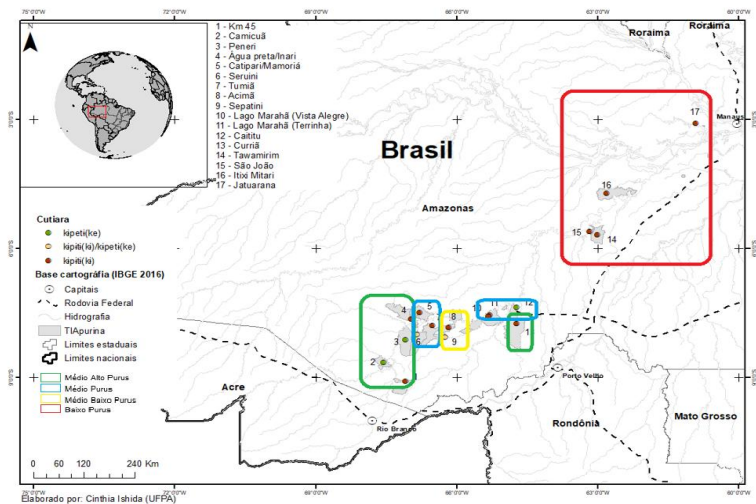
Fonte: Elaborado pela autora

Observa-se que as comunidades não apresentam padrões geográficos visíveis da ocorrência de variantes, visto que grupos distintos apresentam as mesmas variantes e, em todos os grupos, atestam-se variantes diferentes. A exemplo do subgrupo Médio Alto Purus, que apresenta as variantes *ixiwa*, *exiwa*, *ixuwa* e *exuwa*.

³⁸ As Figuras 24, 25 e 27 foram apresentadas no trabalho intitulado *O papel da migração na distribuição geográfica das variações fonológicas em apurinã*, realizado em coautoria com Lima-Padovani, e apresentado no evento *Primer Encuentro Internacional de Pueblos, Lenguas y Culturas Arawak* em 2023.

Em relação à variação entre /e/ e /i/, na carta linguística para ‘cutiara’, observa-se também que tanto *kipeti(ke)* quanto *kypyty(ky)* ocorrem em um mesmo subgrupo:

Figura 25 – Subgrupos linguísticos na carta 'cutiara'

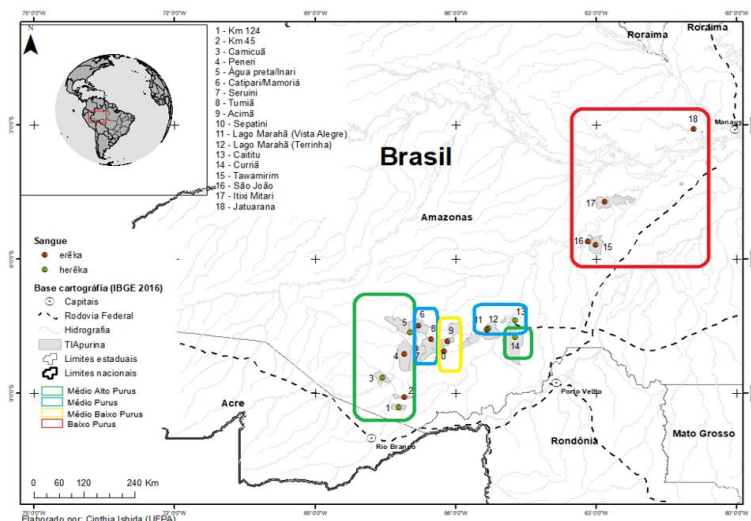


Fonte: Elaborado pela autora

Somente o subgrupo Baixo Purus, com localidades mais ao norte, utiliza a variante *kypyty(ky)*.

Para a variação entre a presença e ausência da fricativa em nomes, tem-se como exemplo a carta linguística para ‘sangue’, representada na Figura 26:

Figura 26 – Subgrupos linguísticos na carta 'sangue'



Fonte: Elaborado pela autora

A carta para 'sangue' indica que as variantes *erêka* e *herêka* ocorrem nos subgrupos Médio Alto Purus e Médio Baixo Purus, enquanto todas as localidades do subgrupo Médio Baixo Purus e Baixo Purus não utilizam a fricativa.

As cartas apresentam, no subgrupo Médio Baixo Purus, as localidades Sepatini e Acimã, que, em sua maioria, indicam o uso das mesmas variantes nas cartas analisadas. O contato entre localidades Apurinã não somente ocorre com a migração de uma comunidade para outra, mas também no uso da língua em áreas comuns entre as duas localidades. A exemplo:

Os indivíduos do Alto Sepatini mantêm relações de aliança com os membros do Acimã, utilizando o igrapé do Acimã para ir pescar, uma vez que essas áreas são bem próximas. Isso explica o número elevado de traços linguísticos compartilhados. (Lima-Padovani, 2016, p. 138).

As duas classificações (da análise de *cluster* e de Lima-Padovani 2016) apresentam distinções entre as localidades que compõem os subgrupos, mas concordam que os subgrupos são descontínuos. A partir disso, a espacialização das variáveis fonológicas da língua apurinã em mapas linguísticos demonstrou que apurinã não apresenta padrões geográficos para a dispersão dessas variantes, visto que comunidades distantes apresentam grande compartilhamento de variantes, assim como também há distinções entre o uso de variantes fonológicas em pontos mais próximos. Isso resulta na dificuldade de classificar subgrupos linguísticos no contexto apurinã, pois as migrações são constantes entre esse povo.

Com base nisso, utiliza-se também o conceito de agrupamentos³⁹ lexicais (Razky, 2013) para descrever a coexistência de variantes, em um mesmo espaço geográfico:

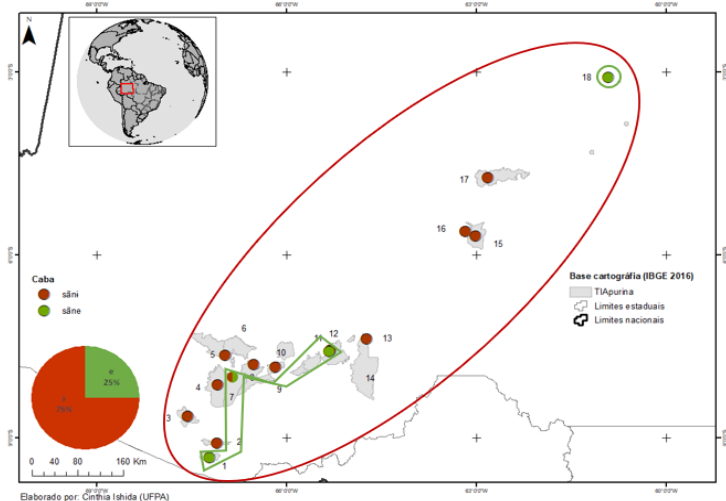
O conceito de agrupamento lexical vem acompanhando essa mudança em curso do léxico que, por sua vez, é fruto de uma mobilidade geográfica dos falantes e do acesso ao universo lexical do outro, através dos meios de comunicação. Além disso, o fluxo de interações verbais, fruto de redes de comunicações complexas, vem quebrando o paradigma de isolexias ou, pelo menos, o colocando dentro de um conceito do contínuo linguístico bem conhecido dos estudos sociolinguísticos. (Razky, 2013, p. 263).

A partir disso, os agrupamentos podem ser: a) macroagrupamentos, locais amplos em que pode haver presença de variantes coexistentes e concorrentes b)

³⁹ Conforme Sanches (2020, p. 63), esse conceito se relaciona com o conceito de *arealização* de Gunter Bellmann (1999).

microagrupamentos, que delimitam a ocorrência da coexistência de variantes em áreas dialetais de forma mais restrita e c) nanoagrupamentos, que indicam a ocorrência de variantes lexicais com baixa frequência e de forma esporádica em espaços geográficos que se distanciam do espaço geográfico de ocorrência predominante. (Sanches, 2020). Como exemplo, observa-se a ocorrência desses agrupamentos na Figura 27:

Figura 27 – Agrupamento da carta para 'Caba'



Fonte: Elaborado pela autora

A carta indica haver um macroagrupamento da variante *sâni*, enquanto a variante *sâne* é identificada em um microagrupamento nos pontos 1 (Km 45), 7 (Seruini/Marienê), 11 (Vista Alegre), e 18 (Jatuarana).

A partir disso, o trabalho buscou avaliar os possíveis agrupamentos das variantes fonológicas em apurinã. Percebe-se que, na realidade apurinã, a falta de dados sistematizados de

todos os pontos deste trabalho impede uma análise dialetométrica conclusiva; assim como há a dificuldade de estabelecer subgrupos linguísticos que retratem fidedignamente a heterogeneidade da língua nos pontos estudados. Observou-se, dessa forma, que as variantes fonológicas da língua se encontram em um complexo contínuo dialetal.

CONCLUSÃO

Neste trabalho, buscou-se analisar a variação fonológica da língua apurinã, a partir da abordagem geolinguística. Os dados apresentados indicam o uso das variantes estudadas em até 18 pontos distintos da pesquisa.

A princípio, fez-se um estudo acerca da língua e da geografia das localidades, a fim de demonstrar a importância das terras indígenas para a manutenção da língua apurinã. Também se verificou a importância dos mapas para a representação da vivência e das memórias dos falantes. Dessa forma, o mapeamento permite uma melhor visualização do território habitado e a prática de etnomapeamento permite o registro e a documentação de informações importantes para as comunidades estudadas. O trabalho observou a necessidade do cuidado com a divulgação dessas informações sobre áreas minoritárias, devido ao contexto de invasões de terras indígenas. Assim, o trabalho visou construir cartas linguísticas que documentassem a variação fonológica na língua apurinã em sua heterogeneidade, contribuindo para descrição e documentação da língua.

Para a discussão dos fenômenos linguísticos, o trabalho abordou os conceitos utilizados nas áreas de sociolinguística, dialetologia e geolinguística, como a definição de variação e dialetos. Ademais, a fim de entender os mapas como instrumentos que podem ser utilizados em prol das comunidades indígenas, também se utilizou da metodologia do etnomapeamento e da cartografia social. Essa utilização de métodos distintos foi realizada a partir dos objetivos do trabalho, que visavam identificar o papel da geolinguística na

manutenção de áreas minoritárias, com a preservação do território e da língua.

Em sequência, o trabalho apresentou os casos de variação encontrados na língua e como esses fenômenos foram sistematizados nos trabalhos anteriores. A pesquisa mostrou que a língua apurinã apresenta um vasto número de variações, sendo a variação fonológica uma classe. Foram identificadas as variáveis fonológicas mais frequentes e que também funcionam como marcadores dialetais importantes para apurinã, sendo elas: a variação entre /e/ e /i/; a variação entre a fricativa glotal /h/ e sua ausência; a variação entre os alofones [r] e [l]; e os casos de variantes fonológicas lexicalmente condicionadas. O trabalho abordou preliminarmente a importância do ensino da variação na educação escolar e como esse conteúdo vem sendo abordado nos materiais didáticos, além de identificar a importância dos mapas linguísticos como instrumentos de ensino.

O trabalho indicou seus aportes metodológicos, como na escolha dos pontos, assim como na organização dos dados e parâmetros para a sua análise. Essa pesquisa fez um levantamento dos fenômenos linguísticos estudados a partir da sistematização das informações linguísticas em um banco de dados espacializados, construído a partir de dados primários e secundários.

A partir da análise das variáveis fonológicas, foi possível estabelecer a frequência das principais variantes fonológicas na língua apurinã em sua distribuição geográfica. O trabalho com as cartas linguísticas permitiu ilustrar essa distribuição e discutir acerca de subgrupos linguísticos de apurinã.

A pesquisa observou que há uma grande coocorrência das variantes com /e/ e /i/ ao longo das localidades,

dependendo do conceito. Além disso, notou-se que algumas comunidades não apresentam dados da ocorrência de /e/ em nenhuma variante, enquanto que não há nenhum ponto que registre somente a presença de /e/ e que /i/ não apareça.

Em relação à fricativa, observou-se que há uma distinção dialetal em apurinã que marca: i) os falantes que utilizam a fricativa; ii) e os falantes que não utilizam a fricativa. Mesmo nas comunidades em que se utiliza a fricativa, existe a distinção entre seu uso em nomes, número ‘um’ e pronome ‘2PL’; ou para número ‘um’ e pronome ‘2PL’; ou somente para pronome ‘2PL’.

Atestou-se que [r] é a forma mais utilizada atualmente em apurinã, sendo utilizada em 88% das comunidades pesquisadas. Enquanto [l] é encontrado em 12% das localidades estudadas. Em relação às variantes fonológicas lexicalmente condicionadas, o levantamento quantitativo das variantes também foi feito, em sete cartas linguísticas.

O trabalho atestou novos dados acerca das variantes para ‘água’ e entre a variação /n/ ~ /ɲ/, a partir das observações realizadas em campo. Em relação à ‘água’, percebeu-se que os falantes realizam uma nova distinção entre as variantes: utilizam uma variante para ‘água da chuva’ e outra para ‘água da terra’. Em relação ao uso da consoante palatal /ɲ/, registrou-se a ocorrência dessa variante em um ambiente que ainda não havia sido explorado nos trabalhos anteriores, após a vogal baixa central /a/, como em *kinari* ~ *kɲari* ‘buriti’. Esses dados precisam ainda ser levantados nas demais comunidades apurinã.

O trabalho observou que a localidade Seruini/Mariênê apresentou um grande número de coocorrência de distintas variantes, o que pode indicar um grande contato linguístico

com outras comunidades. No entanto, ainda é necessário um estudo mais aprofundado que ateste essa hipótese.

Ademais, uma análise dialetométrica preliminar foi realizada com o fim de observar o compartilhamento de variantes fonológicas nas comunidades, assim como houve a investigação da ocorrência das variantes nos subgrupos linguísticos propostos por Lima-Padovani (2016). Observou-se a ocorrência das diferentes variantes em um mesmo subgrupo linguístico, assim como o compartilhamento de variantes em localidades distantes geograficamente. A partir disso, o trabalho indicou a migração como fator atuante para a ocorrência dessa disposição de variantes, visto que, esperava-se que as comunidades mais próximas apresentassem maior similaridade linguística. Assim, o trabalho atestou que as variantes fonológicas em apurinã se encontram em um contínuo dialetal complexo.

As cartas linguísticas produzidas foram exportadas em uma plataforma online, com o intuito de dar um retorno à comunidade e tornar acessível buscas sobre a língua e o povo Apurinã, para as comunidades e para o meio acadêmico. Esse projeto visa ser ampliado e se tornar uma plataforma responsável por espacializar informações que as comunidades desejam ter registradas, como informações sociolinguísticas, antropológicas, culturais, e que podem auxiliar em suas demandas e na administração dos territórios.

Por fim, o trabalho espera ter contribuído com os estudos geolinguísticos na área de línguas indígenas do Brasil. Dessa forma, ensaja-se ter identificado a importância do uso desse aporte teórico na valorização das terras indígenas para a proteção de línguas indígenas.

REFERÊNCIAS

- ACUÑA, Cristobal de *et al.* **Nuevo descubrimiento del Gran río de las Amazonas [1641]**. Madrid: Universidad de Navarra, Iberoamericana, Vervuert, 2009.
- AGUILERA, Vanderci de Andrade. Crenças e atitudes linguísticas: o que dizem os falantes das capitais brasileiras. **Estudos Linguísticos**, São Paulo, v. 2, n. 37, p. 1051–12, 2008.
- ALMEIDA, André Ferrand de. **Samuel Fritz and the Mapping of the Amazon**. p. 113–119.
- ALVES, Fábio Ludy de Oliveira *et al.* **A variedade do português falado pelos Asuriní do Xingu e pelos Araweté: um estudo geossociolinguístico**. 2018.
- AURREKOETXEA, *et al.* **‘DiaTech’**: a new tool for dialectology. *Literary and Linguistic Computing* 2013.
- BARROS, Jeanne Barros de *et al.* **Para a língua voltar**: o papel da política e cultura linguística no processo de fortalecimento da Língua apurinã (Aruák). 2018.
- BATISTA, Bryana Connie Linda Lopes. Instrumentos metodológicos de estudos geolinguísticos da Região Norte do Brasil. *In*: Variação e diversidade linguística. **Anais do VII SERGEL – VII Seminário Regional de Geossociolinguística**. Belém, 2019.
- BERRUITO, Gaetano *et al.* Identifying dimensions of linguistic variation in a language space. *In*: **Language and Space**. An International Handbook of Linguistic Variation. Vol. 1: Theories and Methods. De Gruyter Mouton, 2009. p. 226–241.

BONNEMAISON, Joel. **Viagem em torno do território.** Geografia Cultural: uma ontologia (I). Rio de Janeiro: EdUERJ, p. 279–303, 2012.

BOSLAUGH, S. An introduction to secondary data analysis. **Secondary data sources for public health: A practical guide,** New York: Cambridge, 2007.

BRANDÃO, Ana Paula B. Dicionário da Língua apurinã. 2006. **Trabalho de Conclusão de Curso.** Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.

BRISSOS, F.; SARAMAGO, J. Análise dialetométrica do Atlas Linguístico-Etnográfico da Região Sul do Brasil: variação lexical. In: CARRILHO, E.; MARTINS, A. M.; PEREIRA, S.; SILVESTRE, J. P. (Orgs.). **Estudos linguísticos e filológicos oferecidos a Ivo Castro.** Lisboa: Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, 2019, p. 349–379. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10451/39619>.

BRISSOS, Fernando. Análise dialetométrica do Atlas Linguístico do Amazonas: variação lexical: Dialectometric analysis of the Amazonas Linguistic Atlas: lexical variation. **Revista Internacional de Linguística Iberoamericana**, v. 19, n. 37, p. 167–208, 2021.

BRISSOS, Fernando. Dialectos portugueses do Centro-Sul: corpus de fenómenos e revisão do problema da (des) unidade. **Zeitschrift für romanische Philologie**, v. 131, n. 4, p. 999–1041, 2015.

BRISSOS, Fernando; GILLIER, Raïssa; SARAMAGO, João. **Variação lexical açoriana:** estudo dialetométrico do Atlas Linguístico-Etnográfico dos Açores. Aproximacións á variación lexical no dominio galego-portugués, v. 11, p. 11–28, 2017.

BRITAIN, David. 4. **Conceptualizations of geographic space in linguistics**. In: Volume 2 Language Mapping. De Gruyter Mouton, 2011. p. 69-102.

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. Decifrando mapas: sobre o conceito de " território" e suas vinculações com a cartografia. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, v. 12, p. 193-234, 2004.

CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. **Dicionário de linguística e gramática**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1977.

CARDOSO, S. A. M. da S. **Geolinguística**: tradição e modernidade. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

CARDOSO, S. A. M. Dialetologia. In: MOLLICA, M. C. & FERRAREZI JR, C (Orgs.). **Sociolinguística, sociolinguísticas**. São Paulo: Contexto, p. 13-22.

CARVALHO, Amanda da Costa. **Estudo geosociolinguístico do português falado em áreas indígenas Galibi-Marworno e Karipuna**. 2019.

CHAMBERS, Jack K.; TRUDGILL, Peter. **Dialectology**. Cambridge University Press, 1998.

CHANDLESS, Willian. Ascent of the River Purús. **Journal of the Royal Geographical Society of London**. Vol. 36, p. 86-118, 1866a.

CHANDLESS, Willian. Notes on the River Aquiry, the principal affluent of the River Purús. **Journal of the Royal Geographical Society of London**. Vol. 36, p. 119-128, 1866b.

CHAPIN, Mac. Proyectos de mapeo: identificación de obstáculos y hallazgo de soluciones. **Aprendizaje y Acción Participativos**. Lima, n. 54, 2006.

CINTRA, Jorge Pimentel; FREITAS, Janaina Carli. **Sailing down the Amazon River**: La Condamine's Map. 2011

COSERIU, E. **La geografía lingüística**. Universidad de la República, Facultad de Humanidades y Ciencias, 1955.

COSERIU, E. **Sentido y Tareas de la Dialectología**. México: Universidad Nacional Autónoma de México / Instituto de Investigaciones Filológicas, 1982.

COSTA, Eliane Oliveira da *et al.* **Estudo geossociolinguístico do léxico do Português falado em áreas indígenas de língua Tupi-guarani nos estados do Pará e do Maranhão Tomo I**. 2018.

COSTA, Eliane Oliveira da; RAZKY, Abdelhak. **A não resposta no Atlas Linguístico do Português em Áreas Indígenas (ALIPAI): um olhar sobre o campo semântico corpo humano**. Revista Brasileira de Linguística Antropológica, v. 12, n. 1, 2020.

COSTA, Eliane Oliveira da; RAZKY, Abdelhak; GUEDES, Regis José da Cunha. **O português falado em comunidades indígenas de língua Tupi-Guaraní nos estados do Pará e Maranhão: o contínuo dialetal étnico/não étnico no campo semântico Atividades Agropastoris**. DELTA: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada, v. 36, 2020.

COUTINHO, João Martins da Silva. Relação dos lagos, rios, barreiras, casas e rochedos, que se encontram no Purus, da foz às barreiras de Jutanaham, segundo a ordem de subida. *In: O tratado Brasil-Peru*: Documentos para a História do Acre. Brasília: Senado Federal, 2009 [1863]. p. 203–243.

COUTINHO, João Martins da Silva. Relatório da exploração do rio Purus. *In: O tratado de limites Brasil-Perú*. Brasília:

Edições do Senado Federal; Conselho Editorial do Senado Federal, [1862] 2009. v. 127.

CUNHA, Euclides da. **À margem da história**. Obra póstuma. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 1909. Disponível em: <http://bndigital.bn.br>. Acesso em: 13 dez. 2022.

CUNHA, Euclides da. O rio Purus. *In*: COUTINHO, Afrânio. **Obra Completa de Euclides da Cunha**. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, p. 681–734.

CUNHA, Euclides da. **Peru versus Bolívia**. São Paulo: Cultrix, 1975 [1907].

CUNHA, Euclides da; BUENÃNO, Pedro. **Carta do Rio Purus**. Rio de Janeiro: [s.n.], 1905. Disponível em: <http://bndigital.bn.br>. Acesso em: 13 dez. 2022.

D'ANGELIS, W. da R. Do Índio na Web à Web Indígena Mesa: Inclusão Digital de Línguas Indígenas. **VIII Encontro sobre Leitura e Escrita em Sociedades Indígenas**. 24 a 28 de maio de 2010, Dourados (MS), UFGD, 2010. Publicado em W.R. D'Angelis & E. A. Vasconcelos (Orgs.), *Conflito linguístico e direitos das minorias indígenas*. Campinas: Ed. Curt Nimuendajú, 2011, p. 111–121.

DA COSTA LIMA, Marcos Vinícius; DA COSTA, Solange Maria Gayoso. **Cartografia social das crianças e adolescentes ribeirinhas/quilombolas da Amazônia**. Geografares, p. 76–113, 2012.

DELANCEY, Scott. **Toward a history of Tai classifier systems**. Noun classes and categorization, p. 437–452, 1986.

DÖRNYEI, Z. **Research methods in applied linguistics**. Oxford: Oxford University Press, 2007.

DRYER, Matthew S. & HASPELMATH, Martin (eds.) 2013. **The World Atlas of Language Structures Online**. Leipzig: Max Planck Institute for Evolutionary Anthropology. Disponível em: <http://wals.info>. Acesso em: 12 ago. 2022.

EHRENREICH, Paul, Paul. **Die Einteilung und Verbreitung der Völkerstämme Brasiliens nach dem gegenwärtigen Stand unsrer Kenntnisse**. Petermanns Mitteilungen, 37. 1891b.

EHRENREICH, Paul, Paul. Divisão e distribuição das tribus do Brasil segundo o estado actual dos nossos conhecimentos. **Revista da Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro**, v. 8, n. 1, p. 30-55, 1892.

EHRENREICH, Paul, Paul. **Ethnographische Karte von Brasilien, Gotha**: Justus Perthes, 1891c.

EHRENREICH, Paul, Paul. Viagem nos rios Amazonas e Purús. **Revista do Museu Paulista**. Vol XVI, São Paulo, p. 277-312, 1929.

EHRENREICH, Paul. **Beiträge zur völkerkunde Brasiliens**. Belin: Verlag von W. Spemann, 1891a.

FACUNDES, Sidney da Silva. Notas sobre a elaboração de novos sistemas ortográficos. In: BRITO, Célia Maria Coelho; TEIXEIRA, Elizabeth Reis (Orgs.). **Aquisição e ensino-aprendizagem do português**. ADUFPA, 2002.

FACUNDES, Sidney da Silva. **The language of the apurinã people of Brazil (Maipure/Arawak)**. State University of New York at Buffalo, 2000.

FACUNDES, Sidney da Silva; LIMA-PADOVANI, Bruna Fernandes Soares; ISHIDA, Cinthia Samara de Oliveira. Lançamento do Atlas Enciclopédico apurinã v.1. III

Seminário do Grupo de Estudos sobre Línguas Indígenas da Amazônia. Gelcia. Disponível em: <https://gelcia.com.br/wp-content/uploads/2022/08/Poster-de-lancamento-atlas-encicopedico-apurina-GELCIA.pdf>. Acesso em: 5 jun. 2023.

FACUNDES, Sidney da Silva; NEVES, Alana Samara Melo; LIMA-PADOVANI, Bruna Fernanda de. Estudos comparativos sobre apurinã baseados em documentos antigos. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi.** Ciências Humanas, v. 10, p. 143–158, 2015.

FAULHABER, Priscila. **The production of the Handbook of South American Indians.** Vol 3 (1936-1948). Vibrant. v. 9 n. 1: 82–111, 2012.

FAULHABER, Priscila; MONSERRAT, Ruth (Orgs.). **Tastevin e a etnologia indígena:** Coletânea de traduções de textos produzidos em Tefé (AM). Rio de Janeiro: Museu do Índio, 2008.

FERNÁNDEZ, Moreno. **El estudio sociolingüístico de la entonación.** Orlalia, v. 1, p. 95–117, 1998.

FERREIRA, Carla Sofia Silva. Percepções dialectais e atitudes linguísticas. O método da Dialectologia perceptual e as suas potencialidades. Textos Seleccionados. **XXIV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística, Lisboa, APL**, p. 251–263, 2009.

FERREIRA, Carlota; CARDOSO, Suzana Alice. **A dialetologia no Brasil.** São Paulo: Contexto, 1994.

FILHO, Admilton Freitas das Chagas. A roça, a colheita e a festa: uma etnografia dos roçados apurinã da aldeia Terra nova. 2017. 108 f. **Dissertação** (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2017.

FREITAS, Marília Fernanda Pereira De. A Posse em apurinã: descrição de construções atributivas e predicativas em comparação com outras línguas Aruák. **Tese** (Doutorado em Letras) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

FUNAI - Fundação Nacional do Índio. **Terras Indígenas: Dados Geoespaciais e Mapas**. 11/11/2020. Disponível em: www.gov.br/funai/pt-br/atuacao/terras-indigenas/geoprocessamento-e-mapas. Acesso em: 9 set. 2022.

GALLERO, María Cecilia. La cartografía etnográfica: una metodología para el estudio del poblamiento de Misiones, Argentina. Vivência: **Revista de Antropologia**, v. 1, n. 52, 2018.

GALLOIS, D. T. Terras ocupadas Territórios? Territorialidades? In: RICARDO, F. (Org.) **Terras Indígenas e Unidades de Conservação da Natureza**: o desafio das sobreposições. Brasília: Instituto Socioambiental, 2004. p. 37–41.

GILLIÉRON, J.; EDMONT, E. **Atlas linguistique de la France**. [s.l.]: [s.e.], 1902. v. 35.

GIRNTH, Heiko. 5. Mapping language data. In: **Volume 2 Language Mapping**. De Gruyter Mouton, 2011. p. 98–145.

GOMES, Fábio Rogério Rodrigues. Cartografia linguística e educação na Amazônia: um estudo semântico-lexical da fala na/da microrregião Marabá/Pará. 2007. 2007. Tese de Doutorado. **Dissertação** (Mestrado em Educação)– Universidade do Estado do Pará. Belém.

GOMIDE, M. L. C. Marãñã Bödödi – a territorialidade Xavante nos caminhos do Ró. 2008. **Tese** (Doutorado em Geografia

Física) –Programa de Pós-Graduação em Geografia
Física/FFLCH/USP, São Paulo, 2008.

GORDON, Flávio. Os Kulina do Sudoeste Amazônico: História e Socialidade. **Dissertação**. Rio de Janeiro, PPGAS-MN/UFRJ, 2006.

GUEDES, Regis José da Cunha. **Perfil geossociolinguístico do português em contato com línguas Tupí-Guaraní em áreas indígenas dos Estados do Pará e Maranhão**. 2017.

HARLEY, J. Brian. **A nova história da Cartografia**. O Correio da Unesco, v.19, n.9, p. 4–9, ago. 1991.

HARLEY, J. Brian. Can there be a cartographic ethics? **Cartographic Perspectives**, n. 10, p. 9–16, 1991.

HARLEY, J. Brian. Maps, knowledge, and power. **Geographic thought: a praxis perspective**, p. 129–148, 2009.

HARLEY, J. Brian. The Map as Biography: Thoughts on Ordnance Survey Map, Six-Inch Sheet Devonshire CIX, SE, Newton Abbot. The Map Reader: **Theories of Mapping Practice and Cartographic Representation**, p. 327–331, 2011.

HOCH, S; HAYES, J. J. Geolinguistics: The incorporation of geographic information systems and science. **The Geographical Bulletin** 51: 23–36. 2010.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estudos especiais**. Povos e etnias. Outras etnias cujas línguas não são classificadas nem em troncos e nem em famílias. 2010. Disponível em: <https://indigenas.ibge.gov.br/estudos-especiais-3/o-brasil-indigena/povos-etnias.html>. Acesso em: 5 jun. 2023.

ISHIDA, C. S. O. **Proposta de atlas enciclopédico apurinã: mapeamento da fricativa glotal /h/**. 2021.

KOCH-GRÜNBERG, Theodor. Ein Beitrag zur Sprache der Ipuriná-Indianer. **Journal de la Société des Americanistes**, n. 11, p. 57–96, 1919.

KOLLING, Patrícia; SILVESTRI, Magno. **Reflexões sobre território e terra indígena**: aspectos culturais, sociais e jurídicos. Para Onde!?, v. 12, n. 1, p. 211–226, 2019.

KRETZSCHMAR, W. A., Jr. Generating linguistic feature maps with statistics. In: **Language variety in the South revisited**, eds. C. Bernstein, T. Nunnally & R. Sabino, 392–416. Tuscaloosa: University of Alabama Press, 1997.

KROEMER, Gunter. **Cuxiuara, o Purus dos indígenas**: ensaio etno-histórico e etnográfico sobre os índios do Médio Purus. São Paulo: Loyola, 1985.

LABOV, William. **Padrões sociolinguísticos**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

LABRE, Antonio Rodrigues Pereira. Exploração do Rio Ituxy. **Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro**. Tomo IV, 2o Boletim, p. 117–120, 1888b.

LABRE, Antonio Rodrigues Pereira. **Rio Purus**: notícias. Maranhão: Tipografia do Paiz Imp. M. F. V. Pires, 1872.

LABRE, Antonio Rodrigues Pereira. Viagem exploradora do Rio Madre de Deus ao Acre. **Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro**. Tomo IV, 2o Boletim, p. 102–116, 1888a.

LAMELI, A. Linguistic atlases – traditional and modern. In: **Language and Space**: An international handbook of linguistic variation. v.1: Theories and methods, eds. P. Auer and J. E. Schmidt, 567–592. New York: De Gruyter Mouton, 2010.

LEE, J.; KRETZSCHMAR, J. W. A. Spatial analysis of linguistic data with GIS functions, 1993. **International Journal of Geographical Information Systems** 7: 541–560.

LIMA, W, P; RAMOS, J. D. D; SILVA, C. K. Entrevista com o professor Alfredo Wagner Almeida. Folha 264. Entrevista concedida ao evento Territorialidades Tradicionais e Direitos Coletivos, 2013.

LIMA-PADOVANI, Bruna Fernanda. & FACUNDES, S. **Metáfora e metonímia como mecanismo de variação lexical em apurinã (Aruák)**. Signo, v. 41, n. 70, p. 64–74, 14 mar. 2016.

LIMA-PADOVANI, Bruna Fernanda. **Atlas enciclopédico dos saberes tradicionais da Amazônia Amapaense** [livro eletrônico]. Ananindeua: Cabana, 2022.

LIMA-PADOVANI, Bruna Fernanda. Estudo do léxico da língua apurinã uma proposta de macro e microestrutura para o dicionário apurinã. **Tese**. Universidade Federal do Pará, Belém: 2020.

LIMA-PADOVANI, Bruna Fernanda. Levantamento Sociolinguístico do Léxico da Língua apurinã e sua contribuição para o conhecimento da cultura e história apurinã (Aruák). **Dissertação**. Universidade Federal do Pará, Belém: 2016.

LIMA-PADOVANI, Bruna Fernanda; FREITAS, Marília Fernanda Pereira de ; FACUNDES, Sidi. “Variação em línguas indígenas: o caso apurinã (ARUÁK)”, *In*: GUIMARÃES, M. R.. **Amazônia: universidade e alteridade**. Belém: Editora e Gráfica GTM, 2018.

LIMA-PADOVANI, Bruna Fernanda; ISHIDA, C. Atlas Enciclopédico apurinã e sua Relevância para a Educação Escolar Indígena. *In*: LEÃO, A.; BOTELHO, M. da S. (Org.).

Anais do II GELLNORTE: **Linguística e Literatura na Amazônia**: políticas de pesquisa para as margens. 1ed. Manaus: UEA, v. , p. 287–298, 2019.

LINK, R. S. O handbook e a representação do outro. Escritas: **Revista do Curso de História de Araguaína**, v. 7, n. 2, p. 145–161, 2016.

LINK, R. S. Os Apurinã e a última fronteira do estado brasileiro. Fronteiras: **Revista de História**, v. 19, n. 33, p. 11–42, 2017.

LINK, R. S. **Vivendo entre mundos**: o povo Apurinã e a última fronteira do Estado brasileiro nos séculos XIX e XX. 2016.

LITTLE, Paul E. Gestão Territorial em Terras Indígenas: definição de conceitos e propostas de diretrizes. Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília. **Relatório Final entregue à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais** (SEMA-AC) / Secretaria Extraordinária dos Povos Indígenas (SEPI-AC), Agência da GTZ no Brasil (GTZ), Rio Branco / AC, 15/12/2006.

LÓPEZ MORALES, H. **Sociolingüística**. Madrid: Editorial Gredos. 1993.

MENDONÇA, D; LIMA, J. F; GUSMÃO, C. A. O Uso da Tecnologia como Ferramenta de Compartilhamento e Preservação do Dialeto Indígena. In: **Anais dos Workshops do Congresso Brasileiro de Informática na Educação**. 2015. p. 125.

MORENO FERNÁNDEZ, F. **Principios de sociolingüística y sociología del lenguaje**. Barcelona: Ariel, 1998.

NASCENTES, Antenor. **O linguajar carioca**. 2. ed. Rio de Janeiro: Organizações Simões, 1953.

NIMUENDAJÚ, Curt. Reconhecimento dos rios Icána, Ayarí, e Uaupés, março a julho de 1927. Apontamentos linguísticos. **Journal de la Société des Américanistes**, v. 44, p. 149–178, 1955b.

NIMUENDAJÚ, Curt. Vocabulários Makuší, Wapičána, Ipurinã' e Kapišanã'. **Journal de la Société des Américanistes**, v. 44, p. 179–197, 1955a.

OLIVEIRA, Tânia Hachem Chaves de; FACUNDES, Sidney da Silva. TOPONÍMIA DAS TERRAS INDÍGENAS APURINÃ (ARUÁK). **ContraCorrente: Revista do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas**, [S.l.], n. 10, p. 21–39, dez. 2019. ISSN 2525-4529. Disponível em: <http://periodicos.uea.edu.br/index.php/contracorrente/articloe/view/1633>. Acesso em: 27 dez. 2022.

PAIM, Marcela Moura Torres. **Norma urbana, identidade social e variação**. 2007.

PAIM, Marcela Moura Torres. **Variação e ensino no Atlas Linguístico do Brasil**. *Línguas & Letras*, [S. l.], v. 17, n. 35, 2016. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/linguaseletras/article/view/12576>. Acesso em: 1 nov. 2022.

PEREIRA, Érica Lúcia Barreto. Variação em apurinã: Aspectos Linguísticos e Fatores Condicionantes. 2007. **Dissertação** (Mestrado em Letras. Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-Graduação em Letras, Belém, 2007.

RADTKE, Edgar; THUN, Harald. **A dimensão sociodialetoal do léxico no projeto Atlas Linguístico do Brasil**. *SIGNUM: Estud. Ling.*, Londrina, n. 16/2, p. 247–270, dez. 2013.

RADTKE, Edgar; THUN, Harald. **Dialectologia pluridimensionalis romanica**. Kiel: Westensee-Verlag, 1996.

RADTKE, Edgar; THUN, Harald. Neue Wege der romanischen Geolinguistik: Eine Bilanz. *In*: RADTKE; Edgar; THUN, Harald (eds.). **Neue Wege der romanischen Geolinguistik**: Akten des Symposiums zur empirischen Dialektologie. Kiel: WestenseeVerl., 1996. p. 1–24.

RADTKE, Edgar; THUN, Harald.; GUEDES, R. Le continuum des regroupements lexicaux dans l'atlas géosociolinguistique du Pará. **Revista Géolinguistique**. n. 15-2015. Centre de Dialectologie. GIPSA-lab – Univ. Grenoble Alpes, 2015.

RADTKE, Edgar; THUN, Harald; GUEDES, Regis José; COSTA, Eliane Oliveira. **A Pesquisa Geolinguística em Áreas Indígenas Brasileiras**: desafios e estratégias. Signum: Estudos da Linguagem, v. 21, n. 1, 2018, p. 126–138.

RADTKE, Edgar; THUN, Harald; OLIVEIRA, M. B. de; LIMA, A. Contribuições da dialetologia para o ensino. *In*: MOTA, J. A.; CARDOSO, S. A. M. **Documento 2**: projeto atlas linguístico do Brasil. São Paulo: Quarteto, 2006.

RAMIREZ-GOMEZ, Sara OI; BROWN, Greg; FAT, Annette Tjon Sie. Participatory mapping with indigenous communities for conservation: challenges and lessons from Suriname. **The Electronic Journal of Information Systems in Developing Countries**, v. 58, n. 1, p. 1–22, 2013.

RAZKY, A. (Org.) **Atlas linguístico sonoro do Pará**. Belém, 2004.

ROMANO, Valter Pereira; SEABRA, Rodrigo Duarte; OLIVEIRA, Nathan. [SGVCLin] – Software para geração e visualização de cartas linguísticas. **Revista de Estudos da Linguagem**, v. 22, n. 1, p. 119–151, 2014.

SAMPAIO, Angelo De Souza. **Leituras possíveis das cartas 76 do APFB e 79 do ALS**: Esbugalhado. Inventário, n. 19, 2016.

SANCHES, Romário Duarte. Da dialetologia geral à dialetologia contatual. **Working Papers em Linguística**, v. 23, n. 1, p. 16–37, 2022.

SANCHES, Romário Duarte. **Microatlas linguístico (português-kheuól) da área indígena dos Karipuna do Amapá**. 2020.

SANTOS, Douglas. **A reinvenção do espaço**: diálogos em torno da construção do significado de uma categoria. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

SCHIEL, Juliana. Tronco Velho: Histórias apurinã. **Tese** (Doutorado) Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

SCHIEL, Juliana; SMITH, Maira. **Levantamento Etnoecológico das Terras Indígenas do Complexo Médio Purus I: Peneri/Tacaquiri, Água Preta/Inari, Catipari/Mamoriá, Seruini/Marienê e Tumiã**. Brasília: FUNAI/PPTAL/GTZ, 2008.

SEABRA, Rodrigo Duarte; ROMANO, Valter Pereira; OLIVEIRA, Nathan. A Brazilian contribution for automated linguistic cartography. **American Journal of Linguistics**, v. 3, n. 2, p. 27–40, 2014.

SILVA, Christian Nunes da *et al.* **Atlas geográfico escolar do estado do Pará**. 2013.

SILVA, Rayssa Rodrigues da *et al.* **Termos de parentesco em apurinã e em Paumari**: contatos linguísticos na região do município de Lábrea-AM. 2019.

STEERE, Joseph Beal. Narrative of a visit to Indian tribes of the Purus River, Brazil. In: **Report of the United States National**

Museum for 1901. Washington: Government Printing Office, 1903. p. 359–393.

STEERE, Joseph Beal. Tribos do Purus. **Revista de Sociologia, São Paulo**, v. 11, n. 1 e 2, p. 64–78, p. 212–222, 1949 [1903].

SWADESH, Morris. Towards greater accuracy in lexicostatistic dating. **International Journal of American Linguistics**, v. 21, n.2, p. 121–137, 1955.

TELES, Ana Regina Torres Ferreira. Cartografia e Georreferenciamento na Geolinguística: revisão e atualização das regiões dialetais e da rede de pontos para a elaboração do Atlas Linguístico do Brasil formuladas por Antenor Nascentes. 2018. 483f. 2018. Tese de Doutorado. **Tese** (Doutorado em Língua e Cultura). Universidade Federal da Bahia, Salvador.

THUN, H. A dialetologia pluridimensional no Rio da Prata. In: STAHL ZILLES, Ana Maria (org.). **Estudos de variação linguística no Brasil e no Cone Sul**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, , p. 63–92, 2005.

THUN, H. **Atlas lingüístico diatópico y diastrático del Uruguay-Norte (ADDU-Norte)**. Kiel: Universität zu Kiel, 2001.

THUN, H. *et al.* Atlas Lingüístico Guaraní-Románico. Tomo 1: Léxico del cuerpo humano (Dialectología pluridimensionalis Románica). **Revista Internacional de Linguística Iberoamericana Vol. 8**, Miscelánea de linguística iberoamericana, 2010, p. 239–242.

THUN, H. La geolinguística como linguística variacional general (con ejemplos del Atlas lingüístico Diatópico y Diastrático do Uruguay). In: **International Congress of Romance Linguistics and Philology. Atti del XXI Congresso internazionale di linguistica e filologia romanza**, 21., 1995,

Palermo. In: RUFINO, Gilvanni (Org.). Tübingen: Niemeyer, 1998, p. 701–729.

THUN, H. O português americano fora do Brasil. In: GÄRTNER, E.; HUNDT, C.; SCHÖNBERGER, A. (Ed.). **Estudos de geolinguística do português americano**. Frankfurt a M.: TFM, p. 185–227, 2000.

TOMAZ, Y. P. Cartografia Participativa aplicada ao Desenho Ambiental. **Revista LABVERDE**, [S. l.], v. 10, n. 1, 2020. DOI: 10.11606/issn.2179-2275.labverde.2020.159536. Disponível em: www.revistas.usp.br/revistalabverde/article/view/159536. Acesso em: 7 out. 2022.

VIEGAS, Chandra Wood. **Línguas em rede**: para o fortalecimento da língua e da cultura Kokama. 2014.

VIEIRA, E. D. *et al.* **Amu Asãkirewata Pupỹkary Sãkire!** vamos falar apurinã! caderno de conversação: livro do professor – Belém, 2019.

VIRTANEN, Pirjo Kristiina. **Fatal substances**: apurinã's dangers, movement and kinship. Indiana, v. 32, p. 85–103, 2015.

VIRTANEN, Pirjo Kristiina. **Redes terrestres na região do Rio Purus que conectam e desconectam os povos Aruak**. Redes Arawa: ensaios de etnologia do Médio Purus, p. 41–61, 2016.

VOLKER, Camila Bylaardt. Sobre mapas indefinidos: cartografias de Euclides da Cunha e Constant Tastevin no Acre. In: XV Encontro Abralic, 2016, Rio de Janeiro. **Anais Eletrônicos do XV Encontro Abralic. Rio de Janeiro**: Dialogarts Publicação, 2016. p. 95–106.

WILLIAMS, C. H. 1984. An introduction to geolinguistics. *In: Language in geographic context*, ed. C. H. Williams, 1-19. Philadelphia: Multilingual Matters, Ltd, 1988.

WILLIAMS, C. H. 1984. Geography and contact linguistics. *In Contact linguistics: An International Handbook of Contemporary Research*, eds. H. Goebel, P. H. Nelde, Z. Stary, and W. Wolck, 63-75. New York: Walter de Gruyter, 1996.

WILLIAMS, C. H. 1984. On measurement and application in geolinguistics. *Discussion Papers in Geolinguistics* 8: 1-22.

WILLIAMS, C. H.; VAN DER MERWE, I. Mapping the multilingual city: A research agenda for urban geolinguistics. *Journal of Multilingual and Multicultural Development* 17: 49-66, 1996.

WILLIAMS, C. H; AMBROSE, J. E. Geolinguistic Developments and Cartographic Problems. *Discussion Papers in Geolinguistics* 19-21: 11-32, 1992.

WILLIAMS, C. H; AMBROSE, J. E. On measuring language border areas. *In: Language in geographic context*, ed. C. H. Williams, 93-135. Philadelphia: Multilingual Matters, Ltd, 1988.



Editora Associada



Obra Registrada

